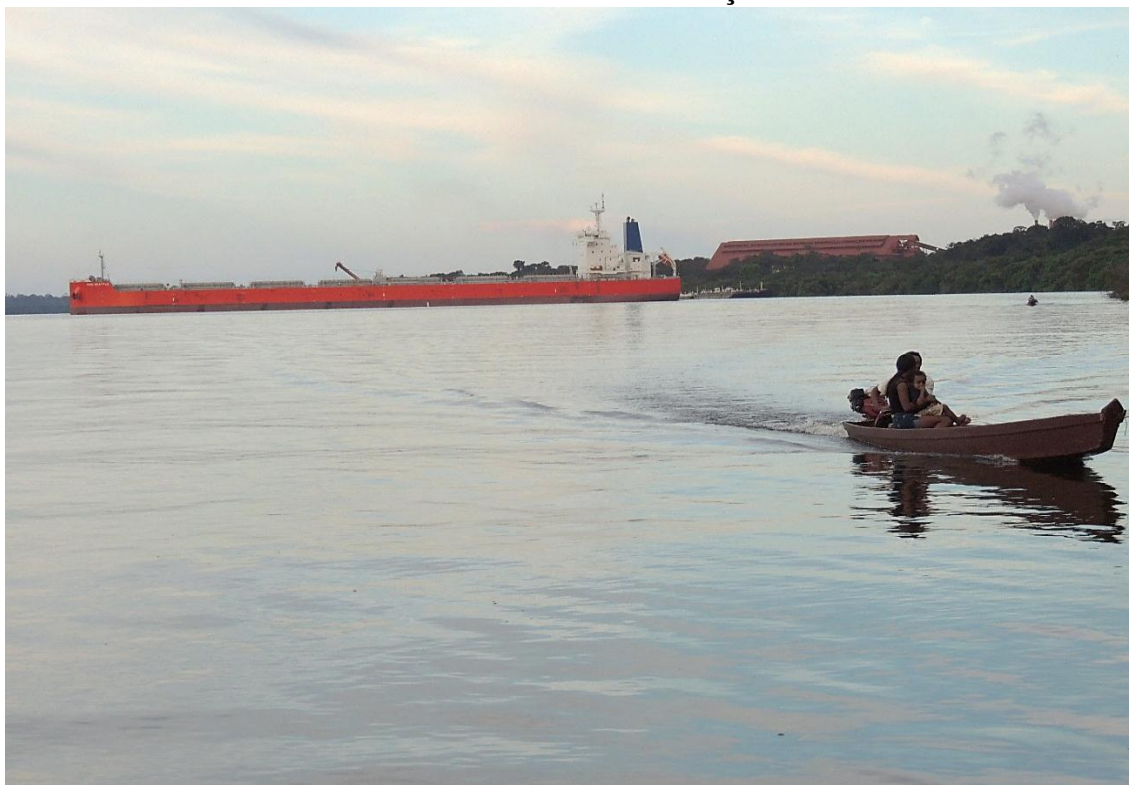




UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SILVIA DA SILVA CORRÊA

***“E CONTINUAMOS A SER ESCRAVOS NA NOSSA PRÓPRIA TERRA” - A
REPRODUÇÃO SUBORDINADA DOS QUILOMBOLAS DO RIO TROMBETAS AO
CAPITAL-TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO***



Porto Velho - RO
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SILVIA DA SILVA CORRÊA

***“E CONTINUAMOS A SER ESCRAVOS NA NOSSA PRÓPRIA TERRA” – A
REPRODUÇÃO SUBORDINADA DOS QUILOMBOLAS DO RIO TROMBETAS AO
CAPITAL-TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO***

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Linha da Pesquisa: Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento – TRSD.

Porto Velho - RO
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

Corrêa, Silvia da Silva.

C824c “E continuamos a ser escravos na nossa própria terra” - a reprodução subordinada dos quilombolas do rio Trombetas ao capital- trabalho e as transformações no território / Silvia da Silva Corrêa .- Porto Velho, 2016. 145f. :il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

1.Geografia. 2.Quilombolas - Amazônia. 3.Quilombolas - território. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II.Silva, Ricardo Gilson da Costa. III Título.

CDU:911.3(811.3)

Bibliotecária responsável: Carolina Cavalcante- CRB11/1579



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

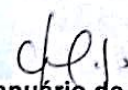
SILVIA DA SILVA CORRÊA

A Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado presidida pelo Orientador/Presidente Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva e constituída pelos examinadores: Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca/Examinador Externo/Departamento/História/UNIR e Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral – Examinador Interno/PPGG/UNIR reuniram-se no dia 15 de setembro de 2016, às 9 horas no auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada *“E continuamos a ser escravos na nossa própria terra” - A reprodução subordinada dos Quilombolas do Rio Trombetas ao capital-trabalho e as transformações no território*, da mestranda Silvia da Silva Corrêa, matrícula 201410112. Após a explanação da mestranda e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo colegiado, do processo de defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada.

Porto Velho-RO, 15 de setembro de 2016.


Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Orientador/Presidente


Prof. Dr. Dante Ribeiro da Fonseca
Examinador Externo/DEP.HIST/UNIR


Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Dedico este trabalho a meu Pai, **Lisaldo Corrêa** (*in Memoriam*) e minha mãe, **Maria do Socorro Corrêa**, que sempre me encorajaram e estimularam nas intempéries da vida, orientando-me que a educação é sempre a melhor escolha.

Dedico igualmente este trabalho a todos os quilombolas, “*filhos e filhas do Rio Trombetas*,” que com suas lutas, vidas e memórias, *(re)existem* às amarras do capital e se reconstroem em seus territórios.

AGRADECIMENTOS

Achei difícil a viagem até aqui, mas eu cheguei, mas, eu cheguei !!

Não teria chegado sem a ajuda, compreensão, paciência e apoio de minha família, amigos, professores e sem a proteção de Deus, que me permitiu concluir mais esta empreitada de minha formação acadêmica.

Agradeço a **Deus** pai, criador de todas as coisas, que nos deu o dom da vida plena, a terra e tudo que nela há, para que tenhamos o direito à liberdade, ao sustento e ao trabalho, e que tenhamos força de lutar e garantir esses direitos.

Agradeço à minha família, meu porto seguro sempre!!! Meus Pais (**Lisaldo e Socorro Corrêa**), minhas irmãs (**Sueli e Suelane Corrêa**), irmãos (**Lelis e Leônidas Corrêa**), meu querido esposo Edno Santos, meus filhos Enzo e Heitor (Heitor a grata surpresa desta trajetória, que veio encher ainda mais de luz e alegria as nossas vidas), todo apoio, carinho, compreensão e orações a mim dedicados durante todas as etapas deste trabalho e da minha vida, sou privilegiada por tê-los sempre ao meu lado!

Agradeço ao casal **Adriléa e Silvio**, por todo cuidado, carinho e ajuda que me destinaram durante o período que fiquei em São Paulo, sem esse apoio tudo seria bem mais difícil, obrigada por tudo!!!

Agradeço a Prefeitura Municipal de Oriximiná, através da Secretaria Municipal de Educação, que me permitiu licença ao aprimoramento profissional, para que me dedicasse exclusivamente ao Mestrado, licença essa necessária e fundamental para a conclusão deste trabalho.

Agradeço as minhas amigas conterrâneas e companheiras de Mestrado, **Patrícia Gemaque e Maria Jânia Miléo**, pela amizade, companheirismo e ajuda, por compartilharem comigo risos, conversas, ansiedades e dificuldades, todo apoio recebido todas as horas do dia ou da noite em que precisei, o qual serei eternamente grata. Estendo os agradecimentos as geógrafas **Elizane, Juliana, Elcivânia, Luciene e Rosinês**, pela torcida de sempre e por compartilhar a amizade, a vida e as reflexões geográficas!!

Agradeço aos colegas da turma de Mestrado de 2014, especialmente a **Alyson Ribeiro** por estar sempre por perto, me animando, auxiliando, ajudando nas leituras, interpretações e nos diversos momentos e situações dessa trajetória.

Agradeço a todos os professores do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, especialmente ao meu orientador, Professor **Ricardo Gilson**, pelos ensinamentos e acolhida durante os períodos que fiquei em Porto Velho (RO).

Agradeço ao casal **Elisandra e Marcelo**, que colaboraram comigo, cedendo apoio e estadia em sua casa na *Company Town Trombetas*, durante o meu trabalho de campo. Ainda ao **Pe. Patrício Brennam** pela disponibilidade, atenção e conversas que me permitiram conhecer um pouco mais sobre o processo de luta dos quilombolas do Trombetas, sem dúvida um religioso iluminado.

Estendo meus agradecimentos à Profa. **Idaliana Azevedo**, por me receber em sua casa, em Óbidos (PA), e ceder importante entrevista sobre os Encontros de Raízes Negras. Um agradecimento especial à Antropóloga **Lúcia Andrade**, da Comissão Pró-índio, que me recebeu na sede da entidade, em São Paulo, e me fez relatos importantes sobre a atuação da instituição junto aos quilombolas do Trombetas.

Agradeço também ao **Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira**, da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP), pelas conversas e indicações de leitura. Também ao Geógrafo **Rafael Sanzio**, da UNB, pelas indicações e por disponibilizar sua produção e conhecimento sobre os quilombos no Brasil.

Minha eterna gratidão aos quilombolas do Trombetas, especialmente aos que residem na Comunidade Boa Vista - Trombetas e às lideranças da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO), por compartilharem comigo suas vidas, histórias, experiências e lutas.

Meu eterno Obrigada a todos!!

*Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho?
É só um emprego.*

*E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que têm mais do que precisam...*

*Eu sei o que acontece
Se você não segue as ordens
Se você não obedece
E não suporta o sofrimento
Está destinado à miséria.*

*Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece*

(Música de Trabalho, Renato Russo, 1996).

RESUMO

Analisar as formas de inserção de grupos tradicionais quilombolas do interior da Amazônia paraense, no mundo do trabalho para o capital e as transformações no território, é o centro de nossa investigação geográfica. A área que correspondeu a pesquisa compreende o Rio Trombetas, no Município de Oriximiná (PA), que abriga em seu território 35 comunidades remanescentes de quilombos, sendo escolhida como recorte espacial a Comunidade Quilombola Boa Vista, que vem ao longo dos anos passando por um metabolismo social e transformações em seu território, engendrados pela territorialização do capital mineral a partir da década de 1970. Partindo-se da discussão acerca do conceito de território e trabalho, buscou-se analisar as determinações do mundo do trabalho para o capital, e os processos regulatórios que subordinam a força de trabalho de grupos tradicionais ao seu processo de (re)produção. A pesquisa ocorreu a partir de levantamento bibliográfico, documental e do trabalho de campo, realizado dentro de uma abordagem qualitativa, fundamentada no método materialismo histórico dialético. Buscando, assim, compreender a lógica contraditória que envolve a relação capital-trabalho, evidenciada pela superexploração e subordinação do território e da força de trabalho. Dessa forma, a pesquisa permitiu constatar que, amparados no discurso do emprego, “desenvolvimento” e nas fragilidades empregatícias da região, o capital mineral tem promovido profundas transformações na base territorial e nas relações de trabalho dos quilombolas, já que este ao se territorializar em terras tradicionalmente ocupadas, promove a separação dos quilombolas dos seus meios de produção e viabiliza relações de trabalho cada vez mais precárias e degradantes, no sentido de aumentar o controle social do território e legitimar suas ações de dominação. Em contrapartida, força os trabalhadores quilombolas a buscar meios de resistir e lutar para superar a trama de relações que envolve o julgo do capital-trabalho, sendo este o grande dilema dos quilombolas e da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas. Mineração. Território. Trabalho.

ABSTRACT

Understand ways of inserting traditional maroon groups in the interior of Para Amazon, the world of work for the capital and the changes in the territory, is the center of our geographical research. The area corresponding to research comprises the Rio Trombetas, in the Oriximiná (PA) Town, which houses in its territory 35 former quilombo communities , being chosen as spatial area the Community Quilombola Boa Vista, which has over the years going through a social metabolism and changes in their territory, engendered by the territorial capital of the mineral from the 1970s . Starting from the discussion of the concept of territory and work, we sought to examine the provisions of the labor market for capital, and regulatory processes which make the workforce of traditional groups to the process of (re) production. The survey took place from literature, documentary and field work, carried out within a qualitative approach, based on historical materialism method dialectic. Seeking thus to understand the contradictory logic that involves capital -labor relationship, as evidenced by over-exploitation and subordination of the territory and of the workforce. Thus, the research it was established that , supported in employment speech, "development" and the employment weaknesses of the region, the mineral capital has promoted profound changes in the territorial base and working relationships of the quilombo, as this when territorialize in lands traditionally occupied promotes the separation of the Maroons of the means of production and enables working relationships increasingly precarious and degrading to increase the social control of the territory and legitimize their domination actions. On the other hand, force the Maroons workers to seek ways to resist and fight to overcome the web of relationships involving the yoke of capital and labor, which is the great dilemma of the Maroons and the working class.

KEY-WORDS: Quilombolas. Mining. Territory. Job.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Observação das trabalhadoras quilombolas no retorno para casa ao final de um dia de trabalho, em suas pequenas embarcações conhecidas na região como “rabetas”	29
FIGURA 02 - Entrevista gravada e fotografia realizada com autorização do entrevistado, durante o trabalho de campo no Boa Vista-Trombetas	31
FIGURA 03 - Ex-funcionário de uma das Empresas terceirizadas da MRN cedendo entrevista nos fundos de sua casa, no Boa Vista, onde constrói pequenas embarcações em madeira para manter a família	32
FIGURA 04 - Território coletivo do Boa Vista-Trombetas, proximidade das casas e quintais compartilhados, espaço onde não existem cercas	48
FIGURA 05 - Quilombolas em área de castanhal no Trombetas utilizando seus instrumentos de trabalho na coleta: o paneiro e o facão	50
FIGURA 06 - Quilombola do Alto Trombetas, iniciando a confecção de um paneiro, técnica adquirida com os indígenas e aperfeiçoada com os grupos quilombolas	52
FIGURA 07 - Pesquisas com sonda portátil <i>Empire Drill</i> para localização de Jazidas de bauxita no Trombetas, na década de 1960	71
FIGURA 08 - Logomarca da empresa Mineração Rio do Norte S.A, escolhida por concurso interno no final de 1975	72
FIGURA 09 - Objetos geográficos, que transformaram a geografia do Trombetas e as terras de uso comum dos grupos quilombolas	75
FIGURA 10 - Vista aérea das instalações da <i>Company Town</i> Trombetas	77
FIGURA 11 - Cemitério quilombola dentro da área criada pela Reserva Biológica (REBIO)	85
FIGURA 12 - Quilombola Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), trabalhando na limpeza das áreas de alojamento, da Mineradora em outubro de 1975	90
FIGURA 13 - Distribuição espacial e localização das moradias na Comunidade Boa Vista	95
FIGURA 14 - Igarapé Água Fria, limite territorial entre o território quilombola e a Mineração Rio do Norte (MRN)	97
FIGURAS 15 e 16 - Lago criatório e casa de farinha abandonados, dos projetos implementados pela Mineradora no Boa Vista a partir de 1996	106
FIGURA 17 - Espaço Konduri e peças em exposição confeccionados pela artesã quilombola Zuleide e seu esposo Valério	109
FIGURA 18 - Sede Administrativa da COOPERBOA, cedido pela MRN na <i>Company Town</i> Trombetas	114
FIGURAS 19 e 20 - Sede da COOPBARCOS e um dos barcos patrimônio da cooperativa	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Periodização e fases da ocupação quilombola no Trombetas.	53
Quadro 02 – Unidades de Conservação criadas no Entorno da Mineração Rio do Norte.	82
Quadro 03 – Principais funções e ocupações exercida pelos quilombolas na MRN e suas subsidiárias	99
Quadro 04 – Projetos Sociais de Geração de Renda implementados pela MRN, no território quilombola Boa Vista.	103
Quadro 05 – Composição dos primeiros membros fundadores da Cooperativa COOPERBOA, em 1996.	112
Quadro 06 – Encontro de Raízes negras realizados no Baixo Amazonas entre 1988 e 2002	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Atual composição acionária da Mineração Rio do Norte (MRN)	73
Gráfico 02 – Unidades de Conservação criadas no Entorno da Mineração Rio do Norte.	79
Gráfico 03 – Produção de bauxita extraída de 2006 - 2015	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Recorte espacial da pesquisa – Comunidade Quilombola Boa Vista Trombetas.	26
Mapa 02 - Localização dos principais quilombos do Grão-Pará, formados nos Séculos XVIII e XIX e a direção de suas rotas.	46
Mapa 03 – Território quilombola Boa Vista antes e depois da mineração Rio do Norte	93

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia.

ACOB – Associação Cultural Obidense.

ACRQBV– Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista.

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

ARQMO – Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná.

BASA – Banco da Amazônia S/A.

BCA – Banco de Crédito da Amazônia.

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará.

CEGET – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

CONAQ – Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

COOPBARCOS – Cooperativa de Serviços Fluviais Especializados do Rio Trombetas.

COOPERBOA – Cooperativa da Comunidade de Boa Vista.

CPI-SP – Comissão Pró-índio de São Paulo.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura nos Estados do Pará.

FLONA – Floresta Nacional Saracá-Taquera.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MALUNGU- Coordenação Estadual das Comunidades negras do Pará.

MNU- Movimento Negro Unificado.

MRN – Mineração Rio do Norte.

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego.

NAEA– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

ONG – Organização Não-Governamental.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

POLAMAZÔNIA - Programa Especial de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

REBIO - Reserva Biológica do Trombetas.

SEPPIR – Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial.

SPVEA - Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E MAPAS	12
LISTA DE SIGLAS	13
APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	21
1.1 Percurso e procedimentos da Pesquisa	25
1.2 Trabalho de campo e levantamento de dados	27
1.3 Estrutura da dissertação	34
2. A REPRODUÇÃO DO CAPITAL MINERAL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO RIO TROMBETAS-PA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O TRABALHO	35
2.1 A produção do território e do trabalho abstrato no modo de produção capitalista	37
2.2 A reprodução social e territorial a partir do <i>trabalho concreto</i> dos quilombolas do rio Trombetas (PA)	43
2.3 Trabalho e subordinação: os quilombolas do rio trombetas sob o domínio do capital mineral	54
3. A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO GLOBALIZADA DA COMMODITY ALUMÍNIO: AS DETERMINAÇÕES DO CAPITAL NA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	65
3.1 Projeto Trombetas – A intervenção do capital e do Estado na criação de novos espaços de acumulação na Amazônia paraense	68
3.2 <i>Company Town</i> Trombetas – ‘A Cidade Fechada’ para atender os interesses da produção capitalista	76
3.3. Conflitos, disputas territoriais e mudanças nas relações de trabalho – Tramas, tessituras e relações de poder no território	81
4. COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA VISTA - TROMBETAS: A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA LUTA PELO TERRITÓRIO E PELO TRABALHO	92
4.1 Boa Vista – Trombetas: As metamorfoses territoriais e do trabalho materializadas no processo de “territorialização-desterritorialização-reterritorialização	94
4.2 Cooperativas e projetos sociais – Precarização, regulação e controle da força de trabalho quilombola	102
4.3 A r-existência e Mobilização Política dos quilombolas	119
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
6. REFERENCIAS	137

APRESENTAÇÃO

“E continuamos a ser escravos na nossa própria terra”, frase recorrente nas entrevistas, conversas e bate-papos na Comunidade Quilombola Boa Vista-Trombetas, Município de Oriximiná, Oeste do Estado do Pará. Essa frase entre os quilombolas do Rio Trombetas é uma infeliz constatação acerca das mudanças ocorridas em seus territórios e suas formas de trabalho, resultantes das conflituosas políticas e programas desenvolvimentistas efetivados na Amazônia, durante a intensificação do processo de ocupação capitalista em meados do Século XX. A ação combinada do capital e do Estado no planejamento regional amazônico, postergou impetuosamente os grupos quilombolas de ocupação secular na região do Trombetas a servir de força de trabalho barata e disponível aos empreendimentos que se instalaram na região, com a promessa de prover o “desenvolvimento”, com fortes rebatimentos no território e nas formas tradicionais de trabalho dos grupos quilombolas.

Hoje ao afirmarem que continuam “*escravos*”, os quilombolas remetem sua atual situação às memórias dos seus antepassados que foram escravizados e a servidão forçada que estes foram relegados por séculos e que atualmente estão transmutadas nas ‘novas’ relações de trabalho produtivo que foram impostas em seus territórios pela mineradora de bauxita, Mineração Rio do Norte (MRN). Desse modo, às mudanças que se configuram na dinâmica do modo de produção capitalista em escala global, impactam diretamente no território e na relação capital-trabalho nos mais distantes e diferentes lugares, transformando esses territórios em vetores de acumulação. No processo de formação e ocupação capitalista da Amazônia, como fornecedora de matérias-primas se relegou as populações quilombolas e os grupos tradicionais a lógica perversa e violenta da produção capitalista, que transformou e vem transformando esses territórios em mercadoria, promovendo o desapossamento e a exploração destes como força de trabalho barata e disponível.

A territorialização na década de 1970, da Empresa Mineração Rio do Norte e um conjunto de agentes públicos e privados em Oriximiná, como parte de uma das políticas econômicas implementadas no território amazônico, pelo Estado autoritário e pelo capital, promoveu a espacialização produtiva do território, inserindo Oriximiná no circuito da produção de alumínio e nos espaços de globalização de produção dessa *commodity*. Afirmado dentro de um programa especial do governo militar, incluso no II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o programa POLAMAZÔNIA, concentrou investimentos em vários setores, inclusive no setor de mineração, visando o mercado internacional e o crescimento das exportações. Oriximiná passou a compor um dos polos de desenvolvimento regional, para

exploração de bauxita e transformou bruscamente a sua esfera produtiva, territorial e de trabalho para atender essa nova demanda.

O avanço e o domínio territorial do capital no Rio Trombetas, pela mineração acarretou impactos violentos no modo de vida dos grupos quilombolas e suas relações de trabalho, especialmente pela sobreposição de suas terras, desorganização das relações sócio espaciais tradicionais no território, transformando as relações fundamentalmente agroextrativistas, em relações de assalariamento, controle e subjugação, baseada na relação capital-trabalho. O capital mineral passa a impor suas leis, normas, disciplinas e ritmos de trabalho, cujas consequências têm sido avassaladoras para os quilombolas e seus territórios, que passaram a servir de mão de obra barata e, na maioria das vezes, temporária para a mineradora e suas subsidiárias.

As transformações que se desencadeiam no território a partir da subjugação da força de trabalho quilombola ao capital, vêm incidindo não somente em mudanças no modo de regulação da vida social dos quilombolas, mas, principalmente, na destruição das formas de organização do trabalho tradicional. Isto tem ocasionado a metamorfose do quilombola, que tradicionalmente teve na floresta, no rio e na pequena agricultura seu sustento, tendo total domínio sobre o seu trabalho, forçadamente passa a ser transformado em trabalhador para a produção e reprodução do capital, provendo sua sobrevivência não mais dos frutos da floresta, mas dos baixos salários e diárias recebidas na atividade mineradora.

As características pretéritas que moldavam o trabalho, o espaço e o território tradicional quilombola, passam a ser defrontados por novos parâmetros, normas e centros de comando em escalas globais ligados à lógica do capital, contraditoriamente estranhas aos interesses e formas de vida dos grupos quilombolas. Daí sobressaem os conflitos, embates, estratégias e formas divergentes de apropriação do espaço e do território, que redesenham a geografia no Trombetas e instituem diversas estratégias de envolvimento e regulação dos quilombolas, a partir da incorporação destes ao trabalho *abstrato*. Tais mudanças vêm alterando o sentido do viver, do trabalho e do território entre os grupos quilombolas, razão que me instigou a adentrar o Trombetas e buscar compreender essas transformações tendo na *Geografia do trabalho* o alicerce central para a análise.

Um pouco da trajetória acadêmica e da pesquisa...

Considero oportuno relatar brevemente minha aproximação acadêmica, com os quilombolas do Rio Trombetas, a Mineração Rio do Norte e as questões que nortearam os eixos desta pesquisa. Tudo começou em 2010, quando na época era aluna do 7º semestre do curso

de Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Pará (UFPA), onde realizamos um trabalho de campo e uma visita monitorada à Empresa Mineração Rio do Norte (MRN). Na ocasião, além de conhecer um pouco da rotina dos trabalhadores do projeto, conheci algumas comunidades remanescentes de quilombo nas áreas adjacentes, de quem a Empresa mineradora orgulhava-se de exaltar os projetos que mantinha em parceria com os quilombolas e ribeirinhos. Na oportunidade, visitei a comunidade tida como a “*mais beneficiada*”, a Comunidade Quilombola Boa Vista – Trombetas, que limitava-se com a área da mineradora e que tinha na sua história o marco de ser a primeira terra quilombola titulada no Brasil¹, direito adquirido a partir de 1988, com o artigo 68 da Constituição Federal.

Nessa visita, já me chamava atenção a dinâmica dos trabalhadores da *Company Town* trombetas, trabalhadores vindos de diversas regiões do Brasil, como também de municípios vizinhos, comunidades quilombolas e ribeirinhas do entorno, num intenso ritmo de trabalho. O porto da mineradora refletia essa dinâmica com um grande movimento de embarcações, navios, pessoas, cujo fluxo no interior da Floresta Amazônica nem parece se tratar de uma *Company Town* distante de grandes centros urbanos. Ao longo do percurso destinado na visita monitorada, haviam muitos trabalhadores, inclusive quilombolas, realizando atividades de limpeza, jardinagem, reflorestamento, tratamento de resíduos, mas isso não representava ao primeiro olhar um número expressivo desse grupo de trabalhadores.

Rumores espalhados pela região diziam que os trabalhadores da mineradora eram muito bem pagos, por isso era tão difícil conseguir uma vaga de trabalho nesta. Apesar disso, algumas questões já se colocavam naquele momento no sentido de buscar desvendar essas condições de trabalho, salários e meios de vida na mineradora, especialmente para os grupos quilombolas locais. Isso em função de que, tradicionalmente, os quilombolas tinham suas relações de trabalho voltadas para o extrativismo da castanha e de produtos silvestres, assim inquietou-me saber como os quilombolas foram inseridos no trabalho da mineradora, quais funções desempenhavam? Recebiam mesmo altos salários? A inserção dos quilombolas no trabalho da empresa era ‘facilitada’ em relação aos demais funcionários? Como o capital na sua busca incessante por lucros, mantém no interior da floresta uma força de trabalho mobilizada?

¹ O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/1988) estabeleceu que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Apoiados nesse artigo e com o apoio da Igreja Católica, Comissão Pró-índio de São Paulo e da criação da Associação dos remanescentes de quilombo no Município de Oriximiná (ARQMO), os quilombolas do Boa Vista-trombetas através de sua associação (ACRQBV), receberam do INCRA em 20/11/95 o título de reconhecimento de domínio de uma área de 1.125,0341ha, beneficiando 112 famílias residentes no Boa Vista.

Estas questões já me suscitaram desde o meu primeiro contato com a MRN e os grupos quilombolas.

Concluída a minha Graduação em 2012, ingressei dois anos depois no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e, posteriormente, no Laboratório de Gestão do território (LAGET), coordenado pelo meu orientador Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, com o projeto de pesquisa sobre os territórios quilombolas no Município de Oriximiná (PA). A partir daí, passei a conviver diretamente com homens e mulheres quilombolas, trabalhadores subordinados ou não à Empresa Mineração Rio do Norte e suas subsidiárias, levando-me a embrenhar no universo que circunda as mudanças nas relações de trabalho para o capital no território quilombola Boa Vista-Trombetas.

Durante o primeiro semestre do mestrado, mudei-me para Porto Velho (RO) e iniciei minhas atividades acadêmicas, matriculando-me em duas disciplinas: *Epistemologia da Geografia*, ministrada pelo Prof. Dr. Josué Costa e *Geografia Agrária* ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo Gilson. Essas disciplinas me fizeram ter acesso a textos e discussões que me ajudaram teoricamente a compreender um pouco mais das questões que permeiam a investigação geográfica. Ainda durante esse semestre realizei meu estágio docente e participei de dois trabalhos de campo, sendo um realizado no Estado de Rondônia², para a compreensão da dinâmica do espaço agrário Rondoniense, e outro no Oeste do Estado do Pará³, para conhecer as diversas formas de apropriação do território pelas populações tradicionais, bem como suas manifestações culturais.

No segundo semestre, matriculei-me em três disciplinas na Universidade de São Paulo (USP), no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP: *Políticas Ambientais e estratégias territoriais de desenvolvimento*, ministrada pela Prof. Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry; *Geografia Política: Teorias sobre o território e o poder e sua realidade contemporânea*, ministrada pelo prof. Dr. Wanderley Messias da Costa e *Agricultura e capitalismo no Brasil*, ministrada pelo Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. As disciplinas cursadas na USP, os artigos e seminários resultantes, foram fundamentais para esclarecer algumas dúvidas que norteavam o eixo da pesquisa, bem como enriquecer a bibliografia com autores e livros sugeridos.

² O trabalho de campo no Estado de Rondônia, envolveu os municípios de Ji Paraná, Colorado, Corumbiara, Vilhena, no período de 20 a 24 de abril de 2014.

³ Este trabalho de campo, denominado II Expedição Amazônica envolveu os municípios de Juruti, Santarém, Oriximiná, distrito de Porto Trombetas, Vila de Alter do Chão e Belterra no Estado do Pará, no período de 23 de julho a 10 de agosto de 2014.

As discussões e oportunidades de encontros acadêmicos fortaleceram a minha compreensão das questões teóricas e empíricas que envolvem as transformações no campo brasileiro e as análises que vem ampliando o debate no campo da Geografia Agrária, como a *Geografia do Trabalho*, com o grupo de pesquisadores liderados pelo Geógrafo da UNESP e Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET)⁴, Antonio Thomaz Junior. Além disso, as publicações do Geógrafo e Professor Rafael Sanzio, da Universidade Nacional de Brasília (UNB), foram essenciais para a compreensão das atuais configurações territoriais dos quilombos existentes no Brasil, dentro de suas pesquisas no projeto geografia Afro-Brasileira. Fundamental também para o amadurecimento das ideias desta pesquisa foi participar como ouvinte da disciplina *Pesquisa em Geografia: Método e Projeto*, ministrada pela Prof. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz, Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, onde esclareci dúvidas e corriji equívocos existentes no meu projeto.

O trabalho de campo no Trombetas e o convívio com as famílias quilombolas me possibilitaram perceber o quão complexo são as relações que permeiam o rompimento das populações amazônicas com o trabalho familiar na terra e sua forçada conversão em vendedores de força de trabalho barata para o capital. Essa complexidade envolve as transformações na dinâmica geográfica do trabalho no processo de reestruturação produtiva do capital, que tem implicado cada vez mais na subjugação do trabalhador, na sua expropriação, dominação e exploração exacerbada. Todavia, as mudanças que ocorrem no espaço e no território dentro desse processo, instauram o desapossamento, ou seja, separam o trabalhador dos seus meios de produção, forçando-o a aceitar trabalhos e ocupações que não atendem suas necessidades básicas de existência.

Essas transformações me motivaram a compreender esses processos engendrados pelo mundo do trabalho e seus desdobramentos nas condições de vida e no território dos quilombolas do Trombetas. Me instigava observar nos primeiros raios de sol no Rio Trombetas, pequenas embarcações conhecidas como *rabetas*, cruzarem o rio, com funcionários quilombolas rumo ao porto da MRN, situação que se repetia ao final do dia. A maioria chegou a me relatar que já se acostumara a tal rotina e que o salário, diária ou o conhecido *bico* recebido na mineradora, em sua maioria é destinado a compra de alimentação congelada, enlatada e vendida no

⁴ O Grupo de Pesquisa *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET)* é composto por 18 pesquisadores envolvidos em investigações de diferentes facetas do mundo do trabalho, sob o foco da “leitura” geográfica, coordenado pelo geógrafo e Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior. Os resultados das pesquisas podem ser acessados na página: www.prudente.unesp.br/ceget.

supermercado da própria *Company Town* a preços elevados, situação que refletia a alta dependência dos quilombolas para com as atividades e serviços disponíveis na empresa.

A subjugação através da força de trabalho assalariada de baixa remuneração, conduzida por um discurso ideológico de “desenvolvimento” e geração de emprego, implementadas pelo capital mineral para com os quilombolas, oculta no seu interior as relações de exploração do trabalho, precarizando e desfazendo as relações sociais e os territórios de vida antes existentes. Esse poder avassalador dos *ditames do capital*, sobre a classe trabalhadora e sobre o território das populações tradicionais quilombolas, revela como perverso e agressivo este se torna, ao destruir as relações comunitárias de trabalho, modificar as práticas culturais, desarticular as organizações sociais de grupos que secularmente se reproduziram no interior da floresta, através do trabalho familiar, do agroextrativismo e da terra enquanto *usufruto comum*.

Entender o território a partir das mudanças nas relações de trabalho remete desvelar às contradições do capital *versus* trabalho, que alteram o sentido das bases territoriais e as estratégias de luta pela terra, bem como promove processos geográficos desiguais em diferentes escalas. Desse modo, o capital ao empregar a força de trabalho, o faz visando a exploração da mais-valia para a intensificação cada vez maior de suas taxas de lucros. Para o trabalhador se estabelece formas de subjugação e superexploração de sua força de trabalho, sujeitando-o às relações de trabalho assalariadas, semi-assalariadas, terceirizadas, e até precarizadas.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é imprescindível para a sociabilidade humana, tão importante que foi a partir dele que o homem se distinguiu de todos os demais seres existentes na face da terra. Pelo trabalho, o homem interage e transforma a natureza em bens úteis na busca de satisfazer suas necessidades humanas e assim prover sua própria existência e reprodução social. Desse modo, o trabalho torna-se a *categoria fundante* do ser social, sem ele o homem jamais adquiriria os níveis de sociabilidade e desenvolvimento humanos alcançados, trata-se de uma atividade consciente (LUKÁCS, 1978, p.8).

Em *O Capital*, Marx definiu o trabalho como sendo, *antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza* (MARX, 2013, p.25), nesse sentido o trabalho encontra-se ligado ao processo de humanização do homem, que *agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza*⁵. Conscientemente, o homem submete as suas forças, ao processo de trabalho orientadas para um determinado fim, cujo objetivo é suprir as necessidades básicas e imediatas de sua existência, como alimentação e moradia. A partir dessas necessidades se intervêm na natureza, transformando-a em valores de uso, e nessa relação homem-natureza criam-se as condições de reprodução social e material da existência humana, como também se transforma a relação entre os homens. O desenvolvimento e sucessão histórico-geográfica do trabalho e das forças produtivas, bem como o nível de organização social determinados por cada modo de produção e trabalho, compõem as particularidades históricas pelo qual o trabalho e a relação homem – natureza vem se aperfeiçoando ao longo do tempo e transformando os meios e os fins pelo qual o trabalho passou a ser realizado.

No modo de produção capitalista, o trabalho ganha uma maior complexidade, passa a ser realizado no seio da lógica desigual e contraditória do sistema, tornando-se um *trabalho abstrato*⁶ produtor de mais-valia, realizado por meio da subordinação, alienação, estranhamento e exploração do trabalhador. Nessa lógica o trabalhador produz, mas não é possuidor do fruto do seu trabalho, este é apropriado por outrem, que transforma a capacidade produtiva do trabalhador a uma mercadoria, para a produção de outras mercadorias. Essa condição para os

⁵ MARX, 2013, p.25.

⁶ Atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia (Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria). (LESSA, S. *Mundo dos homens*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2002, p. 28).

trabalhadores são altamente degradantes, pois vulnerabiliza, aliena e desvaloriza o trabalhador, produzindo miséria, fome, subordinação e a superexploração da classe trabalhadora.

A dinâmica da relação capital-trabalho, no atual desenvolvimento capitalista e os processos espaciais, territoriais e sociais que permeiam essas relações, tem, ao longo dos últimos anos, ganhado expressividade nas pesquisas geográficas. Existe um esforço latente dos geógrafos em buscar compreender para explicar a natureza das forças que regulam essa relação, os mecanismos de subordinação e exploração imbricados, bem como seus desdobramentos nas condições de vida dos trabalhadores e nas diferentes realidades. A flexibilização e precarização das relações de trabalho, desagregação dos trabalhadores, desemprego, perdas de direitos trabalhistas são questões que expressam os mecanismos utilizados pelo capital na busca por alternativas para superação de sua crise estrutural e que tem consequências aviltantes no universo do trabalho e na vida dos trabalhadores em diferentes escalas.

Essa complexidade do trabalho na produção capitalista apresenta materializações, movimentos e contradições explícitas que configuram novas realidades, desafios e tessituras no espaço, no território e nas relações sociais. Do ponto de vista geográfico, tem-se buscado compreender a partir do trabalhador e suas condições de vida, as tramas que se (des)enrolam em torno do mundo do trabalho e seu processo de valorização que impactam na forma como o espaço e o território passam a ser produzidos, apropriados, dinamizados e destinados no uso capitalista. O Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), da UNESP de Presidente Prudente (SP), através de suas pesquisas, traz à tona as transformações significativas e preocupantes pelo qual as condições de trabalho vem se realizando no campo e na cidade. Condições cada vez mais precárias, que empurram o trabalhador a dois caminhos difíceis: De um lado ter que se sujeitar a formas alternativas de viver, através da economia informal, por exemplo, e de outro, aceitar e se desdobrar para viver com baixíssimos salários, longa jornada de trabalho, colocando em risco sua saúde física e mental, e ainda ter que viver migrando forçadamente para disputar e conseguir trabalho nessas condições.

Funda-se nessa perspectiva geográfica a *Geografia do Trabalho*, que busca interpretações da realidade concreta através de uma escala de análise que coloca o trabalho como um dos nexos explicativos para compreensão das transformações que vem ocorrendo no espaço e no território, ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva e crise estrutural do capital, com rebatimentos diretos para as questões do trabalho. O geógrafo Thomaz Júnior, junto com seus orientandos e ex-alunos, vem fundamentando suas pesquisas nessa delimitação teórico-metodológica do que frequentemente tem chamado de Geografia do Trabalho. Para ele, *a Geografia do Trabalho se põe em cena para responder as perguntas em relação à realidade.*

Dessa forma, se não existe diferença em relação ao objeto, é na ação do sujeito que as atenções se voltam” (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Nessa direção, buscou-se no arcabouço teórico da geografia do trabalho, através da obra de Thomaz Júnior (2002) “Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)”, os alicerces explicativos para a nossa investigação geográfica acerca das transformações nas relações de trabalho e no território dos quilombolas do Rio Trombetas, impostas pelo capital mineral na Amazônia. A ofensiva capitalista em torno da subordinação ao trabalho, os diversos mecanismos de contratação, terceirização para reduzir gastos e manter o controle e o domínio sobre os trabalhadores, foram analisados criteriosamente na relação entre os quilombolas do Boa Vista - Trombetas e a mineradora, Mineração Rio do Norte, em Oriximiná (PA).

As populações amazônidas, notadamente os grupos formados por remanescentes de quilombo, com sua prática de produção e apropriação coletiva do território, têm enfrentado o avanço capitalista em seus territórios e a subordinação ao capital pelo trabalho, alterando suas formas e ritmos de trabalho tradicionais. Mineração, hidrelétricas, madeireiras e agronegócio, aliados à conectividade do território, organização da estrutura da economia e da sociedade, foram lógicas demandadas pelo capital para se territorializar e expandir suas fronteiras de acumulação no processo de incorporação da Amazônia aos mecanismos de reprodução ampliada.

A lógica expansiva do capital tem como um de seus elementos motores o processo de exploração máxima da força de trabalho e do tempo de trabalho, que condiciona à dependência do trabalhador, à redução dos salários, à tecnificação e organização do processo produtivo, com a crescente apropriação da mais valia, cuja finalidade é a garantia efetiva da extração máxima de lucros, no processo de acumulação. Assim, a tendência à desorganização das formas de ocupação pré-existentes são inerentes ao processo de influência das relações capitalistas, pois norteia em etapas variadas a organização do território para atender aos interesses da produção, circulação e consumo de mercadorias, abrindo novos espaços para acumulação. Nesse contexto, a ruptura das relações de trabalho realizado pelas populações tradicionais, que têm na terra e no agroextrativismo sua base de reprodução equilibrada e autônoma, promove um choque com as novas dinâmicas direcionadas pelas regulações do capital *versus* trabalho.

Evidentemente, ocorre a dissolução e desapossamento dos grupos tradicionais, mobilizando-os para a inserção nas relações de trabalho assalariadas, baseados em novos padrões de gestão do trabalho, agora voltados para o novo setor produtivo. As mudanças são condicionadas pelo acelerado ritmo de transformações do território e do mundo do trabalho,

estabelecidos pela expansão do capital, criando novas necessidades, valores de uso e interesses conflitantes no território, que irão permear um *descompasso de tempo vividos e temporalidades históricas*, com impactos brutais nos modos de vidas e no meio geográfico dos grupos tradicionais.

As formas não capitalistas de produção, ao serem inseridas no processo contraditório de expansão do capital, acabam por subjugar e transformar a população que ainda resiste na terra, e os expropriados como proletários rurais instáveis, submetendo-os a formas variadas de contratação e assalariamento, que para continuarem se reproduzindo adaptam-se às exigências e disciplina do trabalho para o capital, em troca de pagamento de um salário ínfimo, que mal garante a sobrevivência do trabalhador. Na região amazônica, a expansão do capital tem introduzido e intensificado nos últimos anos uma *(Des)Ordem Societária e Territorial do Trabalho*⁷, em terras de populações camponesas, indígenas e de comunidades remanescentes de quilombo, transformando esses grupos e seus territórios em vetores de acumulação.

Para os grupos quilombolas do Trombetas, que sobreviviam com a realização do trabalho extrativista de produtos da floresta, na agricultura de base familiar, em sistema de *terras de uso comum*, seus alicerces de reprodução social foram rapidamente forçados à fragmentação e desestruturação de suas relações de trabalho e coesão social tradicionais, tendo seus processos de reprodução desagregados, com a introdução de novas necessidades e de relações pautadas na influência direta do dinheiro, provocando a escassez de coisas básicas necessárias para a reprodução familiar quilombola, como a alimentação diária. O discurso do emprego e do desenvolvimento passaram a fazer parte do rol de necessidades das famílias quilombolas, que separadas dos seus meios de produção pela atividade mineradora, tiveram que converter-se em força de trabalho disponível ao capital, já que seus meios de vida e trabalho foram arruinados e apropriados pela produção de valores de troca, pelo capital mineral.

Sob essas condições instigantes, de subjugações, contradições, conflitos, resistências no território provocadas pela intensificação da relação capital x trabalho no Trombetas, esta pesquisa foi sendo construída, aprimorada e sistematizada tendo nas categorias território e trabalho suas bases conceituais de análise.

⁷ THOMAZ JUNIOR, Antonio. **A (Des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a unificação orgânica)**. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Departamento de Geografia da FFLCH – USP, São Paulo. **Anais...** 2003^a.

1.1 PERCURSO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O centro de nossa análise e investigação geográfica versou sobre as transformações nas relações de trabalho e no território dos grupos quilombolas do Rio Trombetas (PA), ocasionadas pelo processo de expansão e acumulação desenfreada do capital, na apropriação do território amazônico, impetradas pela relação capital - trabalho. O lócus da pesquisa foi a comunidade remanescente de quilombo Boa Vista, na bacia do Rio Trombetas⁸, Município de Oriximiná, noroeste do Pará⁹, Município este que abriga em seu território 35 comunidades remanescentes de quilombos¹⁰. As questões que nortearam a investigação geográfica foram as seguintes:

- ✓ Como e em que circunstâncias os quilombolas do Boa Vista - Trombetas encontram-se inseridos no mundo do trabalho para o capital quando este passa a assumir o controle social e territorial do trabalho e quais os desdobramentos e transformações resultantes?
- ✓ Quais as tramas, tessituras e relações de poder atualmente envolvem as condições de vida e trabalho no território quilombola?
- ✓ Quais as formas de resistência e conflitos coexistem no território e nas relações de trabalho no processo de acumulação capitalista no Trombetas?

A opção pelo recorte espacial da pesquisa ser o território quilombola Boa Vista (**Mapa 01**), se deu em função de encontrar-se limítrofe a área da Empresa Mineradora Rio do Norte, tendo seu território reduzido pela territorialização desta e pela implantação de políticas ambientais, sobrepondo os espaços de vida e trabalho dos quilombolas. Além disso, a comunidade quilombola no Trombetas tem sua principal fonte de renda e trabalho advindas

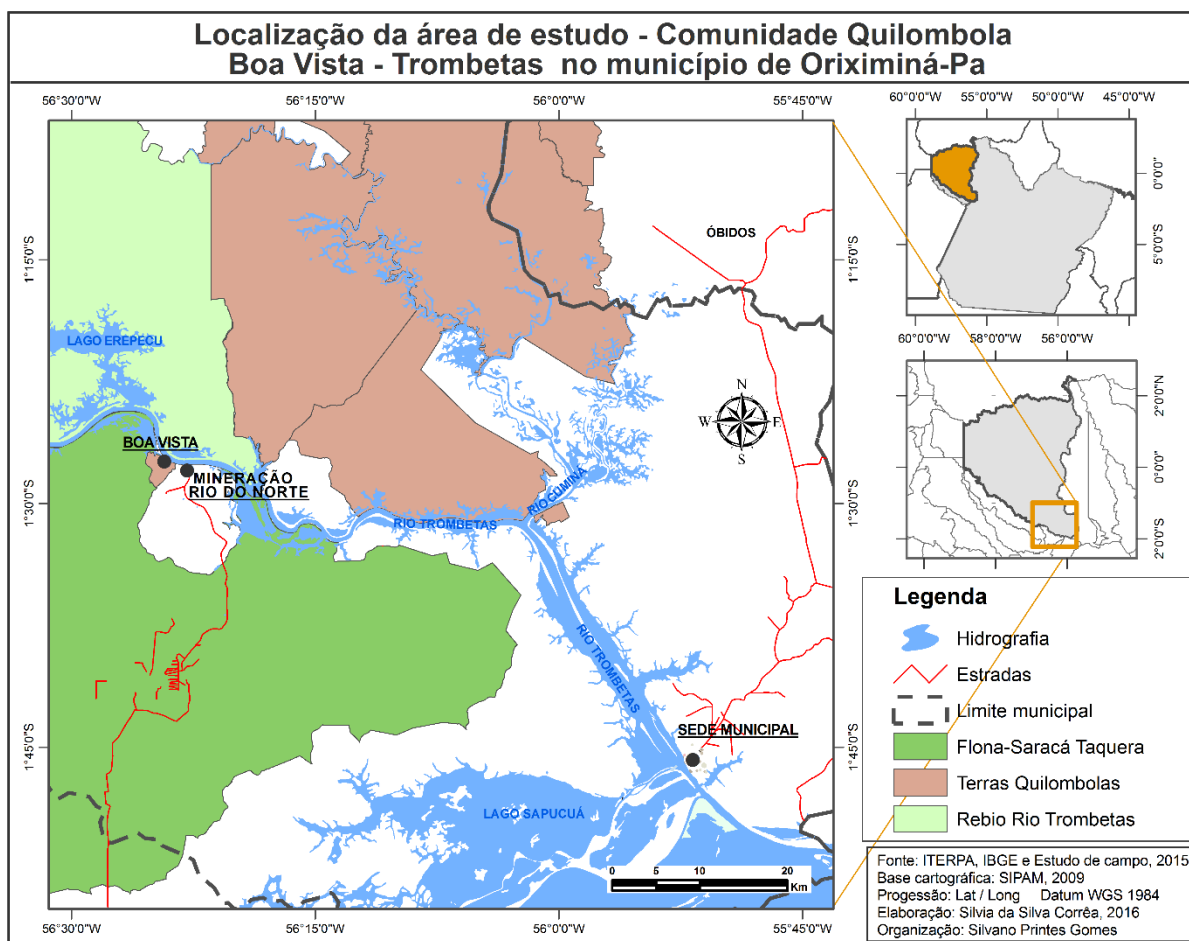
⁸ O rio Trombetas é afluente da margem esquerda do rio Amazonas, com águas claras nasce na região serrana do Tumucumaque e tem cerca de 760 km de extensão, o rio Trombetas é a maior referência histórico-geográfica dos grupos quilombolas (Relatório Técnico Científico para Identificação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Cachoeira Porteira, 2012, p.40).

⁹ O município de Oriximiná, pertence a mesorregião do baixo Amazonas, limitando-se ao norte com a Guiana Francesa e Suriname, a leste com o município de Óbidos, ao sul, com os municípios de Juruti e Terra Santa e a oeste com o município de Faro e o Estado de Roraima, possui uma extensão territorial de 107.603,291 km², cuja população estimada em 2015 era de 69.024, é considerado o segundo maior município do mundo em extensão territorial, perdendo apenas para o município de Altamira, também no Estado do Pará (IBGE, 2015).

¹⁰ Das 35 comunidades quilombolas existentes no Trombetas, 20 possuem seus territórios já titulados e as demais aguardam o processo de regularização de suas terras (CPI-SP, 2011). A Comunidade quilombola de Cachoeira Porteira é a única que se encontra em fase de identificação e reconhecimento de território ocupado por remanescentes de quilombos.

diretamente das atividades na mineradora e suas subsidiárias. Vale ressaltar que apesar de ser realizado o recorte não se deixou de buscar informações do contexto das demais comunidades existentes no Trombetas, já que estas possuem o mesmo processo histórico de ocupação, contudo não recebem de forma abrangente e homogênea os impactos da mineração de bauxita.

Mapa 01 - Recorte espacial da pesquisa – Comunidade quilombola Boa Vista Trombetas



Fonte – ITERPA; IBGE; Trabalho de campo, 2015.

Elaboração e organização – CORREA, Silvia da S.; GOMES, Silvano P., 2016.

A pesquisa compreendeu prioritariamente as transformações ocorridas entre os anos de 1995 a 2015, o recorte temporal se justifica pelo período de intensas mudanças no território quilombola Boa Vista. O ano de 1995 representa um marco por ser o ano em que o território quilombola foi reconhecido, delimitado e titulado de forma coletiva¹¹. Pós-titulação, vieram os

¹¹ A titulação do território quilombola Boa Vista, foi pioneiro em 1995, no caso de titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombo no Brasil. Tratou-se do Título de Reconhecimento de Domínio/União Federal/INCRA n.º 01/95, onde a União Federal e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) outorgaram, conjuntamente, o “Título de Reconhecimento de Domínio”, à Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista – ACRQBV, inscrita sob o CGC n.º 00.458.306/0001-96 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO – SBDP, 2002, p. 43-44).

projetos subsidiados pela Empresa Mineração Rio do Norte, que criou cooperativas de trabalho e serviços para os quilombolas do Boa Vista, alterando significativamente as relações sociais e de trabalho essencialmente agroextrativista, em relações de trabalho precarizadas, inserindo-os na lógica do capital via subordinação da força de trabalho e do território.

O processo dialético e de exercício do poder do capital sobre as relações de trabalho tem rebatimentos diretos no território e nas condições de existência dos grupos quilombolas no Trombetas. A apropriação de grandes extensões de terras e da força de trabalho da população quilombola pelo capital, não só expressa consequências no território, na vivência local, mas, em outras escalas da vida regional, mobilizadas pelas novas possibilidades de manutenção da existência, como a migração, a favelização e a criminalidade.

Buscando apreender a materialidade das condições de trabalho dos quilombolas no Trombetas como essencialmente contraditória e em transformação, a pesquisa fundamentou-se no materialismo histórico dialético, tendo como demarcação teórica a compreensão do *trabalho em sua totalidade social*, os impactos e sua dinâmica geográfica, no seio das transformações da relação capital x trabalho, engendradas pela expansão capitalista na Amazônia. Reconhece-se a necessidade de entender no seio da dinâmica do capital e de suas formas reguladoras, os impactos da produção capitalista sobre a força de trabalho, que subordina os trabalhadores ao seu processo de (re)produção e acumulação exacerbada.

As relações territoriais, econômicas, políticas e de trabalho no atual desenvolvimento capitalista, expressam o movimento da sociedade, produzindo e reproduzindo contraditoriamente diferentes dimensões da totalidade e do modo de produção, visíveis no conjunto da sociedade e de suas relações. Através da compreensão das formas de como o trabalho se realiza entre os homens no sistema capitalista, na sua condição material e social, não se podem ignorar os efeitos destrutivos e exploratórios que este provoca sobre os diversos grupos de trabalhadores e sobre os territórios que ocupam. Denota-se nessas condições uma das situações de contradição interna do capitalismo, que concomitantemente absorve e subjuga os trabalhadores ao seu processo produtivo, e não mantém sobre a força de trabalho o controle total, produzindo incertezas, realocações e abrindo brechas para luta e a transformação social.

1.2 TRABALHO DE CAMPO E LEVANTAMENTO DE DADOS

O trabalho de campo foi realizado dentro de uma abordagem qualitativa, sendo realizado nos meses de fevereiro, junho e julho de 2014, e janeiro, fevereiro e março de 2015. Nesse período, tive a oportunidade de observar, conversar, entrevistar e conviver com as

famílias quilombolas do Boa Vista, e *olhar de perto e de dentro* as transformações que vem ocorrendo nas relações de trabalho e no território destas. O trabalho de campo se estendeu a *Company Town* Trombetas¹², a Paróquia Santo Antônio de Pádua, em Oriximiná, e a sede da Associação dos Remanescentes de Quilombo do município de Oriximiná (ARQMO), onde obtive depoimentos importantes sobre questões relacionadas a relações de trabalho, emprego, projetos sociais, lutas, conflitos e mineração.

A revisão bibliográfica da temática envolveu documentos, artigos, teses, dissertações e publicações oficiais, disponíveis em sites do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Comissão Pró-índio de São Paulo (CPI-SP), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Centro de estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Fundação Palmares, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), dentre outros. Em campo, com relativo consentimento dos envolvidos, foi levantado um banco de informações sobre os quilombolas do Boa Vista, envolvendo fotografias, filmagens e entrevistas gravadas com lideranças da comunidade, cooperativa - COOPERBOA, professores, jovens, idosos, adolescentes, principalmente os atuais e ex-empregados da empresa Mineração Rio do Norte e suas subsidiárias. Os contatos e confiança adquiridos na convivência dentro da comunidade foram obtidos através do conhecimento de membros da diretoria da ARQMO, que me permitiram adentrar o Trombetas e conviver diretamente com as famílias.

Durante o trabalho de campo, na comunidade quilombola, busquei acentuar meu *olhar investigativo*, sobre tudo o que via e ouvia na convivência diária naquele território, seja durante as refeições, os banhos à beira-rio, as conversas banais, ou simplesmente observando a mobilidade diária dos trabalhadores que se deslocavam em suas pequenas embarcações, para trabalharem na atividade mineradora, só retornando no final da tarde. Tinha a preocupação de buscar apreender as contradições existentes no que via, ouvia e vivenciava junto aos quilombolas. A ênfase de todo o processo investigativo em campo, alicerçado nas leituras teóricas prévias, foi dado aos sujeitos da pesquisa, cuja realidade encontra-se em suas oralidades, memórias e experiências no território e na Empresa, sendo esses diálogos submetidos a uma análise cuidadosa, visando evitar equívocos, distorções e interpretações errôneas.

¹² *Company Town* (Cidade-empresa), denominação utilizada para caracterizar qualquer formação habitacional de caráter autárquico ligada a uma empresa ou companhia que demande formações habitacionais de apoio aos funcionários empregados no processo produtivo (RODRIGUES, 2002).

Figura 01- Observação das trabalhadoras quilombolas no retorno para casa ao final de um dia de trabalho, em suas pequenas embarcações conhecidas na região como “rabetas”



Fonte - CORRÊA, Silvia da S. Trabalho de campo, 2015.

Sob essas circunstâncias, concordo com Martins (2014, p.15 e 18), em sua experiência de pesquisa na fronteira amazônica, quando afirma que para se chegar ao que é essencialmente consistente e relevante em uma pesquisa, ao núcleo de uma situação de conflito, por exemplo, faz-se necessário o pesquisador não se deixar iludir pelo imediatamente visível. Valéria de Marcos (2006, p.114), corrobora com tal afirmativa e acrescenta que uma das principais fontes de informações é *o depoimento das pessoas envolvidas e que a única maneira de garantir que este depoimento seja verdadeiro é conquistando a confiança dos sujeitos da pesquisa*, e para conquistar confiança requer toda uma mudança de postura e que sejam repensadas as práticas da pesquisa. Exige-se um olhar atento, já que muita coisa também é dita no silêncio, conforme nos diz Martins (1993):

No campo, o pesquisador se defronta com uma linguagem de silêncio. Com o tempo, aprende a conviver com essa população e descobre o que significa o seu silêncio. É uma forma de linguagem e um meio de luta. É preciso uma paciência enorme para ouvir esse silêncio. E é ele que fala mais do que qualquer outra coisa (MARTINS, 1993, p. 33).

Durante toda a minha estada em campo, esforcei-me para também entender e decifrar *o silêncio*, as expressões, o significado de alguns termos específicos do *linguajar* dos quilombolas, seus gestos, atitudes tentando interferir minimamente sobre o que me relatavam, dando a eles total liberdade de expressão, mesmo que muitas vezes suas falas fossem confusas e conflitantes. Não elaborei um roteiro de entrevistas específico (embora tenha feito anterior ao campo), iniciava a conversa informalmente e, ao longo desta, introduzia questões anteriormente formuladas no meio da conversa, e que logo iam suscitando outras, sem perder o eixo da minha investigação. Ao adentrar sobre os principais temas como salários, condições de trabalho, cooperativa, mineração, conflitos internos e mudanças na comunidade, percebia certo desconforto, por terem que muitas vezes falar de seus próprios familiares, da empresa e de atos que discordavam. Com relação ao trabalho na mineração, muitos davam *respostas prontas*, temendo colocar em risco o emprego ou a chance de se empregar futuramente.

Procurando evitar esses entraves que se apresentavam nas entrevistas, garantia que as informações fornecidas não iriam ser utilizadas inapropriadamente, e que os nomes não seriam divulgados sem a devida autorização. Algumas vezes adentrava em assuntos, como curandeirismos, contos e mitos existentes no Trombetas, para deixar a conversa mais leve e descontraída, pois estes assuntos eram tratados de forma entusiasmada por estes, para então retornar aos temas de interesse da pesquisa. Desse modo, interagia e me envolvia na vivência local, criando estratégias para contornar os obstáculos e imprecisões que apareciam ao longo desta. Acerca da boa utilização das fontes orais, Thompson (apud DUQUE, 2004), explica que o sucesso das entrevistas depende de muita habilidade por parte de quem entrevista, já que,

[...] há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas (DUQUE, 2004, p. 21).

Importante também nesse processo de entrevistas foi a utilização de instrumentos como gravador e máquina fotográfica, que só foram utilizados com o consentimento dos entrevistados, mas me permitiam estar livre para prestar atenção no que era me dito e no que acontecia ao redor.

Figura 02- Entrevista gravada e fotografia realizada com autorização do entrevistado, durante o trabalho de campo no Boa Vista-Trombetas



Fonte - CORRÊA, Silvia da S. Trabalho de campo, 2015.

É visível no território o quanto o capital mineral tem desagregado e submetido a natureza e os grupos tradicionais no Trombetas, ocasionando uma movimentação intensa no interior da floresta, com todo um sistema técnico, envolvendo grandes equipamentos e sistemas instalados, em contraste com a ausência de serviços e políticas públicas para os grupos quilombolas residentes no entorno. Em meio a esse turbilhão de mudanças, manifestadas pela ilusão do emprego, do consumismo, da inserção na onda de “modernidade” e privilégios, impetrados pelo capital mineral, os quilombolas são contraditoriamente incluídos de forma marginalizada e subalterna, ficando vulneráveis ao sistema reprodutivo das relações sociais hegemônicas.

Na fase de aquisição de dados primários na comunidade quilombola, muitas entrevistas foram realizadas durante a noite e nos fins de semana, em função da rotina de trabalho destes na mineradora. Outras foram realizadas durante as atividades rotineiras da família, sempre buscando criar laços de amizade que estreitasse a minha permanência, envolvimento e deslocamento na comunidade. Tal condição foi extremamente facilitada pelos laços de parentesco entre as famílias e pelas trocas de informações realizadas.

Figura 03 - Ex-funcionário de uma das Empresas terceirizadas da MRN, cedendo entrevista nos fundos de sua casa, no Boa Vista, onde constrói pequenas embarcações em madeira para manter a família



Fonte - CORRÊA, Silvia da S. Trabalho de campo, 2015.

Os relatos e entrevistas sobre a trajetória de trabalho na mineradora acompanhava uma extensa conversa envolvendo assuntos complementares, tais quais educação, qualidade de vida, família, migração, política e aspirações futuras. Nas diversas situações buscava explorar relatos opinativos sobre a atual situação destes na Empresa e as transformações no modo de vida local. Em algumas circunstâncias me via também questionada e interrogada sobre minha vida pessoal e profissional, o que era respondido sem nenhum constrangimento, como também me via cuidada por estes, especialmente em 2015 quando fui a campo grávida de 3 meses. Todos os diálogos foram construídos, com base em criteriosa observação e respeito mútuos.

Em setembro de 2014, realizei relevante entrevista com a antropóloga Lúcia Andrade, na sede da ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo¹³, organização que desde 1978 atua assessorando grupos indígenas e quilombolas para a garantia de direitos territoriais, culturais e políticos no Brasil. Com os quilombolas do rio Trombetas, a parceria iniciou a partir de 1989 e,

¹³ A comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), disponibiliza informações sobre seus trabalhos e atuação na página <http://www.cpis.org.br>.

desde então, tal organização tem assessorado os grupos quilombolas, na luta contra as ameaças que assolam esses territórios. Também atuou como importante agente aliada na luta pela primeira titulação coletiva de terra quilombola, no Boa Vista-Trombetas. O acesso às publicações e documentos da Comissão Pró-índio e a entrevista realizada foram fundamentais para compreender a trama de interesses econômicos e negociações que se sobrepõem aos territórios e direitos dos quilombolas, desde interesses minerários, madeireiros e até hidroelétricos, representando um enorme risco para a reprodução dos modos de vida e trabalho dessas comunidades.

Nas palavras de Lúcia Andrade,

Eu lembro que quando a gente começou a trabalhar lá (Trombetas), o ritmo dos problemas eram mais lentos, agora tá vindo com tudo, retornaram os estudos para hidrelétricas, tem a questão madeireira, concessão florestal, tem a mineradora, tem Empresa oferecendo parceria pra crédito de carbono e isso tem deixado as comunidades quilombolas muito divididas e vulneráveis. Os empreendimentos não esperam avançam rapidamente atropelando tudo e a última cartada, é oferecer emprego, mesmo que seja no grau mais baixo que se tem disponível. Nesse processo, a Pró-índio tem somado com eles (os quilombolas), para fazer os enfrentamentos, garantir as políticas públicas, os direitos. (Entrevista realizada em setembro de 2014, na sede da Comissão Pró-índio em São Paulo).

A comissão Pró-índio por acompanhar por longos anos os grupos do trombetas, mantêm um grande acervo fotográfico, documental e produção de material cartográfico, que ajuda a dar visibilidade as demandas e ameaças sofridas por esses grupos, além de ter acompanhado as transformações nas relações de trabalho nesses territórios com o início da exploração mineral, tornando-se uma importante fonte de levantamento de dados para construção deste trabalho.

Nesta pesquisa faço opção pela utilização dos termos *comunidade quilombola* e *quilombolas do Trombetas*, respeitando as formas como são majoritariamente conhecidos e organizados espacialmente as 35 comunidades quilombolas que vivem no Rio trombetas e seus afluentes. O termo comunidade, utilizado pelo Movimento de Educação de base (MEB), da Igreja Católica a partir da década de 1960, foi introduzido no trombetas pelos Padres Franciscanos que organizavam as famílias quilombolas em núcleos bases para realizar sacramentos e missas. Com a saída dos Padres Franciscanos da Paróquia de Santo Antônio de Oriximiná e a chegada dos *Padres do Verbo Divino*, em 1980, as comunidades cresceram e criou-se uma infraestrutura maior nos antigos núcleos e a criação de novos núcleos, envolvendo capelas, barracão comunitário e formação social-religiosa. Desse modo, cada núcleo se transformava em uma comunidade, ou seja, uma unidade social e religiosa que se estruturava

em torno de objetivos comuns. Respeitando essa organização sócio espacial, farei uso do termo comunidade quilombola Boa Vista-Trombetas.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação encontra-se sistematizada em uma apresentação seguida da *Introdução*, *Três Capítulos e as Considerações finais*. O *Primeiro Capítulo* discutirá o avanço e reprodução do capital na Amazônia e o processo de subordinação da força de trabalho dos quilombolas do Rio Trombetas ao capital mineral, discorrendo sobre as categorias trabalho e território nessa análise. O *Segundo Capítulo* versará sobre o controle social e territorial do trabalho no Trombetas, com a territorialização do capital mineral e seus aparatos políticos-institucionais e as transformações no território e na vida dos grupos quilombolas. Para tanto, enfatizam-se as tramas, tessituras e relações de poder que coexistem no uso do território na região do Trombetas, evidenciando os conflitos e a superexploração dos trabalhadores quilombolas e dos recursos naturais da região. O *Terceiro Capítulo*, enfatizará as formas de resistência, luta e contradições no uso do território quilombola e na relação capital-trabalho, bem como a atual condição de trabalho em que estão submetidos os quilombolas do Boa Vista-Trombetas. Por fim seguem as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas e consultadas.

2. A REPRODUÇÃO DO CAPITAL MINERAL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO RIO TROMBETAS-PA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O TRABALHO

O avanço e a reprodução do capital mineral nas terras quilombolas do rio Trombetas se deram no contexto das crises energéticas dos anos 70, no processo de reestruturação da economia mundial. O interesse no subsolo rico em minérios no Trombetas cristalizou o avanço capitalista sobre a floresta e os grupos quilombolas locais, tendo na aliança entre o Estado e o capital os subsídios para a exploração e acumulação capitalista, visando atender às demandas da economia mundializada. A exploração econômica do subsolo amazônico ocasionou, além dos impactos ambientais, sociais e territoriais, a desagregação das formas tradicionais de trabalho dos grupos quilombolas que passaram a constituir a força de trabalho do capital mineral, abandonando suas práticas agroextrativistas.

Coelho e Monteiro (2003), explicam que regiões fundamentalmente extrativistas, como a Amazônia brasileira, que se inserem competitivamente no mercado global por meio de matérias-primas e produtos semiacabados, acabam tornando-se espaços subjugados à dinâmica mais ampla dos países consumidores, desenvolvendo laços de dependência que ligam economias extrativas às economias industrializadas. A incorporação da Amazônia ao capital, como fornecedora de matérias-primas para o mercado nacional e internacional, legou aos grupos tradicionais e nativos da região o desmonte de seus modos de vida e trabalho, sendo violentamente arrancados de seus meios de sobrevivência, privados dos seus bens de primeira necessidade, foram sendo lançados como força de trabalho livre, subordinados as determinações do sistema capitalista.

A expansão geográfica do capital, impulsionado pelo interesse da economia global, busca estruturas espaciais vantajosas para que a realização do lucro aconteça e todas as *barreiras espaciais* sejam anuladas no processo de acumulação. Harvey (2005), afirma que a expansão geográfica do capital para novas regiões tende a criar novos espaços de acumulação, no seio de uma organização espacial que visa manter a realização da acumulação intacta. Assim, não importa as consequências humanas e ambientais desse processo, quando o que interessa ao julgo do capital, são os meios de maximização de suas taxas de lucro. Nesse sentido, Mészáros (2007), avalia que essa condição autoexpansiva do capital, *é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso*. Portanto, ao tempo e espaço do capital, a natureza e o homem são transformados em vetores de acumulação, este último pelo processo de exploração da força e do tempo de trabalho.

A valorização do subsolo amazônico para exploração mineral foi implementada a partir do projeto de integração nacional proposto pelo Estado autoritário, que instituiu a exploração mineral na Amazônia, com o objetivo de alavancar a economia nacional e aumentar as exportações. Becker (2008) situou três iniciativas como fundamentais para o desenvolvimento da mineração na Amazônia, as quais:

- a) o Projeto RADAM, que constitui um extraordinário avanço no conhecimento do potencial geológico da região e até hoje é seu principal apoio; b) a instituição de vários cursos em geologia e engenharia de minas no país; c) a criação do Poloamazonia em 1974, estimulando a mineração em áreas do Amapá, Trombetas e Carajás (BECKER, 2008, p.4).

Essas iniciativas que integravam as políticas desenvolvimentistas do governo militar para a Amazônia, aliavam interesses nacionais e o capital internacional, visando o crescimento econômico, através da exploração dos recursos minerais abundantes do subsolo amazônico. De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1996 a Amazônia era responsável por 47,9% do ouro produzido, 100% do estanho e 88% da bauxita produzido no País para fabricação do alumínio, dentre outros minerais (DNPM, 1996). O Estado do Pará possui uma das maiores reservas de bauxita do Brasil e do mundo, sendo que o Município de Oriximiná (PA) possui a maior quantidade de reservas conhecidas, cuja extração, desde a década de 1970, vem sendo realizada pela Empresa Mineração Rio do Norte (MME, 2009).

A exploração dos recursos minerais, custeados exclusivamente pelo Estado brasileiro, atraiu competitivamente o capital privado, principalmente o transnacional (CHESNAIS, 1996) e, desse modo, consolidou a formação de grandes empreendimentos minerais que se impuseram sobre a região, transformando intensamente as condições materiais de existência dos grupos tradicionais que ali viviam. O Rio Trombetas, povoado por vários grupos remanescentes de quilombos, sofreu uma enorme intrusão em seus territórios de uso comum, quando no fim da década de 1960, o governo autoriza a exploração das jazidas de bauxita para abastecer o mercado externo, suprimindo a imensa floresta e entregando à própria sorte a população quilombola que ali vivia.

Assim, com a territorialização do capital mineral nas terras quilombolas, manifestadas pelas determinações econômicas, políticas e ideológicas mundializadas, produziu-se a separação dos quilombolas de seus meios de vida, a floresta e a terra de uso coletivo. Marx (2013, p. 786), explica que essa separação do trabalhador de seus meios de vida é a base da *acumulação primitiva*, que compõe a gênese da produção capitalista. A desvinculação do trabalhador de seus meios de produção e trabalho, *por um lado transforma em capital os meios*

de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Tal sistema ocasiona a expropriação do trabalhador e sua família, empurrando-o para o processo de proletarização, ou seja, buscar vender a única coisa que lhe resta, que é sua força de trabalho, onde haja mercado para esta. Deste modo, Marx (2013, p. 787) conclui que ao longo da história da acumulação primitiva, essa arrancada capitalista foi sendo traçada com *sangue e fogo*, constituindo o período *em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres.*

Pelo exposto, ao longo deste capítulo buscar-se-á discutir a dinâmica da relação capital e trabalho através de suas expressões geográficas no Rio Trombetas, tendo como elemento de análise a territorialização da Empresa Mineração Rio do Norte e os desmonte das relações de trabalho dos quilombolas do Boa Vista-Trombetas. Assim sendo, com base em Marx (2011; 2014) e Harvey (2004; 2005), objetiva-se compreender os mecanismos de expansão e acumulação de capital e a lógica que constitui as formas de acumulação desenfreada, consolidando a subordinação do trabalho ao capital e apropriação desigual do território.

Acerca das questões que envolvem as mudanças nas condições de trabalho dos quilombolas, nos alicerçamos em Thomaz Júnior (2002; 2003; 2009); Lessa (2007; 2012), Antunes (1995; 1999; 2003), para compreender os significados e as transformações do trabalho na sociedade capitalista, as diferentes formas que este assume na atual crise societária do capital e seus desdobramentos sobre as condições de existências dos trabalhadores. Nesse sentido, abordamos as formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, como forma de controle e dominação do capital para exploração da mais-valia, evidenciando os mecanismos de acumulação, cuja essência de sua reprodução encontra-se na exploração e degradação do trabalho.

2.1 A produção do território e do trabalho abstrato no modo de produção capitalista

O trabalho no modo de produção capitalista possui as particularidades de ser realizado para a valorização e acumulação do capital, tornando-se abstrato e subordinado as condições do mercado capitalista. Nesse sentido, deixa de ser um trabalho realizado para suprir as necessidades de sobrevivência e converte-se a um trabalho *estranhado, assalariado*, onde ocorre *a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário* (LESSA, 2012, p.28). E nessas condições o trabalho passa a ser

determinado por fins externos, imposto pela lógica da produção capitalista, que se realiza no processo de desenvolvimento desigual e combinado. Conforme explica Antunes (2004),

O trabalho como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se um estranho em relação ao gênero humano (ANTUNES, 2004, p. 09).

Logo, o trabalho sob essas determinações suscitam a superexploração do homem, sua “desumanização”, ocasionando relações destrutivas e degradantes que se expressam nas formas como o território passa a ser produzido. Conforme apontou Raffestin (1993, p.144), o território nada mais é que produto dos atores sociais, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Segundo ele, *Espaço e Território* não são a mesma coisa, o espaço *é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática*, já o território *é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder*.

Desse modo, é a partir do espaço que se produz o território, ou seja, o espaço se transforma em território na medida em que ocorre a apropriação, dominação e poder desse espaço por diferentes *atores sintagmáticos* que o ocupam. Assim, o território reflete as relações de poder, os processos de dominação das relações sociais, econômicas e de trabalho dos diferentes agentes sociais que produzem e controlam o território, fazendo uso de distintas estratégias e instrumentos. O território, como uma das categorias de análise na Geografia, *é a cena do poder e o lugar de todas as relações*, é o campo de ação dos *trunfos* de poder, e dos mecanismos de controle e dominação dos agentes que determinam e disputam o território.

No processo de apropriação da natureza, por meio da relação capital-trabalho, o território expressa a disputa de poder, as desigualdades, contradições e a luta de classes. Nesse sentido, a expansão e controle do território ocorrem de forma contraditória e combinada, por meio das relações de trabalho e poder, estratificados em uma sociedade de classes. O território produzido pela sociedade de classe e pela relação capital-trabalho é dinâmico, contraditório, de acordo com Oliveira (2002), deve ser entendido,

[...] como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travadas pela sociedade na produção de sua existência (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

O território expressa o conteúdo das relações contraditórias dessas classes, onde as práticas e interesses são distintos e conflituosos. Consequentemente, o território como expressão espacial da luta de classes, é definido a partir das relações de poder ensejadas pelos conflitos permanentes entre capital e trabalho, produzidos pelas relações sociais de produção. Desse modo, configura-se como produto e condição de reprodução da sociedade, que sob o modo de produção capitalista, significa reprodução ampliada do capital e da força de trabalho. Para Oliveira (2002, p.74), são características inerentes ao território os processos dinâmicos/dialéticos de, *Construção/ destruição/ manutenção/ transformação*, ou seja, o movimento que revela a totalidade das relações sociais.

O desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo, resultante das relações de poder e produção estabelecida pelo domínio da classe social capitalista, se fortalece na lógica do capital e tende a mobilizar cada vez mais as forças produtivas, controlando as relações de trabalho e o território em prol de seus interesses. O território apropriado pelo capital redefine as relações sociais e se materializa viabilizando o processo global de acumulação capitalista.

Desse modo, o território expressa a disputa de poder e conflitos de classes e interesses antagônicos e é resultante da ação humana a partir da apropriação, dominação e uso dos recursos que dão condições à reprodução da sociedade. O território passa a ser um trunfo de poder nas mãos de quem o detém, conforme explicou Raffestin (1993), mas representa possibilidades para quem não o possui, pois nessa perspectiva de território as relações sociais são dinâmicas e mutáveis, já que também é resultante de *um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência* (OLIVEIRA, 1999, p.74).

O Geógrafo Marcelo Lopes de Souza corrobora com essa discussão de território, entendendo também tal conceito também a partir das relações de poder, que se formam no âmbito das relações sociais e em diversas escalas temporais e espaciais. Para esse autor, *todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN* (SOUZA, 2001, p.78). A partir do território tem-se a formação da identidade territorial, construída da dimensão material do espaço socialmente construído. No caso dos grupos tradicionais da Amazônia, o território deve permitir a esses grupos manterem suas identidades e formas de vida, longe dos abusos, submissões, expropriações e de interesses capitalistas, o que ainda se constitui uma utopia no atual desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, através da categoria território se explicita as relações e exercício de poder em um determinado espaço, fruto das relações sociais. O território reflete os conflitos, contradições sociais e a forma como um grupo prevalece, influencia e domina outro grupo.

Sobre a questão do poder nas relações sociais Raffestin (1993, p.53), explica que o poder se manifesta entre dois polos que fazem face um ao outro, ou se confrontam. Essas forças acabam por criar um campo de poder. Para o autor, o poder é entendido com base no pensamento de Michel Foucault, contendo em sua natureza as seguintes proposições:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT apud RAFFESTIN, 1993, p.53).

O território, por todas essas relações é um *campo de poder*. Pelo exercício do poder se controla um território, uma população e se dominam os recursos, mas *é no trabalho que o poder se enraíza* (Raffestin, 1993, p.56). Assim, o trabalho torna-se para o homem o exercício do poder sobre a natureza e sobre os outros homens, ao construir suas relações sociais. A forma e os fins de realização do trabalho dependem das condições pelo qual os homens produzem suas relações materiais de existência, subordinadas ao modo de produção vigente. Nas diversas sociedades e épocas históricas o homem busca suprir suas necessidades de existência através do trabalho, criando meios e instrumentos para realizá-lo. Marx (2003, p. 257) diz que *O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, com que meios de trabalho*. Nesse sentido, sob o modo de produção capitalista, o trabalho humano passa a ser subordinado ao capital, tornando-se um trabalho abstrato, produtor de mais-valia, onde o trabalhador é reduzido à simples força de trabalho, tornando-se um instrumento de reprodução do capital.

Thomaz Júnior (2009), ao investigar os significados e as marcas territoriais das questões que envolvem o mundo do trabalho, no atual estágio de crise estrutural da sociedade do capital, afirma que a dinâmica geográfica que envolve o trabalho e sua constante (des) realização, tem trazido desdobramentos avassaladores para os trabalhadores, envolvendo despossessão de seus territórios, precarização das relações de trabalho, informalidade e a superexploração do trabalhador, em dimensões alarmantes. No movimento contraditório da relação capital e trabalho, a condição de opressão e apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital, expõe o trabalhador a uma condição degradante de subordinação e exploração de sua força de trabalho, em troca de um salário.

Desse modo, o trabalho mediado e organizado para atender as demandas do capital assume a forma de trabalho remunerado/assalariado, já que o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador pelo seu valor de troca (salário), que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria. Desse modo, o capitalista ao comprar a força de trabalho, também se apropria do tempo de trabalho superior ao necessário para a produção. Esse tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista é a *mais-valia*. Ou seja, é a exploração do trabalhador pelo tempo de trabalho não pago, gerando lucro ao capitalista. Marx (1984) explica que

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1984, p. 105).

Desse modo, no processo de acumulação capitalista, a força de trabalho precisa estar a serviço do capital, gerando um *exército de reserva*. Este, por sua vez, é formado pelos indivíduos que, despossuídos dos meios de produção, transformam-se em sujeitos supérfluos, subordinados e a mercê das demandas do capital, que os explora e extrai acentuadamente a mais-valia, conforme sua necessidade de expansão, aumentando a classe proletária. Assim, o processo de organização do trabalho para o capital encontra-se pautado na *intensificação da produção e das condições de exploração da força de trabalho* (ANTUNES, 2007). Essa relação é permeada de contradições, onde se opõe o interesse do capitalista e dos trabalhadores. Nessa condição, o capitalista comprador da força de trabalho, decide como fará uso dessa mercadoria. Já o trabalhador se submete às condições de trabalho, ao empenho pessoal na atividade e ao valor do salário que será recebido para realizá-lo. O trabalhador perde sua autonomia e decisão quando necessita se submeter às condições de trabalho para o capital.

Marx (2010, p. 716-717), assevera que a força de trabalho tem que se incorporar continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não podendo livrar-se dele. Assim sendo, *sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado*. Desse modo, a relação capital-trabalho tem sua gênese conflituosa, onde exploração, dominação e apropriação concreta do trabalho pelo capital resulta na ampliação das desigualdades sociais e na concentração de renda nas mãos dos capitalistas. Os resultados da produção e da riqueza se tornam cada vez mais apropriados desigualmente, refletindo nas condições de pobreza e miséria do trabalhador, aflorando as

contradições do modo de produção capitalista, mas também os embates e as formas de resistência.

Os trabalhadores ao serem subordinados ao processo produtivo passam a ser controlados de forma direta pelo capital, já que sua força de trabalho também é uma mercadoria que irá produzir outra mercadoria, o produto final para ser destinado ao mercado. A diferença entre essas duas formas de mercadorias, a força de trabalho e objetos produzidos, é que somente a força de trabalho é capaz de gerar um valor excedente, a mais-valia, apropriada pelo capitalista, que corresponde à quantidade de trabalho não pago ao trabalhador. Conforme garantiu Marx (2013), é a partir do trabalho que *a riqueza é socialmente produzida*, mas é na forma de exploração da mais-valia do trabalhador, que este é desvalorizado, oprimido e submetido às diversas formas de exploração do capital, sendo os meios e instrumentos de produção pertencentes e controlados pelo capitalista, e os salários recebidos mal garantem aos trabalhadores as necessidades básicas de sua existência. Despossuídos desses meios, os trabalhadores vendem e colocam à disposição a sua força de trabalho ao capitalista que, ao comprá-la na forma de assalariamento, expropria da classe trabalhadora a riqueza produzida. Ou seja, nessas condições, o trabalhador, através de sua força de trabalho, produz a riqueza, mas não pode desfrutá-la.

A produção capitalista tende a transformar tudo em mercadoria, tudo *se torna vendável e comprável* (MARX, 2013, p.205). A força de trabalho como mercadoria tende a ficar cada vez mais barata e desvalorizada em função da lei de oferta e procura, pois, cada vez mais se aumenta o número de trabalhadores desempregados que formam o exército de reserva, barateando o preço da força de trabalho, o que é extremamente vantajoso para o capitalista, já que o salário pago por ele será menor, ampliando ainda mais seus lucros e a concentração da riqueza. Em consequência, ocorre o empobrecimento e a miséria da classe trabalhadora, que se torna descartável, reduzida à condição de *coisa*, explorada e subordinada violentamente às imposições e regulações desse modo de produção. A força de trabalho, mesmo sendo uma mercadoria fundamental para a manutenção e funcionamento do sistema, torna-se facilmente descartada e substituída.

O processo de reprodução e acumulação de capital implica no aumento da exploração dos territórios e do trabalhador. Harvey (2005), afirma que para Marx, a acumulação de capital fundamenta-se como *centro das coisas*. Diz ele:

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente

revolucionária, que, incessante e constantemente reforma o mundo em que vivemos (HARVEY, 2005, p. 43).

Nessa condição expansível do capital, em busca de acumulação, se acirram as desigualdades sociais, territoriais e a exploração do trabalhador, que com interferência direta do capital globalizado, provoca desequilíbrios regionais e transforma velozmente os territórios não capitalistas, acabando por suprimir esses territórios a sua dinâmica de produção e exploração. Contraditoriamente, muitos tem sido os movimentos de resistência, já que embora se force uma hegemonia produtiva e de trabalho pelo capital, este não atinge da mesma forma os diferentes territórios e grupos sociais, pois depende das especificidades dos espaços e das organizações sociais, bem como o jogo de interesses que serão estabelecidos, entre o que se impõe e as condições preexistentes.

2.2 A Reprodução Social e territorial a partir do *Trabalho Concreto* dos quilombolas do rio Trombetas-PA

O trabalho é materializado no território, com base nas condições de reprodução social, territorial e as técnicas criadas para responder às necessidades humanas. Desse modo, os grupos sociais produzem as condições de trabalho e subsistência, conforme seus interesses e o desenvolvimento das forças produtivas, bem como as determinações dos períodos históricos. O produto do trabalho, na sua forma concreta, realiza-se para atender a satisfação das necessidades humanas, criando *valores de uso*, trabalho útil. Nesse sentido, o trabalho, *é condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza, e, portanto, da vida humana* (MARX, 2013, p.120).

Como produtor de valores de uso, o trabalho cria os meios de subsistência, transformando a natureza de uma maneira que seja útil às necessidades humanas, consciente da sua finalidade e realização. Assim sendo, ao se apropriar e transformar a natureza em bens úteis, *o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza* e produz as bases de sua reprodução social. Ao se apropriar do trabalho e do produto do trabalho alheio para produzir mercadorias com valor de troca, o homem *coisifica* as relações e transforma o trabalho concreto em trabalho abstrato, produtor de mais-valia e base das relações capitalistas. Nesse processo sistêmico de apropriação do trabalho alheio, é que *“emerge a condição de existência da civilização do capital”* e o *“processo social de proletarização”*, conforme explica Thomaz Júnior (2009, p.41) com base em Marx, *“um movimento sócio-histórico estrutural que impõe um tipo humano*

submetido às coisas ou ao poder das coisas, ou seja, o homem alienado ou homem desefetivado como sujeito”.

A gênese das condições de trabalho concreto agroextrativista dos grupos quilombolas da Amazônia foram produzidas pelo contato direto com a natureza, onde desenvolveram formas alternativas de viver, criando meios de vida e trabalho para suprir as necessidades naturais de subsistência, como alimentação e habitação. No interior da Floresta Amazônica se reconstituíram socialmente, formando quilombos, espaços livres dos horrores da escravidão, retirando diretamente da terra, da floresta e dos rios os meios necessários a subsistência.

Durante o Brasil-colônia, a força de trabalho escrava do negro africano sustentou a base da economia de *Plantation*, caracterizada pelo trabalho escravo, as monoculturas e a grande propriedade fundiária. A lógica específica desse sistema pautava-se na exploração e acúmulo de capital, por meio da transferência da renda gerada na colônia diretamente para a metrópole. Oliveira (2007, p.24), explica que, na produção da economia colonial permanecia a *determinação da circulação sobre a produção e, sobretudo pelo fato de que as mercadorias tropicais produzidas não eram as únicas mercadorias dessa economia, mas também o trabalhador escravo o era*. Ou seja, mesmo antes de iniciar a produção, o tráfico e comércio de escravos já traziam elevados lucros.

O negro escravizado, transformado em mercadoria era *renda capitalizada*¹⁴, podendo ser comprado, vendido, alugado e negociado sem nenhuma consideração sobre sua natureza humana. Germani (2006), explica a condição e situação do negro como força de trabalho na economia colonial,

O escravo africano foi a força de trabalho de todo o sistema implantado na colônia: primeiro nos engenhos, depois nas minas de ouro e mais tarde nas fazendas de algodão e café. Tudo o que se produzia neste período teve a marca do suor e do sangue do negro, obtido através do trabalho escravo. A existência do negro africano nas fazendas e engenhos contabilizava como capital fixo, como uma máquina, não como pessoa. Inclusive se podia, segundo determinava a lei, ser objeto de hipoteca juntamente com os animais pertencentes às propriedades agrícolas (GERMANI, 2006, p. 128).

A condição de mercadoria, de cativo, os maus tratos e suplícios a que eram submetidos os negros escravos, revelam não somente o caráter *perverso da organização social escravista*,

¹⁴ Conforme explica Martins (1979, p. 15-16), o escravo tornava-se renda capitalizada, em razão de que “as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada”, já que o preço pago pelo escravo nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele.

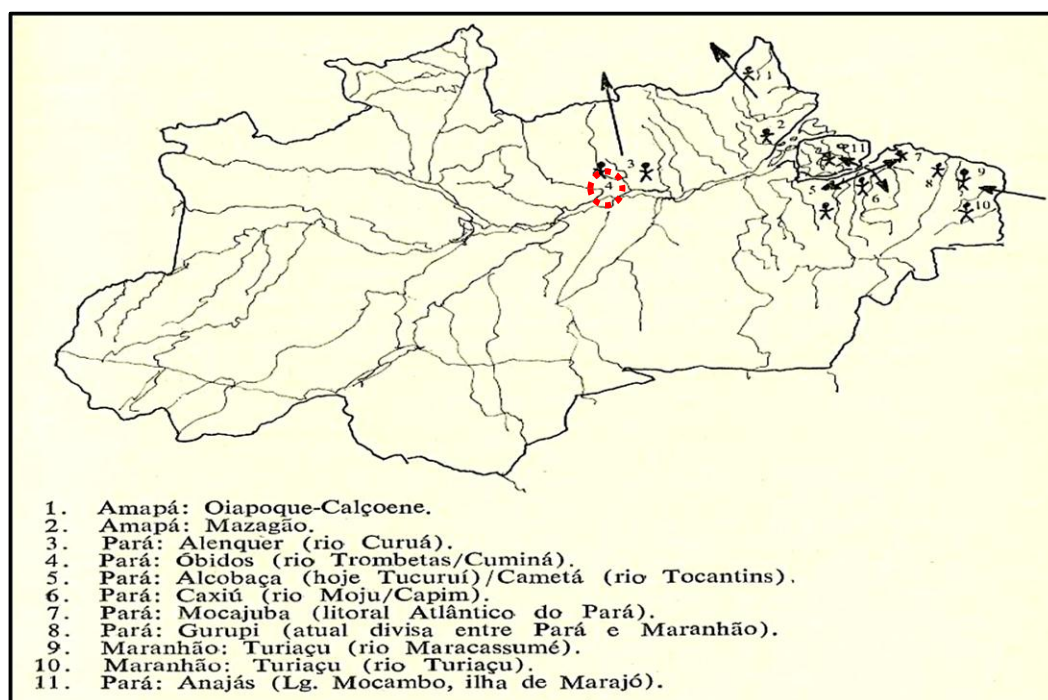
*como foi uma das maiores violências perpetradas contra o povo negro*¹⁵, entretanto, foi com base nessa condição que durante todo o período de submissão do negro à escravidão, concomitantemente, houveram diversas formas de resistência e oposição à exploração escravista. A mais importante forma de resistência dos escravos foram as fugas individuais ou coletivas, fazendo surgir os quilombos, resultantes das contradições estruturais do sistema escravista. Os quilombos foram, dinamicamente em nível de conflito social, *a negação do sistema por parte dos oprimidos*, os negros, que em busca do retorno à liberdade e de romper com a condição de escravo, fugiam e adentravam a imensidão da floresta amazônica.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do sistema servil. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência (MOURA, 1988, p.102).

Nos quilombos se estabeleceram espaços temidos e difíceis de serem combatidos por se situarem em locais embrenhados na densa floresta, de complexo acesso. As fugas e os quilombos se multiplicaram na Amazônia a partir do final do século XVIII e início do século XIX, o **Mapa 02** a seguir mostra, a divisão geográfica dos principais quilombos/mocambos formados no território do Grão-Pará:

¹⁵ PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21-ed. São Paulo: Contexto, 2011 (repensando a História).

Mapa 02 - Localização dos principais quilombos do Grão-Pará, formados nos séculos XVIII e XIX e a direção de suas rotas



Fonte - Salles (1971, p. 252)

Os quilombos formados no rio Trombetas tornaram-se um território de liberdade e de resistência negra, estabelecidos e facilitados pela *geografia do rio, tornou-se tão celebrado na Amazônia, quanto o Palmares no Nordeste* (GOULART, 1968, p.155). Nesse rio, os quilombolas desenvolveram condições de trabalho e existência baseadas no extrativismo vegetal, na agricultura e nas trocas comerciais de produtos da floresta. Por mais de dois séculos, desenvolveram um modo peculiar de viver e proteger a floresta e os rios, tendo no extrativismo, na pesca e no cultivo de pequenas roças a autonomia de uma *produção familiar e comunitária*.

Esses *territórios de vida e trabalho*, construídos por esses grupos no interior da floresta, sustentados no *uso comum da terra*, no trabalho e na família, se articulam a uma lógica de reprodução camponesa, cujas condições e meios de sobrevivência eram diretamente controlados pela própria família, em suas formas de cooperação e práticas coletivas. O espaço, o tempo e os instrumentos de trabalho indispensáveis para as atividades agroextrativistas, bem como as técnicas de organização do trabalho familiar, eram implementadas pelo próprio grupo, com os conhecimentos adquiridos na relação com a natureza e com a *troca de saberes com culturas indígenas* (ACEVEDO; CASTRO, 1998). O trabalho na coleta da castanha, açaí, copaíba, andiroba, palha de ubim, cipós, breu, extração de madeira, a caça, a pesca, plantio e cultivo de pequenos roçados, configuram as formas de organização social e de trabalho que

proporcionaram aos grupos negros da região do Trombetas uma identidade territorial, pautada essencialmente na terra como usufruto livre e comum.

De acordo com Almeida (1989, p.163), as terras de uso comum são formas de organização social e territorial baseadas em *laços solidários e de ajuda mútua*, formadas através de regras firmadas *sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável*, que funcionam como *fator de identificação, defesa e força*, e garantem o acesso livre à terra. Em termos gerais, *a terra de uso comum tem características associadas a uma terra do povo – uma terra que é de todos*, e o direito de uso dessa terra encontra-se associado à *tradição, ao costume e a memória coletiva* (CAMPOS, 2000, p.7-8).

As chamadas *terras de preto*, que compreendem as terras de uso comum de comunidades quilombolas, possuem um valor de uso expresso pela identidade étnica voltada para a satisfação das necessidades básicas da família e reprodução da vida dessas populações. Esses territórios só passaram a ser identificados e reconhecidos a partir da criação do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, fruto de pressões e mobilizações do movimento negro, onde passaram a ser designados politicamente de “*remanescentes de quilombos*”. Assim, nos territórios quilombolas do Trombetas, a terra foi sendo ocupada sob domínio comum, não se construindo cercas para separarem as casas e os espaços de coleta, no seio de uma vivência coletiva, reconhecida socialmente por regras e normas comuns, sendo a principal delas o respeito às condições naturais dos recursos e à utilização desses recursos naturais apenas como forma de sobrevivência.

Figura 04 - Território coletivo do Boa Vista-Trombetas, proximidade das casas e quintais compartilhados, espaço onde não existem cercas.



Fonte - Corrêa, S. da S. Trabalho de campo, 2014.

Nesse sentido, o caráter fundamental do trabalho e da produção em sistemas de uso comum da terra fundava-se na criação de *valor de uso*, ou seja, era trabalho *concreto*, efetivado apenas para o uso e consumo de materiais necessários à alimentação, moradia e reprodução social, respeitando o *tempo da natureza* e a experiência dos mais velhos, através de relações de ajuda recíproca a partir de práticas como o puxirum, que segundo explicam Azevedo e Castro (1998, p.174), *constitui uma técnica social de maximização das energias individuais, através do exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua*. O puxirum consiste mais do que uma organização do trabalho, pois permite aos quilombolas estreitar os laços de solidariedade e coesão, já que o intuito dessa prática não é a obtenção de lucro, sob forma de remuneração, mas, tão somente, ajudar e ser ajudado quanto à necessidade de limpeza de locais de roças, construção de casas, coleta e quebra de castanha, abertura de canais, furos, etc., sendo, portanto, uma das estratégias de organização de trabalho comunitário, aspecto da sociabilidade do grupo para apropriação comum dos recursos naturais (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

A alimentação, as moradias, os meios de transporte, as técnicas e instrumentos de trabalho eram diretamente retirados e construídos com os recursos abundantes da floresta, dos rios e do solo. O produto do trabalho pertencia e satisfazia as necessidades imediatas de socialização e autossustento dos quilombolas, onde o tempo de trabalho era livre e dispendido conforme as precisões e demandas do grupo. Tratava-se de um trabalho útil, necessário,

concreto, e no intercâmbio entre a natureza e os quilombolas, o modo de viver e trabalhar foram se desenvolvendo no seio de relações não capitalistas, fundadas essencialmente no usufruto comum da terra.

Nessa forma de usufruto da terra, os espaços são vistos de forma integrada e coletiva, cujo conhecimento e manejo vão sendo repassados e adaptados às condições naturais e a cada necessidade do grupo. No Trombetas, o rio passa a ser além do espaço da pesca, a via de locomoção, informação e acesso às áreas extrativas, integrado aos espaços da floresta, que além de enriquecer a alimentação, é o lugar onde se cultivam as roças, se coletam frutas e a caça, sempre mantendo-o resguardado e protegido. As casas, as embarcações e os instrumentos de trabalho, majoritariamente construídos em madeira, palhas e cipós retirados da própria floresta, grafam sobre o território elementos de pertencimento e identidade territorial, além de construir um imaginário social que reafirma a identidade étnica, desses grupos.

As terras de uso comum ocupadas pelas populações quilombolas impedem que esta ganhe o sentido de mercadoria, seja vendida, especulada e apropriada individualmente. A posse coletiva e o manejo dos recursos naturais são realizados pelas unidades familiares no sentido de acesso a condições básicas de suas existências. Para estas, a terra não é um negócio, mas um bem vital, uma *terra de trabalho* (MARTINS, 1991) para a reprodução da vida, de onde retiram seus sustentos através dos recursos oferecidos pela natureza. Nesse sentido, fica evidente a diferença entre as formas de uso e apropriação privada da terra e as formas de apropriação coletiva, já que a primeira é dirigida pelo mercado, parcelada em lotes individuais, sendo adquirida através de compra e venda, ocasionando a concentração e o latifúndio. Contrariamente, as formas de uso coletivas de apropriação da terra se dão sobre uma base *indivisível e inalienável*¹⁶, sendo proibida a venda, uma vez que o uso coletivo é condição fundamental da existência, da cultura, história e da reprodução social desses grupos.

No Trombetas, as áreas de uso comum utilizadas para o extrativismo e a coleta da castanha obedecem leis e normas consensuais específicas, onde as famílias quilombolas usufruem dos grandes castanhais, respeitando o direito a coleta de cada família. Nesses espaços de trabalho extrativo, tem-se claro o direito coletivo à terra, conforme se observa na fala do quilombola do Rio Trombetas:

O castanheiro não pode dizer esse castanhal é meu, negativo se tiver castanha espalhado o outro pode chegar e pegar, só não pode pegar o que já está recolhido, o castanheiro tem que dizer esse castanhal é nosso, é de todos nós

¹⁶ As terras de remanescentes de quilombo, ou “terras de preto”, são bens indivisíveis e inalienáveis, já que não podem ser vendidas ou apropriadas de forma individual, privada, devendo permanecer sob uso e posse coletivo desse grupo social.

a gente tem pontos de trabalho e cada um tem um ponto, já é uma coisa muito de muito tempo, então cada um vai colhendo, vai fazendo coleta (Ivanildo Carmo de Souza, Presidente da AMOCREQ-CPT, dia 04 de abril de 2012, em Cachoeira Porteira¹⁷).

O fruto da castanheira (*Bertholletia excelsa*), um dos principais produtos extrativos coletados pelos quilombolas foi, por muito tempo, realizado de forma livre em toda região do Trombetas e a produção era utilizada tradicionalmente para o complemento alimentar das famílias quilombolas, já que em todo alimento é possível se preparar com a castanha (Mingaus, doces, carnes de caça e peixes), e o excedente era negociado com os *regatões* e comerciantes locais. A safra da castanha obedece a um calendário extrativo que geralmente compreende ao período do inverno amazônico (períodos das chuvas e enchentes), nos meses de janeiro a maio.

Figura 05 – Quilombolas em área de castanhal no Trombetas utilizando seus instrumentos de trabalho na coleta: o *paneiro* e o *facão*



Fonte – PENTEADO, Carlos (2004).

O trabalho na coleta da castanha não é uma atividade fácil para os quilombolas, estes tiveram que aprender com seus antepassados a extrair da floresta esse recurso para sua sobrevivência, já que incide sobre horas de caminhada na floresta, carregando pesados *paneiros*

¹⁷ Entrevista cedida aos técnicos que compuseram a equipe que formulou o Relatório Técnico Científico para Identificação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Cachoeira Porteira, no ano de 2012.

(Figura 05), além de técnicas de *quebra do ouriço*, onde se encontra a castanha, e o conhecimento dos caminhos, entradas e saídas dos pontos onde estão as castanheiras na floresta. Entretanto, essas características de acesso comum aos castanhais e técnicas extrativas, ao longo do tempo, foram edificando saberes, identidades e um pertencimento territorial que permitiram aos quilombolas a afirmação de sua identidade para com o território e a natureza. Nessa afirmação foram consolidando regras e princípios de uso comum dos territórios extrativos, que proibia a venda e destruição das castanheiras, por exemplo, já que suas vidas encontram-se intrinsecamente ligadas à vida da floresta, dos castanhais.

A castanha é, para os quilombolas do Trombetas, o *símbolo da fartura*, da alimentação enriquecida, do artesanato, inspiração para as músicas, histórias e memórias, tida como um dos elementos de expressão de sua identidade. Em uma de suas músicas, o quilombola Daniel Souza descreve o processo de coleta da castanha e a saga dos quilombolas nos castanhais:

O castanheiro/ deixa sua casa em janeiro/ para ganhar o seu dinheiro/ sobe o Erepecuru/, mas não é fácil/ a coisa é dura meus irmãos/ tem que andar doze quilômetros pra pegar a embarcação. / Ao chegar põe/ o seus bagulhos na canoa/ sai o rumo aonde/ tem que se acampar/, mas, antes passa/ pelas cachoeiras/ arriscando a sua vida/ pra família sustentar (BIS). Chega ao castanhal/, ergue o barraco pra poder/ a castanha extrair/ entra na mata/ com paneiro e seu facão /vai pensando no boião/ mas pega logo o jabuti/ enche o paneiro/ e pra casa volta já/ põe o jabuti na castanha/ janta e vai descansar (Trajetória de um castanheiro, Daniel Souza, 2002)¹⁸.

Os instrumentos de trabalho utilizados nos castanhais e nas atividades agroextrativas, são, em sua maioria, feitos artesanalmente, como o *paneiro*, que é um tipo de cesto confeccionado de cipós retirados da floresta, que serve para carregar os ouriços de castanha.

¹⁸ Letra da música *Trajetória de um Castanheiro*, CD- Canto dos quilombolas do Vale do Trombetas-Pará, gravado em 2002, estúdio JDO, de autoria de uma das mais influentes lideranças quilombola do Alto Trombetas, Daniel de Souza, que atualmente é um dos membros diretores da ARQMO e fundador da banda quilombola Encanto do quilombo.

Figura 06 - Quilombola do Alto Trombetas iniciando a confecção de um *paneiro*, técnica adquirida com os indígenas e aperfeiçoada com os grupos quilombolas



Foto: Documentária Fotografia/ PENTEADO, Carlos (2013).

A técnica de confecção desse instrumento de trabalho é repassada a várias gerações e exige bastante habilidade, seja na escolha certa do cipó para resistir ao peso, seja na forma de trançar, pois este deve evitar ferir as costas de quem irá conduzi-lo. Além disso, com o ouriço da castanha é possível criar diferentes peças artesanais e de uso domésticos comercializáveis. Desse modo, o conhecimento aprofundando dos castanhais, das técnicas e do processo de extração da castanha permite aos quilombolas um pertencimento no uso coletivo desses espaços, dando-lhes certa exclusividade no acesso e uso desse recurso no Trombetas, reproduzindo a *herança deixada pelos antepassados*, que *desbravaram* esses territórios.

Nas atividades agroextrativistas os quilombolas recriam formas de existência, valores, relações e instrumentos de trabalho que vão sendo adequados às condições e o desenvolvimento natural da floresta, baseados em *saberes acumulados*. As técnicas de captura, horários, habilidades e instrumentos da caça, pesca, o manejo do extrativismo e da agricultura, repassadas ao longo do tempo e da ocupação livre da floresta, cristalizaram princípios comuns e éticos que se perpetuam no território e oferecem as condições de um viver com certa autonomia e independência, cuja organização, práticas e instrumentos de trabalho perpassam pelo respeito e proteção da natureza e o manejo sustentável de seus recursos.

Para os quilombolas, por longos anos, o rio Trombetas foi o espaço de fartura, onde se podia escolher a alimentação da família, entre os vários tipos de caças, peixes, quelônios, este último principal fonte de alimentação dos quilombolas do Trombetas. Por muito tempo mantiveram certo *isolamento geográfico* em razão do baixo povoamento e ocupação do Trombetas principalmente até meados do Século XIX, o que para O'dwyer (2002), tratava-se na verdade de um *isolamento consciente*, que permitia a efetiva defesa dos interesses do grupo quilombola para com os *de fora*.

Esse isolamento geográfico, vivenciado pelos agrupamentos quilombolas do vale do Trombetas não impedia as redes de relações comerciais e sociais mantidas com agentes externos, seja os *regatões*, que subiam os rios trocando e vendendo produtos, as tribos indígenas ou os comerciantes dos portos de Óbidos e Oriximiná, onde integravam-se ao mercado local e regional através da venda e troca da produção excedente coletada na floresta e na agricultura, em contrapartida adquiriam artigos que não produziam. O *isolamento geográfico* foi ameaçado com a inserção da economia da castanha e a apropriação dos grandes castanhais pela elite regional, inserindo os quilombolas nas relações de patronagem, aonde estes vão, aos poucos, perdendo o acesso às terras de uso comum para os patrões da castanha e se inserindo em novas relações de trabalho. Posteriormente, a territorialização do capital mineral nas terras do Trombetas vai transformar as relações de trabalho e as terras de usos comum dos quilombolas em territórios de acumulação do capital.

O **quadro 01** a seguir mostra, as fases de ocupação e as transformações territoriais ocasionadas no Trombetas, com a territorialização quilombola e os tipos de territórios produzidos ao longo desse processo de ocupação.

Quadro 01 – Periodização e fases da ocupação quilombola no Trombetas

Período histórico-geográfico	Fases de Ocupação	Tipos de territórios	Transformações sócio-territoriais
Final do Séc. XVIII e XIX.	Início das fugas para as cachoeiras do Alto rio Trombetas e seus afluentes.	Território como refúgio	Formação dos quilombos, no alto das cachoeiras.
Metade do séc. XIX.	Trocas mercantins e intensificação do agroextrativismo.	Territórios de vida	Descida das cachoeiras e apropriação dos diversos trechos do rio trombetas e seus afluentes.

Metade do Século XX em diante.	Territorialização do capital mineral e de políticas preservacionistas; Sobreposição das terras de uso comum dos grupos quilombolas.	Territorio “invadido” / Normado	Implantação da Mineração Rio do Norte; Políticas Ambientais - Criação da FLONA e da REBIO; Reconhecimento jurídico de direito de uso coletivo da terra pelos grupos quilombolas (territórios quilombolas)
--------------------------------	---	---------------------------------	---

Fonte: Org. Autora com base em ACEVEDO; CASTRO (1998).

O rio trombetas, teve uma importância ímpar na proteção e refúgio dos quilombolas, mesmo após a chegada dos agentes do capital, estes continuam lutando para permanecer em suas terras, uma luta desigual, que os coloca em extrema fragilidade face o poder do capital no território.

2.3 Trabalho e subordinação: O rio Trombetas sob o domínio do capital

O rio trombetas, até meados da década de 1970, teve um lento processo histórico de ocupação por diferentes grupos étnicos, tendo na produção extrativista as bases de desenvolvimento e produção. Na região Amazônica, o extrativismo não só é garantia de sobrevivência e sustento dos grupos tradicionais, como em diferentes épocas foi explorado maciçamente por interesses externos à região, transformando os recursos naturais abundantes no solo e subsolo amazônico em mercadorias de acumulação. O extrativismo, desse modo, constituiu a base de formação da economia amazônica. Segundo explica Weinstein (1993),

Desde as primeiras décadas da colonização europeia, as expedições coletoras constituíram a base da produção na Amazônia os portugueses, especialmente, organizaram a penetração econômica da região, nos séculos XVII e XVIII, em torno de grupos extremamente móveis de índios coletores, que se dispersavam por toda uma dada área para extrair substâncias naturais, como óleo de tartaruga, especiarias, madeira-de-lei, óleos vegetais e sementes de cacau. [...] Essa ênfase nas expedições coletoras, em oposição à agricultura organizada ou mineração foi o traço que mais marcadamente distinguiu a vida amazônica de outras importantes áreas de colonização no Brasil colonial (WEINSTEIN, 1993, p.25)

Assim sendo, o desenvolvimento da economia extrativa tornou-se extremamente lucrativa para o comércio externo e os interesses da metrópole, que além de saquear as riquezas amazônicas, explorava os grupos nativos no processo de coleta. Consolidava-se o *extrativismo-exportador*, cujas demandas do mercado internacional marcavam o ritmo da produção e valorização de determinados produtos. Inicialmente foram as *drogas do sertão*, depois a

borracha, a castanha, os minérios e, assim, a Amazônia foi tecendo seu desenvolvimento econômico e social com base na exploração e expropriação dos recursos naturais e humanos.

Nesse movimento, vai se efetivando a penetração do capital na Amazônia, que *se inscreve na divisão nacional/internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas, sobretudo minerais e madeiras* (GONÇALVES, 2010, p.102). Assim, ao explorar e usufruir das matérias-primas do território amazônico, as metrópoles acumulavam capital e garantiam seu desenvolvimento econômico. Para os grupos tradicionais amazônicos, além de terem seus meios de vida apropriados, tornavam-se força de trabalho da economia extrativa, quebrando a *coesão interna de povos e regiões, submetendo-os à sua lógica de produzir-produzir com uma distribuição desigual da riqueza. Dissocia o lugar de produção do lugar de consumo, ao dissociar também, quem produz a riqueza de quem dela se apropria* (GONÇALVES, 2010, p.67).

Na economia extrativista exportadora do período colonial, o Baixo Amazonas contribuía com importantes produtos valorizados no mercado externo, dentre eles, o cacau, o algodão, a borracha e a castanha do Pará, que eram exportados para atender às demandas europeias. De acordo com OBERG (2009), a ocupação portuguesa do Baixo Amazonas foi precedida por comerciantes ingleses e holandeses, mas foram com os portugueses que se estabeleceram as fortificações para controlar o território e se instalaram postos de coleta extrativa nas confluências do rio Amazonas. Assim, a coroa portuguesa se apropriava da riqueza do território através principalmente do extrativismo das drogas de sertão, as quais: *plantas silvestres como a baunilha, o cravo, a salsaparrilha e o cacau e a outros produtos como madeiras, ovos de tartaruga e pelos de animais* (2009, p. 187).

Nessa economia extrativa, a força de trabalho explorada era inicialmente do indígena escravizado, recrutado pelas missões jesuítas, onde estabeleceram *formas adequadas de convivência (obtinham a mão de obra dessa gente mediante doação de quinquilharias) e acabaram na exploração servil dessa mão de obra* (CARDOSO E MULLER, 2008, p. 28). A mão de obra escrava do indígena desempenhou importante função no processo primitivo de coleta das drogas do sertão, pois este dominava a floresta e conhecia profundamente as técnicas de coleta e beneficiamento.

Na primeira metade do Século XVII, segundo (FURTADO, 2008, p.110), o Pará progressivamente se transforma em centro exportador de produtos florestais, onde a coleta utilizava intensivamente a mão de obra indígena, no entanto, *trabalhando dispersa na floresta, dificilmente poderia submeter-se às formas correntes de organização do trabalho escravo*. Logo o trabalho extrativo realizado pela mão de obra servil indígena, entrou em decadência,

dando lugar às políticas mercantilistas do Marquês de Pombal (1750 – 1771), que financiou a importação em grande escala de mão de obra africana, através da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

De acordo com Reis (1961, p.02-03), os primeiros escravos africanos, foram introduzidos na região amazônica, para a costa do Amapá, pelos ingleses no Século XVII. Em seguida, pelos portugueses, através das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, sendo espalhados por toda a região amazônica. Vicente Salles (1971) explica que é difícil levantar a quantidade de escravos traficados da África para a Amazônia, entretanto, estima-se que através das companhias de comércio do Grão-Pará e Maranhão, tenham chegado 48.155 escravos¹⁹ ao porto de Belém. Também é incerto precisar exatamente as origens étnicas dos negros africanos que chegaram aos portos do Brasil, apesar disso, de acordo com os estudos de Anjos (2005, p.75), os negros que desembarcaram na região amazônica foram possivelmente oriundos do Golfo da Guiné e da Costa da Mina, estes foram sendo inseridos na sociedade regional em diversas atividades produtivas.

No baixo Amazonas, a produção de cacau nativo e cultivável cresceu juntamente com o aumento da população de escravos. Em 1823, Santarém exercia um papel importante na ocupação portuguesa, representado pelo segundo maior povoamento do Grão-Pará. A população escrava regional, concentrada em Santarém e Óbidos, estava entre as mais altas, perdendo apenas para região de Belém e era mais utilizada nas fazendas de gado e cacau (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Assim, no baixo Amazonas o processo de acumulação da metrópole se dava essencialmente pela atividade extrativa cacaueira. Contudo, a partir da segunda metade do Século XIX, o cacau é ultrapassado por outros produtos extrativos valorizados na metrópole, os quais salsaparrilha, borracha, peixe seco, madeira, óleos vegetais, castanha-do-pará etc., tornando-se as novas mercadorias de exportação.

Castro (2008, p.26), explica que a economia extrativa na Amazônia, voltada para o comércio de exportação, ocorria em sucessão de ciclos que iam da expansão às crises, *portanto, enquanto atividade de valor comercial-exportadora, ela gerava um começo, um período de boom e um fim*. Assim, a região amazônica foi sendo ocupada e seus recursos naturais apropriados e cobiçados pelos lucros gerados pela atividade extrativa, que nunca se transformou em riqueza para os grupos tradicionais, mas, atendia aos interesses capitalistas externos à região. Desse modo, concluem (CARDOSO E MULLER, 2008, p. 4), que *a Amazônia nunca*

¹⁹ SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**. Rio de Janeiro: FGV/UFGPA, 1971.

estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi sempre uma terra que, assim como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado.

No vale do rio Trombetas, um dos mais importantes produtos de exportação, em meados do Século XIX, foi a castanha do Pará, utilizada pelos grupos quilombolas como fonte de alimentação e subsistência nas terras ocupadas por esses grupos em sistemas de uso comum. O extrativismo, para os quilombolas, permitiu a adoção de um modo de vida peculiar na relação com a natureza, estes se adequaram ao ecossistema amazônico e à prática extrativa, respeitando o tempo da natureza e protegendo os recursos naturais. Até o período de valorização da castanha no mercado internacional, o Trombetas se mantinha ocupado por diferentes grupos étnicos, os quais, grupos indígenas, quilombolas e caboclas, ocupando livremente os diversos trechos do rio e seus afluentes, com baixa densidade populacional.

A castanha foi se valorizando no mercado mundial e se tornou a bola da vez da economia extrativa regional, os rios forneciam o principal meio de transporte para dentro e para fora dos castanhais, mas já se encontravam dispersamente povoados pelos grupos quilombolas. A economia da castanha transforma as terras de uso comum dos quilombolas, alterando também suas formas de organização de trabalho e coleta das amêndoas, que passaram a ser realizados dentro de um sistema que foi evoluindo no tempo e no espaço, com interesses das elites regionais se apropriando e privatizando as terras ocupadas. Esses novos interesses pelos castanhais irão reorientar as práticas comerciais, econômicas e de uso da terra na região, para atender as novas demandas do mercado internacional, impactando diretamente nas terras e formas de trabalho dos grupos quilombolas.

Desse modo, os quilombolas, cuja experiência na atividade agroextrativa era através do uso e acesso livre dos recursos naturais, vão tendo seus territórios ameaçados, com a privatização das terras públicas tradicionalmente ocupadas por estes, a partir da chegada dos novos agentes interessados na exploração econômica dos recursos naturais, principalmente do extrativismo da castanha. Daí sobressai-se a apropriação privada das terras ricas em castanhais, que passam a ter donos, baseados na compra e venda de títulos de propriedade privada em detrimento do uso coletivo, realizado pelos quilombolas e seus antepassados.

Acevedo e Castro (1998) explicam que as transações de posses e títulos de terras no Trombetas, registrados nos cartórios de Óbidos e Oriximiná, instauram uma *geografia da dominação* sobre os territórios de uso coletivo dos negros do Trombetas. Esses documentos regulamentavam a propriedade privada da terra aos novos agentes e seus interesses, negando o sistema de uso comum, das chamadas *terras de preto*, já que estes viviam livres na floresta, sem preocupação de obter título de propriedade. Vale ressaltar que desde a criação da lei. 601

de 18 de setembro de 1850, a conhecida lei de terras, se instituiu no Brasil-império o direito de propriedade da terra, apenas pela compra, criando a concepção da terra como mercadoria, excluindo todas as outras formas de acesso a posse da terra. De acordo com Stedile (2005) a lei de terras, foi o batistério do latifúndio no Brasil, pois regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

Entre os quilombolas, a lembrança da apropriação privada de suas terras encontra-se viva em suas falas, quando gradativamente foram sendo expulsos e impedidos de acessar livremente os castanhais, iniciando uma nova relação de trabalho, baseado na patronagem e na mercantilização das terras ocupadas pelos quilombolas: *Nós vivíamos nesse rio, sem a preocupação com a questão da titulação de terra, nós vivia aqui tranquilo na terra*²⁰, ou seja, entre os quilombolas, a terra tinha o sentido de vida, trabalho e liberdade, compartilhada pelo uso, ocupação e identidade territorial, e não pela estrutura jurídica que até então regulamenta a propriedade privada da terra.

*Naquele tempo essa terra do Trombeta era tudo castanhal, e era nosso costume trabalhar na castanha, e quando chega a invasão do rio, os poderosos vão se apossando...Esse Eduardo Machado, chegou e expursou o povo dizendo que era dono desses castanhais, controlando tudo, depois que ele morreu o genro dele Paraguaçu tentou se apossar das dessas terras do Eduardo Machado*²¹.

Com a apropriação dos castanhais através de posse e títulos, muitos adquiridos através de grilos, se destacaram famílias influentes de Óbidos e Oriximiná, que estabeleceram domínios nas terras e castanhais dos negros do Trombetas. Os estudos de Acevedo e Castro (1998) apontam nomes como Carlos Maria Teixeira; José Clemente de Figueiredo; Manoel Costa & Cia. e Guerreiro; Raimundo da Costa Lima; Figueiredo Vicente; José Gabriel Guerreiro; Ana Benedita do Canto Almeida; Corrêa Pinto; Família Figueiredo; Bentes; Costa; Picanço; Diniz, como agentes que irão consolidar e privatizar as terras do Trombetas, estabelecendo na economia da castanha as relações de patronagem, sobressaindo essas famílias na economia e na política local. Vicente Salles (1984) escreve alertando o perigo que esses títulos e domínios no trombetas, representava na época para os territórios quilombolas:

[...] enquanto os negros lavraram a terra, para nutrir a economia de Óbidos, do Estado, do País [...] alguém que não traças e cupins lavravam termos em

²⁰ Admilson, quilombola do Boa Vista- Trombetas, 54 anos, operador industrial III em Porto trombetas, entrevista realizada em 06/07/2015, em Oriximiná-PA.

²¹ Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), 74 anos, cantor e compositor quilombola do Alto Trombetas, atualmente aposentado pela MRN, em entrevista realizada em julho de 2015.

cartórios. E a posse é garantida pelos papéis. Não pelo trabalho. Esses papéis sustentam a voracidade das traças e dos cupins (SALLES, 1984, p. 3).

Essas mudanças e transformações nas terras comuns dos quilombolas vão se acelerar com a exportação do produto da castanha, ao passo que em quase 60 anos se registram 173 títulos definitivos no Trombetas, contudo, entre 1920 e 1940, essa titulação tem maior expressividade, conforme concluem os estudos de ACEVEDO & CASTRO (1998). Assim, para os quilombolas, os castanhais que eram livres passam agora a ter um dono, *um patrão*. Sobre a figura deste patrão se estabelecem normas e regras de coleta nos espaços dos castanhais, ignorando os limites e uso comum até então praticados pelos quilombolas, fazendo com que estes passem a se integrar a novas relações econômicas e de trabalho, conhecidas como Patronagem.

Na patronagem, os negros se tornavam dependentes dos patrões, donos dos títulos da terra, exigindo destes produtividade e regularidade na produção, afetando drasticamente a forma como tradicionalmente os negros organizavam os processos de coleta, além de só poderem vender para aquele patrão, que muitas vezes já havia fornecido alimentação, bebidas, roupas e instrumentos de trabalho para serem pagas com a coleta da castanha, cujo preço era determinado pelo patrão. Desse modo, os quilombolas passam a se integrar aos castanhais dos patrões, sujeitos as suas leis e normas, alterando a forma como tradicionalmente geriam e organizavam a produção livre da coleta nos castanhais.

Novos processos territoriais e nas relações de trabalho passam a vigorar no Trombetas, os quilombolas passam a servir de mão de obra barata na coleta da castanha para os patrões, tornando-se dependentes e escravizados por dívida, realizadas por adiantamento de dinheiro ou produtos. Os espaços dos castanhais passaram a ser arrendados, comprados e vendidos de forma indiscriminada, desencadeando conflitos e limitando o acesso livre das famílias quilombolas, ensejando através da patronagem a exploração do trabalho quilombola, ocasionando mudanças nas relações de trabalho, nas estruturas sociais, econômicas e de poder na região.

Nos estudos de Teixeira (2012), através da economia da castanha, o Município de Oriximiná ganha importante expressividade, sendo realizadas melhorias e ampliação da infraestrutura urbana, com a expansão de ruas, travessas, serviços e ampliação do comércio, principalmente voltados para o gerenciamento e compra da castanha, que era diretamente exportada pelas casas aviadoras de Óbidos e Oriximiná. Além disso, os patrões da castanha tornaram-se importantes políticos locais, ampliando seu poder no território e controlando a produção, circulação e comercialização da castanha coletada no Trombetas pelos quilombolas, igualmente proporcionando favores políticos e sociais compensados em forma de votos.

Vale ressaltar que essas mudanças nas relações de trabalho e controle dos quilombolas, com o acesso privado da terra para a atividade da castanha não se deu de maneira uniforme e sem resistência, conforme aponta Wanderley (2006)

O controle e gestão se limitaram aos ‘donos’ dos castanhais que implementaram uma relação social e de poder assimétrica pautada na subordinação, na submissão, mandonismo e no paternalismo. Muitos negros se rebelaram contra este modo de relação, promovendo estratégias que lhes permitiam alguma independência como a venda clandestina aos regatões (que não fossem representantes do patrão), a exploração de castanhais livres mais distantes ou nos castanhais privados de forma escondida dos vigias. Os negros resistiam novamente comprovando a força de suas territorialidades e de apertados laços com seu território (WANDERLEY, 2006, p. 52).

Mesmo inseridos nas relações de patronagem, os quilombolas mantiveram suas estratégias de reprodução no território, baseados na caça, pesca, extrativismo e autonomia da agricultura, contudo, encontravam-se submetidos às novas formas de poder e exploração pelos *donos dos castanhais*, que cada vez mais pressionavam os territórios ocupados pelas famílias quilombolas. Assim, a força de trabalho livre do quilombola é utilizada pelos patrões da castanha de forma subjugada e exploratória, visando interesses do mercado internacional, privando-os de acessar suas terras de uso comum, e inserindo-os numa relação de endividamento e dependência.

Segundo Raffestin (1993, p.230), *as relações de produção e de propriedade interagem e constituem um sistema de relações de poder*. Esse poder força a aceitação das condições dos patrões, os quais tiram proveito e criam mecanismos de controle e dominação sobre os quilombolas. Desse modo, os quilombolas que buscaram recriar um modo de vida nos quilombos, liberto e distante do cativeiro do senhor, com a chegada dos novos agentes econômicos, voltados para a exploração econômica da castanha, passam a ter essa liberdade subjugada às normas desse sistema, ensejando relações de rupturas e transformações na ocupação territorial no Trombetas.

Nos estudos e entrevistas realizadas por Acevedo e Castro (1998) com os quilombolas do Trombetas sobre a atividade da castanha, dominadas pelos patrões, estes asseguram, a partir dos entrevistados, que as mudanças nas relações de trabalho trouxeram formas de exploração que *escravizava o negro*, desde a questão da inovação da medida para venda da noz, que passou do hectolitro para caixa, a proibição da comercialização para outros, que não fosse o *paiol do Patrão*, até as condições de endividamento pelas mercadorias que eram fornecidas antecipadamente. Ainda de acordo com as autoras, por volta de 1940 até 1960, esse sistema foi declinando em função da queda do preço da castanha no mercado internacional, causando

grande perda nos rendimentos dos patrões. Além disso, fatores como volumosos desvios da produção por venda direta aos *regatões* e o avultoso crescimento da produção em Manaus e Marabá, que se tornaram grandes exportadores de castanha. Em consequência da decadência dos patrões os castanhais voltam a ser transitados livremente pelos quilombolas, que retomam seus espaços de coleta e a forma tradicional de organizar a produção.

Em entrevista realizada com o comerciante Casemiro Florenzano²², em Oriximiná, este relata que comprou dois castanhais no Trombetas e quem realizava a coleta eram os quilombolas: *dava ordem e eles tinham por obrigação vender pra mim, só isso[...]*. Ademais, o entrevistado chama atenção para a qualidade da noz coletada no Trombetas, *castanha graúda nesta região, nós só temos no Trombetas, Erepecuru e Cachoeira Porteira*. As relações de patronagem ficam explícitas na fala do entrevistado, que construiu um patrimônio significativo em Oriximiná, criando uma usina exportadora de castanha. Com o declínio da atividade da castanha, o Sr. Casemiro afirma que os negros tomaram seus castanhais: *Os Viana e poço Viana, tinha título e tudo deixei pra lá, tinha comprado de um ex-gerente do BASA*. Esses argumentos mostram a perda do poder sócio territorial, dos patrões e a retomada dos espaços livres de coleta pelos quilombolas.

A partir da década de 1960 a 1970, segundo ACEVEDO; CASTRO (1998, p. 192), *o interesse pelas terras deslocou-se do castanhal para os recursos minerais, como as iniciativas de compra conduzidas pela empresa Jari - Santa Patrícia - e a Mineração Rio do Norte*. Nesse contexto, os *patrões da castanha*, donos de títulos de propriedade dos castanhais, vendem essas terras para as empresas mineradoras interessadas em explorar os recursos minerais da região. Esses ex-donos de castanhais já exerciam importantes cargos públicos e políticos, esperando, com a chegada dos novos agentes privados, serem beneficiados economicamente por estes. A chegada dessas empresas vão novamente acirrar os conflitos e pressões sobre os recursos naturais e o território dos quilombolas, transformando a base econômica, territorial e a organização espacial local, provocando embates entre os quilombolas e os recém-chegados, cujos interesses e discursos antagônicos, legitimam a apropriação e expansão capitalista na região em detrimento das práticas e modos de vida agroextrativistas dos grupos quilombolas.

O extrativismo da castanha do Pará foi substituído, na segunda metade do Século XX, pela extração mineral, alterando a economia regional e a configuração territorial no Trombetas, com a introdução do extrativismo industrial, representado pela implantação da Empresa Mineração Rio do Norte nas terras ocupadas pelos grupos quilombolas. Com a implantação

²² Casemiro Florenzano, 87 anos, comerciante em Oriximiná, entrevista realizada em 25 de junho de 2015.

desse complexo minero-metalúrgico de bauxita no espaço regional, os quilombolas vão sofrer o maior impacto nas suas formas de uso da terra e seus meios de vida.

A ação do capital e do Estado, a partir da década de 1970, vai ser decisiva no processo de desterritorialização e desagregação das formas de trabalho dos quilombolas, com a chegada de Empresas e instituições para explorar os recursos naturais e minerais nas terras quilombolas, caracterizando uma *ordem excludente* (ACEVEDO; CASTRO, 1998). A territorialização das empresas JARI, Petrobras, Andrade Gutierrez, Mineração Rio do Norte; ENGERIO, ALCOA, e a presença do Estado a partir do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Exército Brasileiro, com a instalação do Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), compõem o conjunto de instituições públicas e privadas que se colocaram como os novos agentes territoriais na região, expropriando e desestruturando inúmeras comunidades quilombolas e seus modos de vida tradicionalmente ali territorializados.

Tais grupos, apoiados pelo Estado, objetivaram efetivar o projeto de transformação do Trombetas em um *polo mineral*, instalando no interior da floresta novos *sistemas de objetos e de ações*³ que permitissem a ocupação e domínio do capital no território, transformando o espaço das comunidades quilombolas em espaço do capital. Dessa forma, como política de desenvolvimento regional, o Estado concede posse e doação de terras ao capital, sobrepondo-se às comunidades quilombolas, uma vez que as empresas iriam *desenvolver e povoar* a região através da exploração das jazidas de bauxita, construção de hidrelétricas (Cachoeira Porteira e Chuvisco), montagem de fábrica de alumínio pela empresa Mineração Santa Patrícia, além de inserir políticas preservacionistas com a criação de duas Unidades de Conservação: Reserva Biológica do Trombetas, Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

A ação do Estado no financiamento e acumulação privada do Trombetas contribuiu para o cerco às terras dos quilombolas conformado na *cumplicidade entre Estado e empresas*, cuja contradição se realizou na ocupação capitalista, de um lado, e na desagregação e desestruturação da vida e do território das populações quilombolas, de outro:

Balsas sobem o rio Trombetas carregadas de equipamentos, mantimentos e material de pesquisa, sob o olhar de perplexidade dos ocupantes desavisados. Carregamentos com destinos diferentes, mas certamente complementares. Um dos pontos de chegada é onde hoje funciona a Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas. O outro, Cachoeira Porteira, é um lugar mítico de sonhos e profecias, de curas e oferendas, portanto, sagrado no imaginário do grupo (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 207).

Emergem os conflitos, disputas e estratégias de controle espacial e territorial sob as áreas quilombolas, evidenciando um campo de forças antagônicas, alimentado por processos geográficos ligados à lógica do capital, que impactam a estrutura territorial, social e de trabalho das populações quilombolas diretamente atingidas. Os enfrentamentos na luta pelo direito de permanência na terra pelos quilombolas, frente à territorialização do capital no Trombetas, caracteriza as desigualdades das relações capitalistas e não capitalistas na terra, produzindo territórios heterogêneos a base de disputas e conflitualidades. Fernandes (2005, p.5), explica que a conflitualidade é resultante do *Conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial*, bem como o processo de *enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e desigualdades do sistema capitalista*. Portanto, violência, expropriação, lutas, resistência são marcas que compõem a disputa pela terra, protagonizadas pelos agentes do capital *versus* populações quilombolas.

Bruscamente, os quilombolas tiveram seus meios de vida e trabalho completamente transformados, o rio passou a ser ocupado, sinalizado e utilizado para prover o fluxo de entrada e saída de navios carregados de bauxita, além de embarcações de transporte de funcionários e de mercadorias para o projeto minerador, sob o olhar alarmado e assustado dos grupos quilombolas.

O capital aliado ao Estado brasileiro provocou a expropriação de muitas famílias quilombolas para explorarem economicamente o subsolo rico em jazidas de bauxita. Mais de 90 famílias foram “indenizadas”, recebendo ínfimas quantias pagas pela Mineração Rio do Norte para ceder espaço à infraestrutura da mineradora. Outras diversas famílias foram diretamente expulsas, como ocorreu com as que residiam no Lago do Jacaré, Abuí, Tapagem e Mãe Cué. Com títulos de terras negociados, vendidos, grilados, bem como com insignificantes indenizações, as famílias quilombolas no Trombetas perderam seus espaços de moradia, pesca e coleta. Martins (1986, p.33), explica que a terra é uma mercadoria finita e imóvel, mas que não circula, circulando no seu lugar, seu representante *o título de propriedade*, e com posse desse título pelos recém-chegados se legitima a apropriação da terra, principal meio de vida dos grupos quilombolas no Trombetas.

A territorialização do capital mineral subordinou os grupos quilombolas aos seus ditames, inicialmente expropriando-os, ou seja, separando-os de seus meios de produção, posteriormente os subordina pela relação capital-trabalho. O extrativismo mineral da bauxita passou a ser realizado para servir diretamente ao capital, afastando os quilombolas de suas práticas de extrativismo vegetal e direcionando-os para serem utilizados como mão de obra barata do empreendimento minerador. As terras de uso comum, passaram a ser utilizadas para

a reprodução do capital, emergiram as cercas, o uso privado e instauraram-se as relações individuais, onde novos valores passaram a ser difundidos, abrindo o Trombetas para engrenar a produção de capital, através do extrativismo industrial da principal matéria-prima do alumínio: a bauxita.

Desse modo, os quilombolas e suas estruturas e relações de trabalho tradicionais vão sendo transformadas pelo capital mineral, que introduz no território novos padrões de gestão, complexidades e valor do trabalho, alterando as finalidades e os meios tradicionais de realização deste. Sobressai-se a separação dos quilombolas de seus meios de produção e a valorização da bauxita para fins de acumulação do capital, obrigando os quilombolas a buscarem novos meios de sustento, forçando-os à proletarianização, inserindo-os de forma subalterna nas poucas vagas de emprego oferecidas pela mineradora, ou forçando-os a migrar para a cidade, bem como outras frentes de trabalho.

A tendência expansível do capital tem como consequências a ampliação da degradação dos recursos naturais e da exploração da força de trabalho aos extremos. Os efeitos dessa expansão na Amazônia têm provocado a desterritorialização dos grupos tradicionais e a exploração destes como força de trabalho precarizada. A floresta e toda a biodiversidade amazônica tem produzido riqueza para os agentes do capital e consequentemente deixado a devastação, a pobreza e a exploração para a população local. O discurso dos *espaços vazios* e *terras sem homens para homens sem terra*, foi utilizado para Amazônia, segundo Zart (2005, p.61), para que o capital pudesse se expandir livremente, na verdade estavam vazios apenas da *presença de três elementos básicos constituintes das relações capitalistas de produção: o trabalhador, o capital e o trabalho*. Uma vez que, a Amazônia já se encontrava dispersamente povoada por diversos grupos tradicionais que, no extrativismo, produziam suas condições de existência em bases não capitalistas.

A força de trabalho, no processo de acumulação de capital, é transformada em um tipo de mercadoria específica, que é colocada à venda pelo seu possuidor. Nessa condição, esta deve encontrar-se livre, para que possa estabelecer uma relação de compra e venda com o seu comprador, no caso, o capitalista. Marx (2013, p.242), define a força de trabalho, como o *complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo*. A relação entre trabalhador e capitalista é a que existe entre um comprador e um vendedor de mercadoria, assim sendo, o capitalista compra a mercadoria que é a força de trabalho, necessária para o processo produtivo. Quanto ao trabalhador, este vende sua força de trabalho para sobreviver em troca de um salário, passando para a condição de trabalhador assalariado.

Assim, capital e trabalho assalariado são elementos fundamentais para o processo de acumulação e reprodução capitalista.

Para que o capital constitua a mão de obra necessária para o processo produtivo é necessário que este, progressivamente, transforme os homens em indivíduos livres de todos os vínculos diretos, quer dos outros homens de seu grupo, quer das condições materiais de sua existência. A estratégia de apropriação do trabalho pelo capital consiste na separação do trabalhador de seus meios de produção, deixando-os livres, mas, *proprietários de uma única coisa: a sua força de trabalho*, incorporando-os num processo onde, *tudo tende a ser reduzido em mercadoria*, inclusive as pessoas através da compra e venda da força de trabalho a outrem (MARX, 2013). Oliveira (2007, p.36), esclarece que nas relações capitalistas de produção, o processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção se faz necessário para deixar os trabalhadores livres de toda a propriedade, *exceto de sua própria força de trabalho*, para vendê-la ao capitalista este sim, *proprietário dos meios de produção*.

O trabalhador, separado de qualquer condição objetiva de produção de sua vida, buscará submeter sua força de trabalho ao capital e ‘aceitará’ as suas condições, mas deve permanecer livre para encontrar quem compre sua força de trabalho. Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, a separação dos homens de seus meios e condições de existência, ocorreu através da expropriação das terras camponesas, ou seja, retirou-se dos trabalhadores a terra, a posse dos produtos e dos instrumentos de trabalho, impedindo-lhes o acesso a seus meios de subsistência. Em face dessas condições o trabalhador expropriado aceita vender a única coisa que lhe resta, que é sua força de trabalho ao capital, transformando-se em trabalhador assalariado, na busca de reencontrar as condições materiais de produção de sua existência.

3. A AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO GLOBALIZADA DA COMMODITY ALUMÍNIO: AS DETERMINAÇÕES DO CAPITAL NA REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

A mineração de bauxita na Amazônia, no contexto da economia mundializada, produziu a especialização do território para atender as demandas do capital externo, alterando significativamente as dinâmicas territoriais e os modos de vida dos grupos amazônidas. A bauxita, principal matéria-prima do alumínio, passou a ser explorada na região amazônica, por influência do crescimento da economia japonesa, que substituiu com vantagem o aço pelo alumínio em suas plantas industriais e pela crise do petróleo, fazendo com que o Japão e outros países, como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, buscassem alternativas de abastecimento

de seus mercados em países periféricos, ricos em matéria-prima. Dessa forma, o Brasil, em particular a região amazônica, torna-se extremamente vantajosa e atrativa para o grande capital transnacional interessado em explorar a última fronteira do capital natural (BECKER, 2004).

Assim, a demanda do grande capital decidia os rumos que a produção mineral e as terras da Amazônia seriam direcionados. A exploração do subsolo amazônico para atender a produção da indústria do alumínio caracterizava o avanço capitalista na floresta, marcado pela degradação e exploração exacerbada dos recursos naturais e pela desestruturação das organizações dos grupos tradicionais locais. Acerca do caráter decisório do poder do grande capital na apropriação dos recursos amazônicos, Jean Hébert (2004) afirma que,

O destino econômico da Amazônia está nas mãos de grandes grupos industriais que operam conjuntamente com o capital financeiro. São empresas nacionais como a Vale do Rio Doce (CVRD), as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), a Antunes, ou internacionais como: United States Steel, Nippon Steel, Alcan, Sharp. Afinal são elas- com papel sempre decisivo das internacionais, apesar de declarações contrárias – que decidem se, quando, como, em que condições e para quem se investe produtivamente na região. Esse poder de decisão, totalmente externo a região amazônica e, um dos aspectos relevantes do que chamamos de a subordinação indireta ao capital. Por ser indireta, essa subordinação não deixa, de maneira alguma, de repercutir sobre o conjunto de vida econômica regional e, antes de tudo, sobre a sua população trabalhadora (HÉBERT, 2004, p. 107).

A subordinação dos recursos amazônicos para atender aos interesses de grandes grupos nacionais e internacionais possuía a determinação do grande capital, num jogo de forças que se entrecruzavam na aliança entre capital e Estado, que na sua essência representou o movimento de expansão capitalista para Amazônia. Esse movimento ocasionou a criação de novos espaços para acumulação, cuja *expansão, é simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica* (Harvey, 2005, p.64). A necessidade da busca por matéria-prima para a crise do petróleo (1973 e 1979) e do alumínio intensificou a expansão geográfica do capital para países onde pudessem ter acessos a esses recursos, fazendo com que estes abrigassem em seus territórios indústrias para a transformação da bauxita em alumínio e ainda a produção de energia.

Evidentemente, a Amazônia passa a ser palco para atuação de grandes empresas e uma zona preferencial de investimentos, tendo total aporte na política econômica e fiscal do governo brasileiro (CARDOSO; MULLER, 1977), tornando-se um campo lucrativo para os empreendimentos minerais, já que estes eram isentos de qualquer regulação rígida. O território amazônico passou a ser organizado, construído e intencionado com forte discurso ideológico de desenvolvimento econômico, mas que no seu interior escondia os interesses do grande

capital de produzir e acumular riquezas. E, desse modo, submetia ao processo de expropriação e exploração os grupos tradicionais amazônidas.

Segundo Raffestin (1993), os recursos são trunfos e instrumentos de poder, que passam a ser disputados e controlados por agentes econômicos e de poder para a satisfação das necessidades *endógenas aos sistemas técnico-econômicos*. Para o autor, os recursos são como *armas políticas*, produto de relações e ações que se inscreve por intermédio dos interesses da produção. Nesse sentido, a produção de alumínio torna-se um dos metais indispensáveis para os diversos setores da indústria moderna, cuja utilização e aplicações ocorrem na fabricação de linhas de transmissão e condutores em transportes (automóveis, caminhões, aeronaves e embarcações em geral), na indústria de construção civil, farmacêutica, eletroeletrônica, embalagens, bens de consumo duráveis, e aplicações diversas (ABAL, 2007), tornando-se um grande trunfo nas mãos de quem possui e controla esse recurso.

Na Amazônia, a busca pela bauxita, matéria-prima do alumínio, iniciou a partir da década de 1960, pela empresa canadense *Alcan Aluminium Limited*, que iniciou as pesquisas nos Estados do Pará e Amazonas, mas *os primeiros resultados não foram animadores*²³, contudo, anteriormente a empresa norte americana *Kaiser Aluminium* já havia realizado pesquisas geológicas entre a foz do Amazonas e do Trombetas, sem muito sucesso. Mesmo assim, seguiram-se as pesquisas, incentivadas pelos planos e políticas do governo brasileiro, resultando na criação do Projeto Radar da Amazônia (RADAM), cujo objetivo era realizar um minucioso mapeamento dos recursos naturais e das potencialidades existentes na Amazônia. Com os resultados e informações obtidos no Projeto Radam, a empresa BAUXISA, subsidiária da Alcan, coordenada pelo geólogo Igor Mousasticoshvily, encontra e confirma a existência de bauxita de excelente qualidade no vale do rio Trombetas.

Inicia-se o processo de reestruturação do território para atender as transformações ocasionadas pelo setor minero-metalúrgico, dessa forma a implantação dos grandes empreendimentos minerais redimensionaram a forma de apropriação do território em espaços selecionados da Amazônia, criando um importante complexo de produção da Bauxita - Alumina – Alumínio para receber em diversas fases a cadeia produtiva da *commodity* alumínio.

²³ PROJETO TROMBETAS – Estudo de Viabilidade. Valenorte Serviços de Engenharia LTDA. Rio de Janeiro, abril de 1974, p. II-1.

3.1 PROJETO TROMBETAS – A intervenção do capital e do Estado na criação de novos espaços de acumulação na Amazônia paraense

As transformações geográficas, econômicas e sociais na região amazônica, especialmente no Rio Trombetas, instituídas durante o regime militar, no seio de um Estado militar autoritário e repressor, implementaram vários planos e projetos de desenvolvimento de interesse do grande capital, em detrimento dos grupos tradicionais ali existentes. No bojo desse Estado autoritário se iniciou um conjunto de políticas, programas e planos econômicos e territoriais decisivos para instaurar uma verdadeira ofensiva capitalista nos territórios tidos por esse Estado como *espaços vazios*, conforme era exibida a região amazônica. Índios, remanescentes de quilombos, caboclos e demais grupos tradicionais amazônicos eram invisibilizados e não deveriam representar obstáculos ao ‘progresso’ econômico da região, e assim violentamente tiveram suas terras e modos de vida invadidos por *megaempreendimentos* econômicos, provendo uma intensa ocupação capitalista, nos espaços diversamente ocupados por esses grupos tradicionais.

O sociólogo José de Souza Martins (1980) chamou essa ofensiva capitalista sobre os territórios amazônicos de *esvaziamento de espaços ocupados*, onde toda forma de violência, expropriação e barbárie foi empregada para justificar a *integração da Amazônia a economia nacional* a qualquer preço, sem preocupação com os impactos sociais e ambientais decorrentes, ignorando totalmente a ocupação pré-existente. Um projeto caro de *desenvolvimento*, que culminou em saque a terras devolutas, camponesas e coletivas, financiado pelo estado brasileiro e suas políticas territoriais, econômicas e ideológicas. Costa (2013, p. 70), ao analisar essas políticas territoriais no Brasil após 1964, explica que esses empreendimentos estatais e privados, sobretudo os voltados para a ocupação econômica da Amazônia, financiados com recursos públicos e incentivos fiscais, *não promoverem o desenvolvimento amazônico (muitos desses projetos não passaram de atividades especulativas), ainda provocaram graves danos à ecologia regional, muito dos quais irreversíveis*.

As transformações territoriais na região amazônica, ocasionadas pela criação de órgãos como a Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia (SPVEA), transformada em Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e de bancos como o Banco de Crédito da Amazônia (BCA), transformado em Banco da Amazônia S/A (BASA), além da criação de pacotes de medidas como o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1967, e do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND), formaram o conjunto de instituições e instrumentos legais desenvolvidos pelo Estado

brasileiro para garantir a integração e expansão *da fronteira Amazônica* e o crescimento dos setores agrícolas, pecuários, industriais, minero-metalúrgicos e de povoamento da região.

Porto-Gonçalves (2010) explica que a organização do espaço amazônico, até 1960, pautava-se para as populações em torno dos rios, entendendo que essa dinâmica de ocupação e vivência regional tinha como padrão de organização do espaço o *rio-várzea-floresta*. Tal espaço, onde preexistiam, em meio à floresta e os rios, diferentes sujeitos sociais com seus modos de vida tradicionais e inúmeros grupos de populações negras remanescentes de antigos quilombos com uma imensurável riqueza social e cultural. A partir de 1960, com o implemento das políticas desenvolvimentistas do Estado autoritário, e a incorporação da Amazônia à divisão internacional do trabalho, como exportadora de matérias-primas e energia barata, inicia-se uma nova reorganização e ocupação do espaço amazônico, que Porto-Gonçalves vai designar de *estrada-terra firme-subsolo*. Esse novo padrão de ocupação na Amazônia, subsidiado pelo Estado ao capital nacional e internacional, inseriu no espaço regional grandes obras de infraestrutura, incluindo rodovias, hidrelétricas e telecomunicações, além de altos investimentos de capitais para exploração dos recursos naturais, especialmente as riquezas minerais, do subsolo amazônico.

O espaço amazônico e as populações que aqui habitavam foram impactadas violentamente por esses projetos econômicos, instaurando *uma geografia econômica da exclusão e de conflitos*²⁴, extremamente desfavorável e nociva para as comunidades locais qualificadas de *atrasadas*, por não pautarem suas vidas numa lógica puramente capitalista. Em toda a região amazônica, pesquisas geológicas realizadas a partir de 1960 (**Figura 07**) identificaram enormes reservas de bauxita, principal minério para produção do alumínio, onde, de acordo com Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), elevou o Brasil à terceiro maior produtor mundial, abrigando a terceira maior reserva de bauxita do planeta (IBRAM, 2009).

No Rio Trombetas, em 1966, foram descobertos grandes volumes de jazidas de bauxita, cerca de 800 milhões de toneladas, distribuídos em diversos platôs (LAPA, 2000), resultando na criação de um *grande projeto minerador*, o projeto Trombetas, formulado no interior do II PND, no qual assegurava programas especiais como o Programa Especial de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), cujo objetivo principal era a concentração de investimentos nos setores de mineração, agropecuário e madeireiro, visando o mercado internacional e o crescimento das exportações.

²⁴ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 96-104.

A infraestrutura criada e direcionada para a implantação do complexo industrial do Trombetas, no Município de Oriximiná, subsidiada pelo Estado brasileiro, tinha a finalidade de propiciar investimentos maciços e espacialmente concentrados nas atividades consideradas ‘chave’ pelo governo, como os polos de mineração. O projeto Trombetas, escolhido como um polo de extração de bauxita, recebeu subitamente um grande volume de investimentos que em curto prazo e ao *tempo do capital* gerariam divisas para o pagamento da dívida externa (MONTEIRO; COELHO, 2004, p.109).

A **Figura 07** mostra que já nas atividades de pesquisas o impacto foi intrínseco, nas terras tradicionalmente ocupadas pelas populações tradicionais quilombolas no rio Trombetas, visto que grandes equipamentos tecnológicos foram transportados para o interior da floresta e a população local foi utilizada como guias, mateiros, carregadores para equipes comandadas pelos geólogos, em razão de que conheciam bem a floresta e o deslocamento nos rios. O conhecimento geográfico da região pelos quilombolas foi fortemente aproveitado durante as fases de pesquisa e abertura dos platôs para explorar bauxita. As pesquisas e testes realizados muitas vezes nos quintais das famílias quilombolas, com grandes equipamentos de sondagens, contrastavam com as casas simples de palhas e as plantações dos moradores locais, conforme se observa na imagem.

Figura 07 - Pesquisas com sonda portátil Empire Drill para localização de Jazidas de bauxita no Trombetas, na década de 1960



Fonte - Acervo MRN, cedido a Siqueira (2002).

Conforme já mencionado, os quilombolas eram recompensados nesses trabalhos com mantimentos, roupas e utensílios domésticos. Adauto (2004, p.121), não identificou nenhum registro nos relatórios de mineração da participação dos quilombolas nas atividades de pesquisa geológica no Trombetas, no entanto, esse aproveitamento do conhecimento local, encontra-se vivo na memória e relato destes, já que de certa forma *foram responsáveis pela chegada dos “gringos” até as serras onde estava o minério procurado pelas expedições.*

Pegaram o vovô [referência ao Sr. José dos Santos ou Vô como era conhecido] deram uma volta lá pelo mato, mas só aí por perto. Agora da segunda viagem eles meteram a cara no mato, ficaram quatro dias andando no mato, com rádio, com um bucado de coisa aí na mata. Aí depois eles vararam, deram um bucado de bagulho lá pro vovô, roupa, dinheiro, mercadoria e aí foram embora. A última vez que eu me lembro que eles vieram

*passaram trinta dias com o vovô aí no mato, mas todo dia eles se comunicavam, eles vararam até em Terra Santa.*²⁵

Dessa forma, o capital mineral vai ocupando e subordinando os territórios quilombolas, legitimando a ocupação econômica dirigida pelo jargão de que essas áreas eram *espaços vazios*, ou ainda que se tratasse de uma *terra sem homens*, necessitando ser ocupada e explorada economicamente. Destarte, o governo militar, com a descoberta de mais de 500 milhões de toneladas de bauxita de boa qualidade comercial no Trombetas, insere o Município de Oriximiná e seus abundantes recursos naturais em um dos polos de desenvolvimento regional para exploração mineral, resultando em 1974 na criação da Empresa Mineração Rio do Norte (MRN), constituída no formato de uma *joint-venture*²⁶, com *objetivo de explorar e comercializar bauxita, a matéria-prima do alumínio* (MRN, 2003).

A **Figura 08** apresenta a logomarca escolhida para representar a recém-formada Empresa, evidenciando as siglas MRN, sustentada pela representação do leito do rio Trombetas e pela elevação do desenho de um platô de bauxita, demonstrando claramente o objetivo do Projeto, que era explorar o subsolo onde se encontrava o minério e inserir a região, na cadeia produtiva do alumínio²⁷, visando o abastecimento do mercado externo e o aumento das exportações.

Figura 08 – Logomarca da empresa Mineração Rio do Norte S.A, escolhida por concurso interno no final de 1975



Fonte - <http://www.mrn.com.br>.

No desenvolvimento do projeto Trombetas várias etapas e negociações foram feitas, sendo iniciada por uma multinacional do alumínio, a *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN), paralisadas em 1972 sob condições desfavoráveis no mercado mundial do produto, altos custos

²⁵ Entrevista cedida a Aduino (2004), pelo quilombola Admilson dos Santos em abril de 2000.

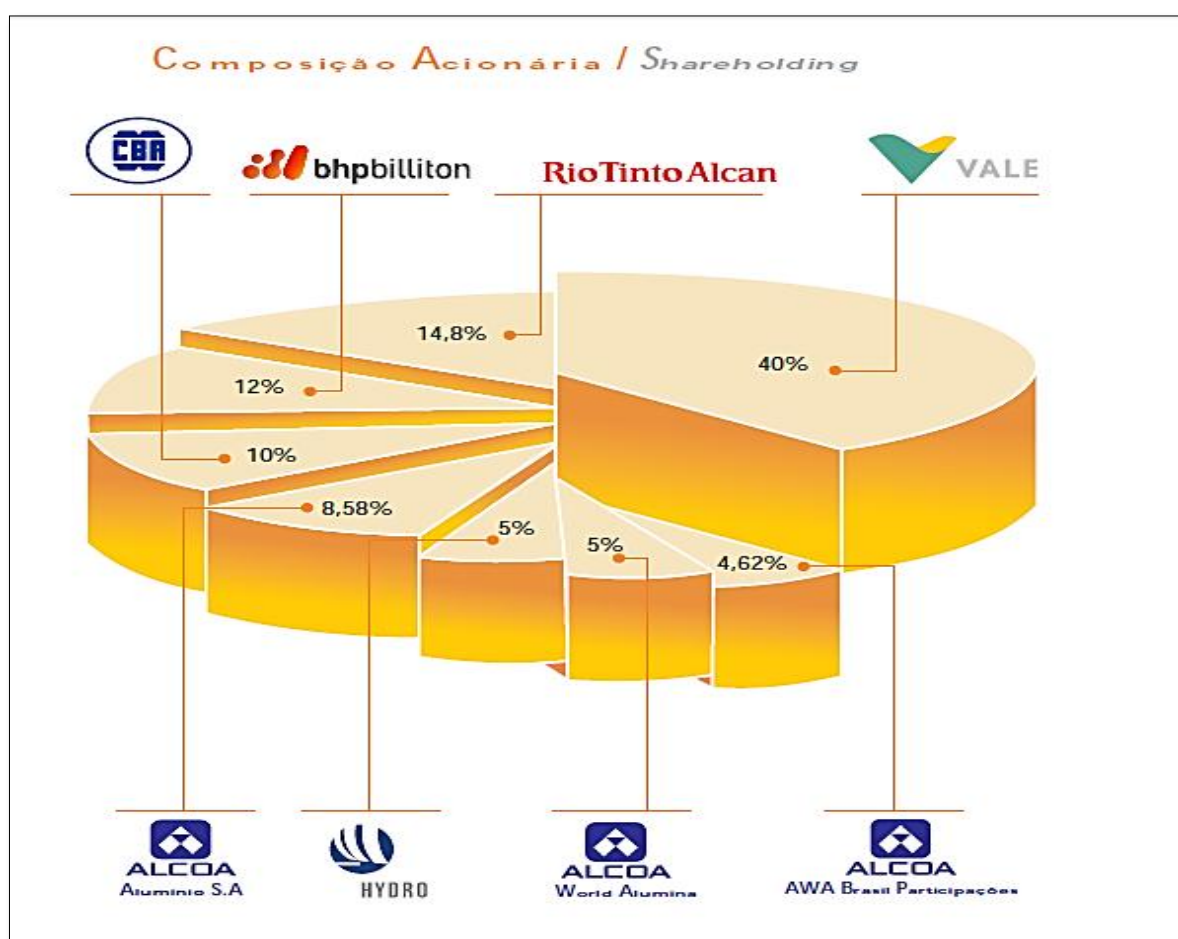
²⁶ Empresa formada pela associação de capital nacional, internacional, público e/ou privado.

²⁷ A indústria do alumínio se destacou como uma das primeiras indústrias verdadeiramente globais e uma pioneira nesse processo. A partir dos anos de 1960 a 1990 registra-se uma nova etapa da globalização de sua indústria, marcada pela disseminação geográfica no mercado mundial, levando a expansão de empresas globais à regiões periféricas, ricas em matérias-primas. Tal realocação explica-se, em parte, pelo esgotamento das reservas minerais de bauxita (principal matéria-prima utilizada na produção do alumínio), no eixo central, o que conduziu a criação e a instalação de empresas, incorporando novos territórios a esta economia. Por isso, regiões aptas para a extração e produção do alumínio ganharam um novo significado no mercado desta commodity (SOUZA, 2005).

de investimentos e por divergência do Estado brasileiro, que discordava que o Projeto se constituísse apenas de capital estrangeiro. Contudo, em 1974, o Projeto é retomado e se constitui na criação da Empresa Mineração Rio do Norte, cujos primeiros acionistas foram a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com 46% de ações; a canadense ALCAN, com 19%; da Companhia Brasileira de Alumínio, com 10%, vinculada ao Grupo Votorantin da subsidiária de empresas holandesas; a Mineração Rio Xingu, com 5%; da *Reynolds Alumínio do Brasil*, subsidiária da empresa norte americana *Reynolds* (5%); da subsidiária da norueguesa *Norsk Hydro*, com 5% e da *Alumina Española*, com 5% das ações (COELHO; MONTEIRO, 2003, p.33).

Atualmente, a mineradora mantém a seguinte composição acionária (**quadro 01**), controlando a atividade mineral, sendo uma das maiores e mais importantes do mundo, no setor.

Gráfico 01 – Atual composição acionária da Mineração Rio do Norte (MRN)



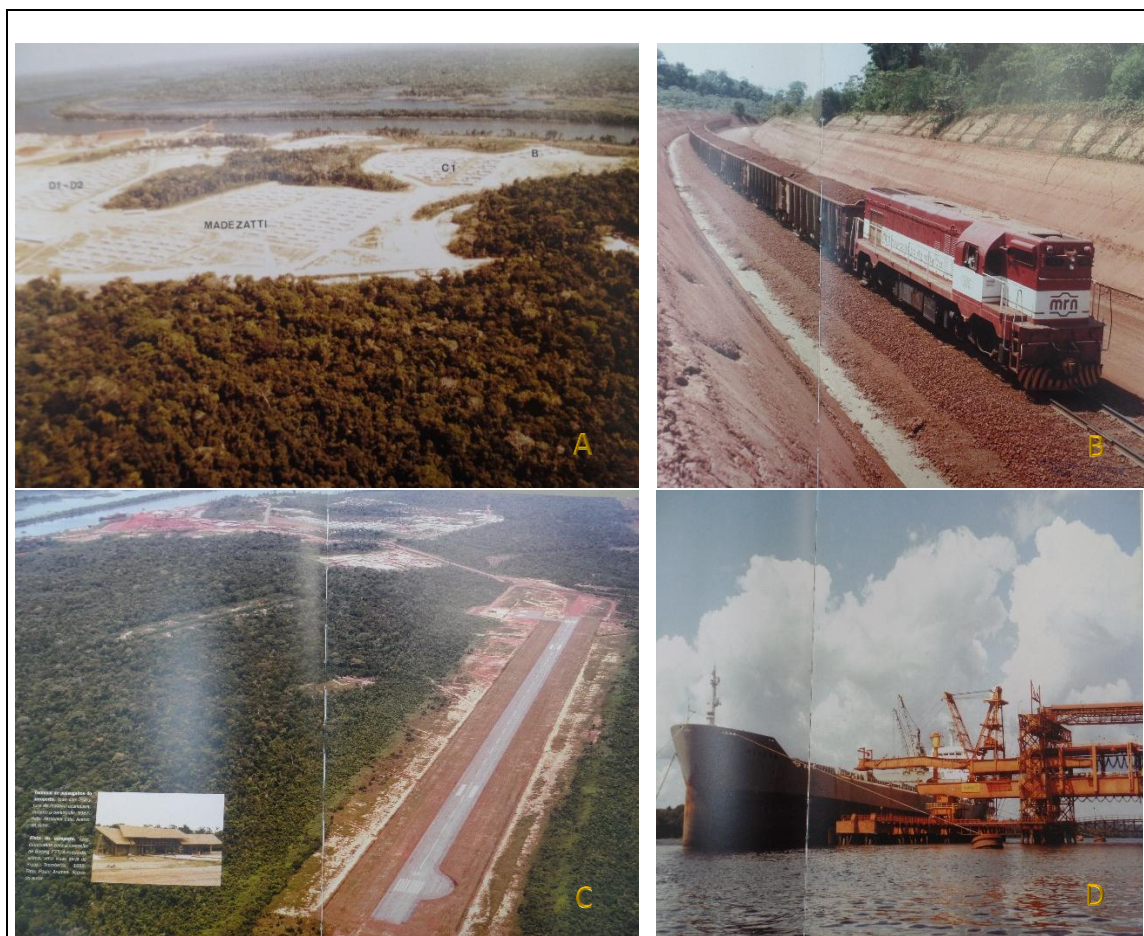
Fonte: Relatório de administração da MRN, 2009.

Nessa conjuntura, o capital se territorializa e legitima suas ações nas terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas do Rio Trombetas, sobrepondo seus territórios de moradia e trabalho, desterritorializando-os e submetendo-os a toda forma de violência e devastação dos recursos naturais. O território, nesse sentido, passa a refletir as relações sociais e econômicas contraditórias, evidenciando as tramas, as relações antagônicas de poder e os conflitos, normatizados e regulados pela lógica do capital e do lucro, em prejuízo dos grupos e costumes tradicionais existentes. Gonçalves (2010, p.56), afirma sem nenhum exagero que essa forma de ocupação econômica da Amazônia está *banhada no sangue daqueles a quem só restou a alternativa de uma resistência heroica*, como bravamente o fizeram os remanescentes de quilombos do Trombetas, face a um modelo de desenvolvimento excludente, predatório e violento que os ignorou, inclusive, de sua condição humana, deixando-os entregues à própria sorte.

Assim, o capital mineral opera uma ofensiva na região secularmente ocupada pelos remanescentes de quilombos, se apropriando inicialmente de grandes extensões de terras, ricas em castanhais utilizados como meio de vida, trabalho e morada dos negros do Trombetas. A Comunidade Quilombola Boa Vista foi uma das mais impactadas, em razão de se localizar na margem esquerda do Rio Trombetas, nas mediações escolhidas pela empresa mineradora para instalar espacialmente seus aparatos técnicos e infraestrutura (**Figura 09**). A localidade escolhida era conhecida como Sítio Conceição, utilizado pelos quilombolas do Boa Vista para cultivo de grandes roças, extrativismo e caça. Segundo informações obtidas em campo, a melhor qualidade de farinha produzida no Trombetas advinha desse local.

Esses usos tradicionais foram rapidamente transformados para ceder espaço à construção de vila residencial *Company Town* (Figura 10-A), estrada de ferro (Figura 10-B), ao Aeroporto (Figura 10-C), e ao porto (Figura 10-D), dentre outros objetos geográficos, instaurando uma *ordem excludente e conflitos* nas terras dos quilombolas, transformando o território em campo de disputa e poder pelo controle do território e seus recursos.

Figura 09 – Objetos geográficos, que transformaram a geografia do Trombetas e as terras de uso comum dos grupos quilombolas



Fonte - Acervo de SIQUEIRA (2002).

A implantação do Projeto Trombetas, no Município de Oriximiná, dotou o território de novos e reorganizados elementos espaciais para atender à reprodução do capital, acirrando as desigualdades e os conflitos pelo controle e poder na região. A mineração passa a dominar as relações e se impor sobre os grupos tradicionais, alterando as formas de trabalho e de vida da população local, além de acelerar o crescimento populacional urbano e os investimentos diretos e indiretos no local e no seu entorno²⁸. No território evidenciam-se os grandes objetos fixos, cujos fluxos são intensificados, valorizando e acelerando a circulação da produção em função da extensão do mercado externo, assim o capital mineral vai concretizando suas ações no campo econômico, social, político e cultural no Trombetas, convertendo os grupos quilombolas e a natureza em meios de acumulação e de interesses dos agentes hegemônicos.

²⁸ O entorno das áreas mineradoras é o lugar para onde os centros de mineração tendem a se estender territorialmente e a limitar ou regular (COELHO, 2000:138-139).

A territorialização do poder da mineradora no Trombetas, favorecidos e financiados pelo Estado através de recursos públicos, subsídios de energia, fornecimento de infraestrutura urbana, portuária, comunicações, transportes e estímulos creditícios, permitiu conectar a região do Trombetas ao sistema econômico mundial, através da cadeia produtiva do alumínio. Assim, o capital mineral passa a dominar as relações no território, determinando sobre sua lógica o que será produzida, como e de que forma, bem como o fluxo financeiro e de consumo, com fortes rebatimentos na vida social, cultural e nas relações tradicionais dos quilombolas.

3.2 COMPANY TOWN TROMBETAS – ‘A Cidade Fechada’ para atender os interesses da produção capitalista

O avanço capitalista no Trombetas com a instalação de uma *Company Town* pela mineração Rio do Norte legitimou o poder autoritário do capital sobre a floresta e os grupos quilombolas que ali viviam. A *Company Town* ou cidade-empresa como se denominam as vilas ou pequenas cidades criadas exclusivamente para atender as necessidades das Empresas, no Trombetas foi criada com a denominação de *Porto Trombetas*. A mineradora implantou todo um aparato tecnológico no interior da floresta, criando uma company-town, ‘cidade fechada’ para atender as demandas da produção e extração de bauxita.

A implantação destas *company towns* na Amazônia significa um novo padrão construtivo, social e de consumo na região, associado a uma nova concepção de planejamento urbano. Por outro lado, mesmo tendo sido criadas num período de tempo relativamente curto, dentro de uma estratégia governamental de integração nacional e internacional, ocupação e desenvolvimento da Amazônia, as *company towns* apresentam evoluções e processos diferenciados das demais vilas e cidades na Amazônia. (RODRIGUES, 2008, p. 65)

A company-town de Porto Trombetas, teve um processo acelerado de construção, pois dada a sua localização em local de densa floresta e isolada de grandes centros urbanos, necessitava de auto investimento em logística e infraestrutura para que acomodasse o quantitativo de trabalhadores necessários ao empreendimento, bem como se fizesse atrativa aos futuros novos moradores. De acordo com Siqueira (2002), ao iniciar as operações da mineradora no Trombetas, nada havia no local, *senão floresta*, desconsiderando totalmente as áreas de roças, caça e extrativismo utilizados por dezenas de famílias quilombolas, que há séculos já ocupavam aquelas terras.

Um grande complexo industrial foi sendo construído, iniciaram com os grandes acampamentos, base das atividades da mineradora que aproveitava o conhecimento dos quilombolas para adentrar a floresta e transpor os obstáculos naturais. Nas diferentes fases do

projeto minerador, os grupos quilombolas foram utilizados como mão de obra nas atividades exploratórias, acompanhando as equipes de geólogos na floresta. Conforme relatos obtidos, o trabalho dos quilombolas era pago com roupas, remédios e mantimentos. Buscava-se manter uma proximidade e bom relacionamento para que estes pudessem mostrar os caminhos que mais tarde seriam abertos para exploração da bauxita, aguçavam-se os interesses do capital pela apropriação do território quilombola.

De acordo com Meyer (2014, p.112), *uma força de trabalho de 550 homens e máquinas foi transportada por avião para derrubar a floresta e começar a construção da base, da ferrovia, do porto e das instalações, completadas em maio de 1972*. Foi o impacto mais visível para os quilombolas, do poder de destruição da mineradora, ao verem a floresta desaparecendo para ceder lugar aos objetos geográficos necessários para o desenvolvimento do complexo industrial. Desse modo, os espaços de coleta e roças foram destruídos e junto com eles a liberdade de transitar livremente na floresta.

Figura 10 – Vista aérea das instalações da *Company Town* Trombetas



Fonte – Mineração Rio do Norte (2004)

Acevedo e Castro (1998) apontam que a *Company Town* Trombetas foi criada e planejada *com todo rigor de um empreendimento enclave, recolhido sobre si mesmo*. Dessa forma, foram implementadas as instalações e serviços no território para que este desse fluidez

para as atividades minerais. Nas considerações de Rodrigues (2008), as *company towns* fechadas possuem uma padronização e existência predeterminada com regras de convivências bem definidas, cuja principal característica desse espaço é a segregação e o isolamento, conforme expõe a autora,

As *company towns* fechadas são em geral definidas como aqueles núcleos habitacionais de uso exclusivo da empresa, com tendência à padronização, ao segregacionismo hierárquico e ao isolamento. Na Amazônia, especificamente, em meio à floresta distinguem-se casos que se caracterizam enquanto vilas “fechadas”, como Vila Serra do Navio, Núcleo Urbano de Carajás, Porto Trombetas e Tucuruí (RODRIGUES, 2008).

A *company-town* Trombetas foi rapidamente equipada com alojamentos, refeitórios, hospital, escola, água e estação de tratamento, além de ruas asfaltadas e sinalizadas. Toda essa infraestrutura criada apenas para acomodar os funcionários da empresa, com forte controle e vigilância. A rapidez com que foram construídas essas infraestruturas e serviços públicos na vila era acompanhada de uma grande propaganda da empresa, de desenvolver a região, criar empregos e garantir acesso a serviços públicos, dessa forma conseguiam apoio da população local para defender o projeto. Vale ressaltar que os grupos quilombolas que historicamente tem sido ignorados pelas políticas públicas governamentais, ao serem cooptados pelo capital passam a fazer parte de um ilusório assistencialismo que gera desestruturações e diferenciações nas formas tradicionais de viver do grupo. Iniciam os cadastramentos para acesso limitado aos serviços que só podiam ser disponíveis a um seletivo e diferenciado grupo de pessoas.

A vila foi construída com padrões diferenciados em termos de tamanho, conforto e cargo desempenhado na Empresa, conforme descreve Meyer (2014):

Para o grupo em posição mais elevada, os engenheiros sêniores, havia 11 casas de 278 m²; para os engenheiros juniores e para o pessoal com nível universitário ou equivalente, havia 196 casas com 197 m²; os técnicos foram alocados em 80 casas com 82 m²; e os trabalhadores especializados em 120 casas com 70 m². Além disso, existiam 400 casas pré-fabricadas e pavilhões para os trabalhadores não especializados (MEYER, 2014, p. 113).

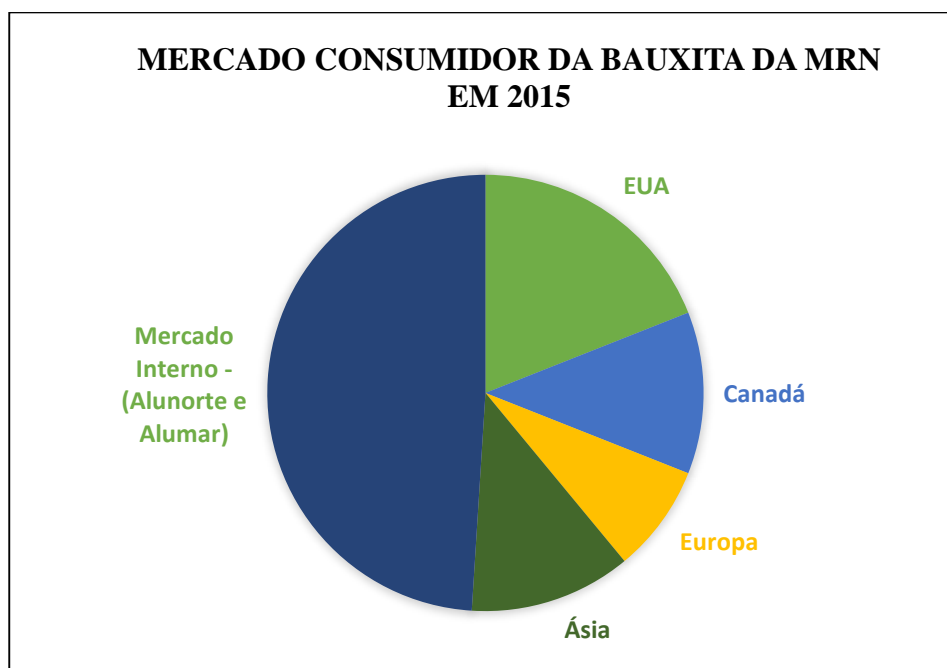
Essa segregação social e profissional criada já nas instalações da empresa demonstrava o caráter excludente do projeto e o valor que cada funcionário tinha para empresa e o grau de subordinação por função. Os quilombolas dificilmente se alojavam na mineradora, sempre retornando para comunidade ao final do trabalho, exceto quando entravam na floresta para abrir picos, que, segundo eles, chegavam a ficarem 20 dias consecutivos na floresta, acompanhando os pesquisadores. Essa fase inicial de abertura de picos e construção da vila foi o *boom* do ‘emprego’ para os grupos quilombolas. De acordo com estes,

Logo que eles chegaram, na época do desbravamento deles aí...não era difícil arranjar emprego, aqui fichava sem saber ler, escrever, sem nada, mas era só para agradar e enganar o pessoal, que depois que acabava o serviço, eles balaram tudinho. Queriam o pessoal profissional, que tivesse estudo, aí jogaram tudo nós..., diziam que não tinha mais vaga. Hoje se não tiver estudo nem pra ajuntar lixo arranja aí na mineração. Ficou tudo difícil mesmo pra nós²⁹.

Nesse contexto, para os quilombolas o capital mineral força pelo trabalho necessário uma aproximação desigual, sobretudo na relação do papel exercido nas mais diversas formas de exploração do trabalho, inclusive descartando deliberadamente a mão de obra, quando esta se torna desnecessária aos seus interesses. Empregos, assalariamento, demissões, terceirizações do trabalho alicerçados por precarizações, exigências e qualificações profissionais, passam a fazer parte da sobrevivência forçada que as famílias quilombolas passaram a se submeter para continuar se reproduzindo no novo trombetas, pós-mineração.

A bauxita explorada para abastecer o mercado nacional e internacional (**Gráfico 02**), passa a ser o principal meio de trabalho dos quilombolas, transformando rapidamente o espaço e as formas sociais de existência e trabalho pretéritas, em relações de trabalho exploratória, pautada no dinheiro (assalariamento) que só serviu para autovalorizar o capital e lançar os grupos quilombolas como força de trabalho barata e desqualificada.

Gráfico 02 - Mercado consumidor da bauxita da MRN em 2015



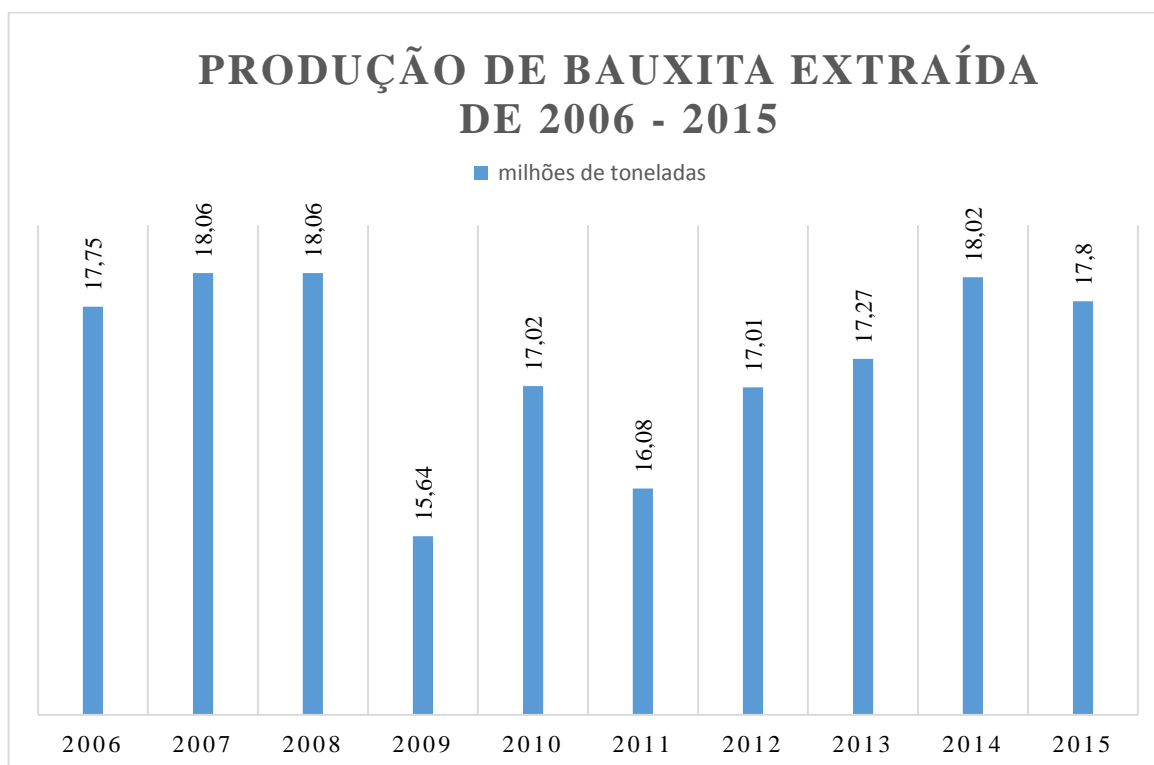
Fonte: Org. da Autora, com base em Relatório de administração da MRN (2015)

²⁹ Entrevista realizada na comunidade Boa Vista-Trombetas.

A impossibilidade do retorno ao agroextrativismo de origem, pelo cerco realizado pelo capital nas terras quilombolas, ocasionado em concordância do Estado, que para os quilombolas esse Estado era ausente, mas para os acionistas da mineradora era um importante aliado, mostra o poder exercido pelo capital, na transformação rápida do território em função dos seus interesses. Isso demonstra que o processo de acumulação de riqueza do capital na Amazônia se faz de modo desigual e combinado, envolvendo deliberações globais, criando inclusive mecanismos ideológicos estranhos ao lugar para manter o controle e fortalecer sua relação de poder no território.

A produção de bauxita no Trombetas, desde o primeiro embarque realizado em 1979, tem sido bastante intensa chegando a bater recordes de produtividade em 2007 (**gráfico 03**), sendo altamente controlada pelos grupos acionistas, exigindo de seus trabalhadores disciplina, qualificação e alta produtividade, para atender os mercados consumidores.

Gráfico 03 – Produção de bauxita extraída de 2006 - 2015



Fonte: Org. da Autora, com base em Relatório de administração da MRN (2006-2015)

O Gráfico acima mostra nos últimos 10 anos, o quantitativo de bauxita extraída no Trombetas, apresentando uma maior queda na produção no ano de 2009, efeito da crise financeira mundial iniciada no final de 2008 e que afetou drasticamente o mercado, refletindo na queda dos preços de alumínio, com impactos nos anos subsequentes. Resultado desse processo foram as

consequentes demissões, cortes de investimentos e custos, dificultando ainda mais a entrada de trabalhadores advindos das comunidades quilombolas do entorno, bem como o diálogo para com suas demandas. Em meio à crise, a mineradora buscou ampliar suas atividades, solicitando licença prévia para abertura de mais seis minas (Bela Cruz, Monte Branco, Teófilo, Cipó, Greigh e Aramã), para serem exploradas nos próximos anos, inclusive em áreas ocupadas por famílias quilombolas que há anos aguardam a titulação destas.

O desemprego, a instabilidade e a incerteza vividos no território dominado pela mineração, impõem para os quilombolas situações conflitantes, disputas e novas relações que os empurra para a proletarização, engrossando o número de forças de trabalho já disponíveis para a exploração capitalista, bem como a exploração de suas terras.

3.3. Conflitos, disputas territoriais e mudanças nas relações de trabalho – Tramas, tessituras e relações de poder no território.

A apropriação do território dos negros do Trombetas pelo capital provocou profundas mudanças nas relações de trabalho, conflitos e disputas territoriais. O conflito se condiciona como um fenômeno social inerente às disputas e controle de recursos em um determinado território por agentes sociais e interesses distintos. No Trombetas, os conflitos se acirraram quando o Estado e o capital mineral passaram a explorar o subsolo da região, rico em bauxita, e implantar políticas ambientalistas cujo objetivo era obter altos lucros com a exportação da bauxita e proteger as áreas de futuras lavras. Para o capital mineral, o que interessava era se apropriar do minério e impor suas regras e limites no território sob seus interesses, com total apoio e financiamento do Estado, mesmo que para isso custasse a vida das populações locais e a destruição dos recursos naturais.

Ao se apropriar dos recursos o capital busca também proteger seu entorno. Assim sendo, a empresa propõe ao Estado a criação de unidades de conservação ao redor do seu empreendimento para evitar a *formação de beiradões*³⁰ e de futuras ocupações. Com um discurso voltado para a preservação e conservação ambiental, a empresa convence o Estado a criar duas grandes unidades de conservação (**Quadro 02**) nas terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas. Segundo Coelho (2000),

[...] o entorno dos territórios criados e defendidos pela empresa mineradora é local de disputa, lugar onde o centro (a empresa) tende a se estender territorialmente e impor sua racionalidade. Este encontra sempre maneiras legítimas de fiscalizar e regular as vidas dos moradores do próprio território e

³⁰ Aglomeração de população formada por migrantes em busca de trabalho nas imediações do grande projeto, visando impedir a ocupação desordenada de seu entorno como se deu no projeto Jarí (PA).

do entorno [...]. A reivindicação e luta por uma vasta área de terra por parte de uma grande empresa [...] representa também suas pretensões de ampliação futura de suas atividades mineradoras e de extensão de controle do patrimônio ambiental a um espaço mais amplo, em face das necessidades atuais e futuras de diversificação de suas atividades e escassez (COELHO, 2000, p. 102).

A territorialização de agentes públicos no Trombetas, através de órgãos como IBDF, hoje IBAMA, da Capitania dos Portos e da Polícia Federal, para garantir a vigilância e controle das unidades de conservação criadas, foram para os grupos quilombolas uma grande ameaça e gerador de conflitos violentos, que resultou inclusive em mortes. Isso em função das unidades terem sido criadas sem que a população quilombola que ali residia e a utilizava para suas práticas agroextrativistas fosse, ao menos, consultada, sobrepondo rios e florestas, principal meio de vida, cultura, alimentação daqueles grupos.

Quadro 02 – Unidades de Conservação criadas no Entorno da Mineração Rio do Norte

Unidades de Conservação	Data de Criação	Decreto/Lei	Extensões Territoriais	Atribuições Gerais
Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO)	21 de setembro 1979	Nº84.018 /Nº4.771	385.000 ha	Área delimitada com finalidades de conservação e proteção integral da fauna, flora e as belezas naturais para fins científicos e educacionais, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais; não é permitida a visitação pública, apenas para fins de pesquisa ou educação.
Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA)	27 de dezembro 1989	Nº.98.704 /Nº4.771	429.600 ha	Área provida de cobertura vegetal nativa ou plantada, com os objetivos: promover o manejo dos recursos naturais com ênfase nos recursos minerais com direito de lavra autorizado por lei, garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos; é permitida a visitação pública.

Fonte – WANDERLEY, 2006.

Conforme apresenta o **Quadro 02**, o Estado brasileiro aliado à mineradora Rio do Norte, que iniciava suas atividades de lavra no Trombetas³¹, cria em 21 de setembro de 1979, no Município de Oriximiná, a Reserva Biológica do Trombetas (REBIO), abrangendo uma área de 385.000 hectares, delimitada com finalidades de conservação e proteção integral da fauna, flora, para fins científicos e educacionais, proibindo qualquer outra forma de exploração dos recursos naturais, bem como a existência de famílias morando dentro dos limites da reserva. Os quilombolas passam a ser expulsos, vigiados e controlados em função de um discurso ambiental de conservação da natureza, onde os quilombolas, que sempre viveram resguardando aqueles territórios, passam a representar a principal ameaça à preservação. De acordo com relatos dos quilombolas, obtidos por Wanderley (2006, p.46), *Os fiscais às vezes acompanhados pela Polícia Federal entravam nas casas e quebravam os objetos, jogavam a comida da panela no rio e apreendiam os materiais de trabalho, espingarda, facão, malhadeira e canoa.*

O IBDF passou a exercer um poder repressivo e violento no Trombetas, em nome da proteção da área de conservação da REBIO, impedindo os quilombolas do direito de entrada ou moradia no interior do território, visando resguardar o caráter fechado da unidade. O processo era contraditório, já que os quilombolas viam a mineradora derrubar seus castanhais, despejar rejeitos nos lagos, com a conformidade do Estado, que remetia aos quilombolas a ameaça aos recursos e a ideia de preservação do meio ambiente. De acordo com o quilombola Mimi Viana, *O IBDF, chegou e empregou sua lei e seu poder e começou a fazer a diferença, aí foi ficando difícil pra nós. Tirou nossa liberdade de viver, caçar e pescar*³². A Antropóloga Lúcia Andrade confirma essas atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro aos grupos quilombolas do Trombetas, e reafirma a condição político-econômica que o Brasil vivenciava, *quando chega a mineração e o IBDF na região, o Brasil era outro em termos do que se podia reclamar e brigar por direitos, então, assim, eles foram se instalando com relativa tranquilidade e fazendo a sua lei*³³.

Mercadante (2001) explica que a criação das unidades de conservação no regime militar foi imposta sem nem um tipo de consulta às populações locais que iam ser diretamente afetadas pelas novas regras e limites no território,

³¹ Vale ressaltar que o primeiro embarque de bauxita, saindo de Porto Trombetas, ocorreu no dia 13 de agosto de 1979, cujo navio foi carregado com 21 mil toneladas do minério rumo ao Canadá (<http://www.mrn.com.br>).

³² Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), 74 anos, cantor e compositor quilombola do Alto Trombetas, atualmente aposentado pela MRN, em entrevista realizada em julho de 2015.

³³ Entrevista realizada com a Antropóloga Lúcia Andrade, em setembro de 2014, na Comissão Pró-Índio em São Paulo.

E, de fato, é assim que, tradicionalmente, as UCs são criadas no Brasil. Os técnicos do órgão competente elaboram os estudos básicos, os limites da área são definidos no mapa, o Presidente decreta a criação da UC e começa a novela em busca de recursos para cercar a área, desapropriar, indenizar e por a população residente para fora. Para a comunidade local, alijada do processo, a criação da UC é uma imposição, um ato de força, uma medida autoritária, “urdida nos gabinetes refrigerados dos tecnocratas de Brasília”. Na perspectiva da gente do lugar, a criação da UC pode ser benéfica para o Brasil e a humanidade, mas é ela quem paga a conta. Não existe forma mais eficaz de fazer a população local uma adversária da conservação (MERCADANTE, 2001).

Durante os anos que se seguiram à criação da reserva, o órgão ambiental, sobretudo o IBDF/IBAMA, exerceu constante violência física e simbólica sobre as comunidades quilombolas no cumprimento de suas obrigações fiscais. A apreensão de material de caça e pesca, produtos coletados e prisões eram constantes na vida dos quilombolas, além de muitos relatos envolvendo conflitos mais graves, inclusive com homicídios e acidentes que resultaram em morte. Tais informações constam no Projeto Povos do Rio (2006), do Plano de Manejo da REBIO RT (2003), no Plano de Manejo da FLONA Saracá Taquera (2001), em Acevedo e Castro (1993), além de ter sido confirmado em entrevistas realizadas com os quilombolas³⁴.

A criação da REBIO representou uma grande transformação territorial no Trombetas, pois seus limites sobrepuseram as terras ocupadas por inúmeras famílias quilombolas, que passaram a ter seus espaços de caça, pesca e coleta altamente vigiados por funcionários do IBDF e pela Polícia Federal, já que nas principais entradas dos lagos e rios se instalou bases do órgão ambiental, que passou a revistar e controlar entradas e saídas. Os quilombolas, que sempre tiveram seus territórios de uso livres e comuns, passaram a conviver com as severas proibições, segundo estes, no Trombetas, *não tinha esse negócio de dizer tem dono, era liberto esse mundo, então agora aparece essa proibição [...]* ³⁵. Esse período marcado por abusos de autoridade, intimidação, violência, conflitos e injustiças cometidos contra os grupos negros, pelos agentes do capital e pelo Estado, remete, para os quilombolas, o período de perseguição vivenciada como escravos nas fazendas coloniais. Proibidos de acessar suas terras, a vida dos quilombolas foi colocada em risco e situação de vulnerabilidade, até seus espaços sagrado-míticos, como os cemitérios ficaram proibidos de acessar (**Figura 11**), demonstrando não só a

³⁴ *A nossa relação com o Ibama sempre foi péssima, aqui eles já mataram 02 pessoas, o primeiro foi o Maurício uma criança de 03 anos, que caiu da ponte atrás do pai que ia preso na lancha, do IBDF e a lancha passou em cima dele. O Outro foi um pai de família no Erepecuru, a sangue frio, mas num em deu em nada.* Entrevista realizada em junho de 2014, com o quilombola R.B.R.

³⁵ Maria Pereira, 72 anos, Comunidade Quilombola de Erepecú, Lago do Erepecú, entrevista cedida a Farias Júnior, em 2006.

violência física, mas também simbólica pelo qual esses grupos enfrentaram, colocando em risco a reprodução social e territorial destes.

Figura 11 – Cemitério quilombola dentro da área criada pela Reserva Biológica (REBIO)



Fonte - FARIAS JÚNIOR, 2006.

O sofrimento dos quilombolas e falta de liberdade ocasionada pelas proibições da mineradora e do Estado, encontram-se vivo nos relatos revoltosos dos quilombolas, bem como nas suas composições musicais, conforme se observa no trecho da música do compositor quilombola Mimi Viana:

Nós somos camponeses desapropriados,/ deixamos nosso pão, o plantio e o roçado/ e não tivemos nada em compensação/ como podemos viver não tendo condição/ Quanto tempo nós vivendo nessas terras, / tudo o que vimos é cria da natureza/ somos nativos desse mundo do Senhor/que aos seus filhos apresentou esta beleza/hoje não temos direito na criação/ Como podemos viver não tendo condição³⁶.

³⁶ Cantor e compositor quilombola, Mimi Viana durante entrevista realizada em julho de 2015, cantou essa música de sua autoria, ao se referir a atuação do IBAMA no Trombetas, que desapropriou muitas famílias quilombolas. De acordo com o entrevistado a música era uma forma de externalizar os problemas que vivenciavam, como também uma forma de protesto.

Farias Júnior (2006), ao estudar o território quilombola do Moura, que se limita com o território Boa Vista, no Trombetas, e que se encontra sobreposto a Floresta Nacional Saracá-Taquera, impedindo sua titulação, vislumbrou durante seu trabalho de campo, em 2004, um conflito envolvendo quilombolas e funcionários do IBAMA, ocorrido no lago Erepecú, que legalmente pertence à área da REBIO, resultando na prisão de três quilombolas da Comunidade. Segundo Farias Junior (2006), o confronto foi impulsionado:

Pela apreensão feita pelo IBAMA dos materiais de pesca, caça e mais a canoa com o motor de polpa. Na ocasião, os rapazes foram até o flutuante do IBAMA, na Boca do Erepecú, “pegar o material de volta”, onde estava também o seu meio de transporte. Havendo assim o confronto, em seguida os quilombolas voltaram para a casa, onde, na mesma noite de madrugada, os funcionários do IBAMA estariam, juntamente com a polícia para capturá-los, ameaçando as pessoas do Moura, principalmente os familiares (FARIAS JUNIOR, 2006, p.17).

Pelo exposto, demonstra-se que até os dias atuais o conflito entre os órgãos gestores das unidades de conservação e os quilombolas persiste, estando longe de acabar, isso porque práticas comuns dos quilombolas foram impedidas, até mesmo a alimentação das famílias foi drasticamente afetada, pois estes passaram a pescar às escondidas para garantir seu sustento. As políticas ambientalistas introduzidas pelo Estado ditatorial brasileiro aceleraram ainda mais as desigualdades, privilegiando interesses de grupos econômicos engendrados em discursos preservacionistas e desenvolvimentistas, à base da miséria, expropriação e violência das populações tradicionais. Vale a pena ressaltar que em outros Estados da Amazônia, a criação de unidades de conservação sobrepôs comunidades quilombolas, ameaçando a reprodução social desses grupos, como o que ocorreu com os quilombolas do Tambor, no Rio Jaú, em Novo Airão (AM), sobreposta pelo Parque Nacional do Jaú, e em Rondônia, onde o território quilombola do Vale do Guaporé foi sobreposto pela Reserva Biológica do Guaporé.

Além dos graves problemas enfrentados pela criação da reserva biológica, o governo, em 1989, criou uma grande Floresta Nacional que abrangeu três municípios: Oriximiná, Faro e Terra Santa, no Pará, locais onde se situam também grandes platôs de bauxita, terminando por consolidar o cercamento total das áreas ocupadas pelos remanescentes de quilombo do Trombetas. A criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera (**Quadro 02**), se dá um ano após a criação da Constituição Federal, que já preconizava o Artigo 68, a garantia dos direitos territoriais dos remanescentes de quilombos. Mesmo assim, a Floresta Nacional foi criada, sobrepondo áreas quilombolas e mostrando claramente que os interesses capitalistas estão acima dos interesses da população local, mesmo que tal unidade, diferente da REBIO (criada

no regime ditatorial), já fosse instituída em um regime democrático. A unidade de conservação do tipo Floresta Nacional foi estrategicamente pensada para resguardar o interesse futuro do capital mineral em explorar os platôs de bauxita ali existentes, uma vez que nessa modalidade de unidade de conservação é permitido o manejo dos recursos minerais com direito de lavra autorizado por lei.

Desse modo, os direitos dos quilombolas foram ignorados, deixando marcas profundas na vida destes, além de graves consequências no modo de vida local. Em entrevista a um quilombola do Boa Vista, este relatou que à época de criação dessas unidades, eles relutaram contra o órgão ambiental. Apoiados na Igreja católica, a maioria das comunidades permaneceu morando nos locais, mesmo com fortes proibições, e hoje essas comunidades enfrentam longos processos para titular suas áreas, que foram acrescentadas essas unidades. Nos relatos, a revolta dos quilombolas mostra-se forte quanto à forma de criação dessas políticas conservacionistas pelo Estado brasileiro, que deveria, antes de tudo, garantir a proteção dos grupos tradicionais. Em suas palavras,

Nós aqui num era nada, era lixo... Pro governo nós não existia. Essas reservas foram criadas para proteger a mineração. Assim eles foram manipulando o povo pra entregar suas terras. A situação só piorou com essas reservas, porque hoje tem gente que dorme na Flona e a canoa fica na REBIO, é complicada a vida, se vive hoje vigiado, coagido, como se nós fosse ladrão, já pensou isso? (Entrevista realizada em março de 2015, com um quilombola do Boa Vista - Trombetas).

Nesse processo de proibição e expropriação das terras dos quilombolas, a *humanidade do outro* é totalmente desconsiderada. Estado e empresa se unem para garantir seus interesses, deixando os grupos quilombolas em péssimas condições, proibindo o que eles têm de essencial para sua sobrevivência, que é a floresta, o rio, a natureza. Assim, permitem que estes se submetam a várias formas de sobrevivência, desde migrar para as periferias de Oriximiná e outras cidades, até se sujeitar a condições de emprego e subemprego e conviver com a miséria, a fome e a violência. De acordo com Farias Junior (2006, p.60), o conflito ocasionado pela implantação das Unidades de Conservação na região do Trombetas negou e excluiu os quilombolas da utilização das suas trilhas, *dos furos*, dos igarapés, dos caminhos nos castanhais, dos sítios históricos, como o cemitério próximo à *boca* do Lago Erepecu, e dos recursos naturais, como a *palha de ubim*, utilizada na construção de casas, o *breu*, utilizado da calafetagem de embarcações, a *copaíba* e a *andiroba*, ambas, com propriedades medicinais e tantos outros produtos tradicionais. Em sua pesquisa, o autor consegue o seguinte relato de um quilombola, surpreendido pelo fiscal o IBAMA pescando dentro da reserva,

*- tu tá pescando dentro da reserva - eu disse: tô!- tu não sabe que é proibido pescar dentro da reserva? Só fora da reserva - eu disse: e qual o lugar aqui que não é reserva? Aqui é reserva biológica, ali é floresta nacional, que eu não posso tocar numa árvore de madeira pra fazer uma casa, que vocês estão em cima, saber pra que eu quero e pra onde eu vou!*³⁷

As Unidades de Conservação Ambiental mudaram a geografia regional/local e as formas de uso comum do território pelos quilombolas, fazendo com que estes reestruturassem sua cultura à nova condição territorial. Impedidos de caçar, pescar, coletar e plantar suas roças, os quilombolas têm suas vidas modificadas e passam a buscar alternativas de sobreviver em outras atividades, já que foram separados dos seus meios e instrumentos de produção, e, na busca de opções, passam a se constituir em mão de obra barata para as atividades da empresa mineradora. O processo é contraditório como reafirma Wanderley (2006),

Apesar de não terem sido removidas, as famílias ali residentes foram proibidas de caçar, fazer roçado e coletar castanha ou qualquer produto da floresta. Além disso, tiveram seu território e seu direito de circular limitados com o fim do acesso aos platôs com castanhais, concedidos para lavra, e com a construção da *company town* Porto Trombetas. Desta forma, se tornava praticamente insustentável a sobrevivência deste espaço. A única escolha possível foi se submeter totalmente ao controle da MRN, como empregados e clientes dos programas sociais. (WANDERLEY, 2006, p.33-34).

Através, da inserção dos quilombolas ao mundo do trabalho assalariado, forma-se um *exército de reserva* à disposição do capital, na sua maioria sujeitos analfabetos, cuja experiência de trabalho se restringia às práticas comunitárias de coleta, pesca, e pequena agricultura, passaram a ser inseridos como força de trabalho na Empresa mineradora em ocupações de baixa qualificação e remuneração. Buscando assegurar a existência no território conquistado, os quilombolas do Trombetas passaram a conviver com as formas perversas e estratégias de (re)produção do capital, que *tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir*”, os frutos da riqueza, impondo “o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos (MARTINS, 2012, p.21).

O caso crítico de transformação ocorreu com os quilombolas do Boa Vista - Trombetas, que ficaram totalmente cercados, espremidos em uma pequena parcela do território. Desprotegidos e destituídos de seus locais agroextrativistas, passaram a conviver com novas relações de trabalho e consumo, se submetendo à lógica do trabalho para o capital. Esse processo passa a induzir o grupo a um metabolismo social, já que, de agroextrativistas passam

³⁷ Entrevista cedida à Farias Júnior (2006), pelo quilombola José Lopes, da comunidade do Moura.

a trabalhar em diversas funções remuneradas, o que irá ocasionar uma profunda transformação social e nas relações internas do território quilombola, cujos valores passam a ser induzidos pelo individualismo e consumismo da sociedade envolvente.

Nas atividades remuneradas na mineradora, os quilombolas passam a conviver com trabalhadores de outras regiões do país e se envolvem num ritmo cada vez mais acelerado de trabalho que não estavam acostumados. Segundo Meyer (2014, p.115), os trabalhadores das comunidades quilombolas, *representavam a classe inferior. Para os trabalhadores locais, na mina só havia trabalho não qualificado e mal pago. As oportunidades para as mulheres locais estavam limitadas ao trabalho em tempo parcial e doméstico*. Além disso, segundo o autor, mesmo trabalhando em tempo integral, *recebiam menos de 60% do salário de um trabalhador branco qualificado*.

Homens e mulheres quilombolas passam a compor a mão de obra da empresa em atividades na vila, ferrovia, porto, enfim, em todas as instalações da mineradora. Desse modo, todos os dias acordavam cedo e utilizavam suas pequenas embarcações, as canoas, remando em direção à empresa, onde trabalhavam durante o dia e retornavam à noite para suas casas. Tal rotina impedia de realizarem práticas como o *puxirum*, a caça, a pesca, o descanso e, principalmente, os costumes, cada vez mais sendo distanciados de suas tradições e das suas práticas agroextrativistas. As mudanças são imensas para o grupo quilombola, que tiveram que ir se adaptando ao controle, regras e exigências da nova condição de trabalho. Em entrevista ao quilombola Mimi Viana, este relata que a inserção no trabalho da mineradora não foi fácil. Segundo ele, muitos quilombolas não aguentaram o ritmo de trabalho que era imposto pela Empresa.

A **Figura 12**, cedida pelo entrevistado, mostra a sua primeira função de serviços gerais na mineradora, segundo ele, *a empresa, no início, convidava as pessoas para trabalhar, dava oportunidade no nível que ela podia, depois ela ia dando formação, agora tinha que aguentar a pressão, cumprir as regras*. O relato de Manoel Viana é esclarecedor, dada a sua trajetória na Empresa, já que este foi um dos poucos quilombolas que conseguiu se aposentar trabalhando na mineradora.

Figura 12 – Quilombola Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), trabalhando na limpeza das áreas de alojamento da mineradora, outubro de 1975



Fonte – VIANA, Manoel dos S., 1975.

A função de serviços gerais era aceito sem questionamento em função da baixa escolaridade e nunca terem trabalhado nessas condições. Assim, passam a ser disciplinados para o trabalho regido pelo capital. Em suas próprias palavras, Manoel Viana, relembra:

Eu entrei como servente, fazendo cafezinho e lavando banheiro e saí como operador de trem. No meu primeiro dia de trabalho, entrei para lavar banheiro do alojamento que estava com o vaso preto, lavei bem que ficou brilhando. O meu chefe quando viu, gostou muito, me tornei um funcionário de confiança...Teve muita gente que entrou, mas não conseguiu ficar no cargo, num suportou o trabalho, ser faxineiro, capinar, lavar sujeira!

Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), 74 anos, atualmente aposentado pela MRN, em entrevista realizada em Oriximiná, em julho de 2015.

Sob essa condição Marx e Engels (1978, p.74-75), chamam a atenção para a questão de que, quanto mais o trabalhador tiver baixa qualificação e organização de classe, mas lucro este dará ao capitalista, que vai precisar dispor de investimento mínimo para garantir a manutenção da força de trabalho. Segundo os autores [...] *quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menos será o custo de produção do operário e*

mais barato será o preço de seu trabalho, salário. É, nesse sentido, que para Marx e Engels, a força de trabalho é de suma importância para a acumulação de capital, já que é condição de sua existência, através do assalariamento. Martins (1997, p.94), reafirma que nas relações capitalistas, apesar da produção ser social, a apropriação dos resultados é privada, e isso revela a *contradição fundamental anunciada no descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social.*

Em suma, o capital mineral passa a utilizar a força de trabalho quilombola, explorando a *mais-valia*, transformando os quilombolas em força de trabalho explorada e subjugada ao sistema capitalista, como parte de sua reprodução dentro de um processo contraditório e desigual. Os grupos quilombolas do Trombetas, ao serem direcionados e subordinados ao capital-trabalho pela atividade mineradora, passam a fazer parte de um processo de transformação social e de relações de trabalho, que os encaminha para a proletarianização. No modo de produção capitalista, os detentores da força de trabalho, incorporados aos ditames do capital, precisam estar livres e *despossuídos de seus meios de produção* para que possam se sujeitar aos diversos tipos de trabalho assalariado. É através da venda da força de trabalho que estes *despossuídos dos seus meios de produção* passam a adquirir suas condições de existência, formando um exército industrial de reserva.

Os quilombolas passaram a conviver com formas exploratórias de trabalho, onde muitos não toleraram, ampliando o preconceito de que esses grupos são *preguiçosos e não gostam de trabalhar*, com justificativa de não aguentarem o caráter da produção e trabalho privado, cujo resultado é destinado apenas aos grupos capitalistas, sobrando pouco aos trabalhadores. Trata-se de um movimento contraditório do modo de produção capitalista, onde a força de trabalho passa a ser uma mercadoria destinada à reprodução ampliada do capital.

Um dos mecanismos importantes de aceitação dos trabalhadores aos ditames do capital é a ilusão de que, através do emprego e do recebimento de salário, poderiam ascender socialmente, consumir bens e produtos, e fazerem parte de um progresso e modernidade que induzem mecanismos ideológicos de sustentação da dominação e exploração capitalista. No Trombetas, a ilusão do emprego, progresso e consumo foram incorporados ao grupo quilombola do Boa Vista de forma contínua, já que tinham que encontrar meios de sobrevivência, assim, estes vão ingressando em trabalhos *mais informais*, como jardinagem e atividades domésticas na casa dos funcionários da Vila, sendo diretamente envolvidos na mudança de hábitos de consumo, ao passarem frequentemente a comprar nos supermercados e fazer uso dos serviços existentes na Vila, modificando suas rotinas e costumes. Desse modo, o dinheiro passa a permear as relações no território quilombola, as várias formas de ganho proporcionados pela

atividade mineradora repercutem e transformam a forma de viver e as relações entre os quilombolas, que pouco a pouco passam a aceitar a disciplina, o controle e a organização do trabalho para o capital.

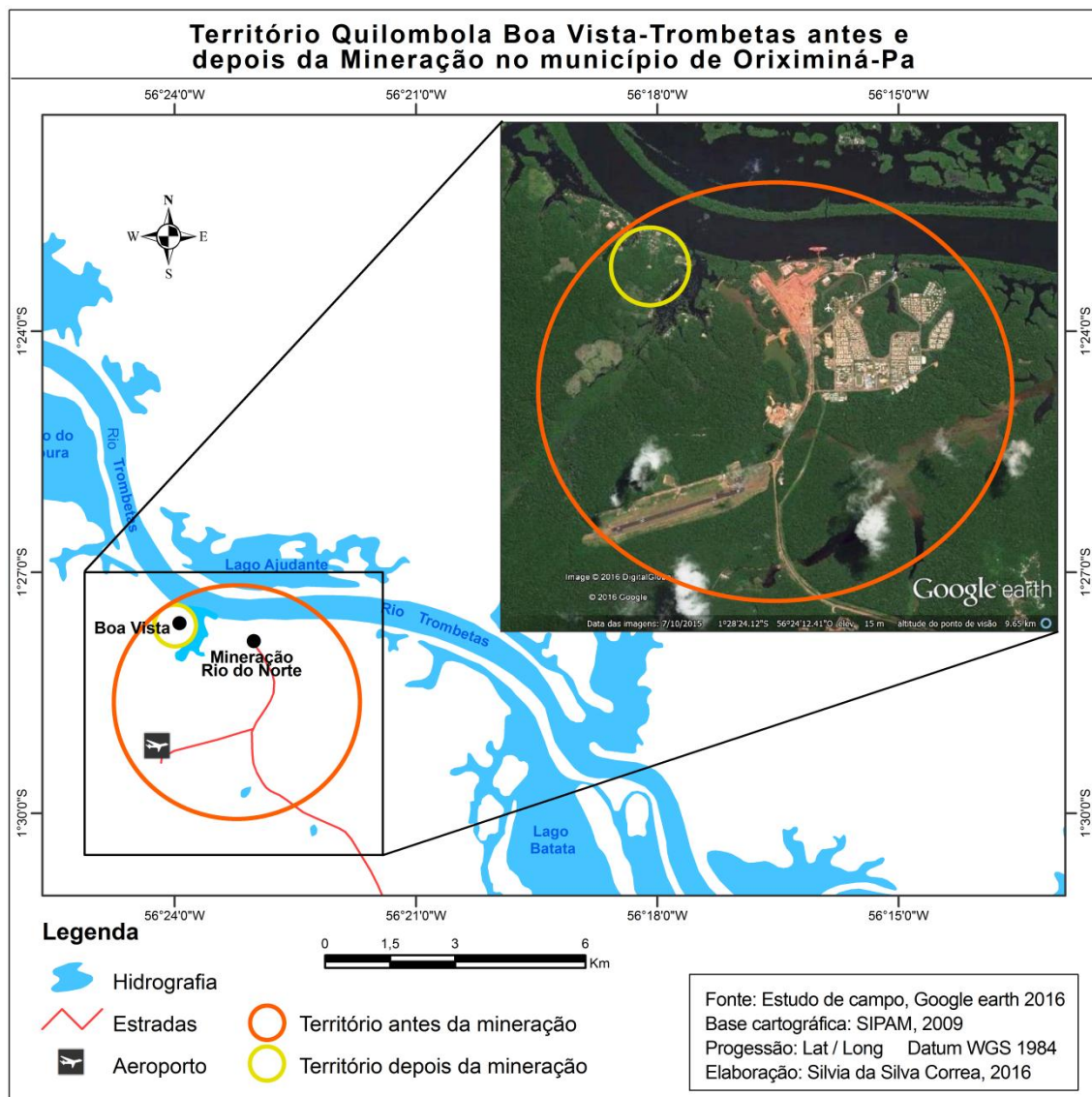
4. COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA VISTA - Trombetas: A dinâmica geográfica da luta pelo território e pelo trabalho

As transformações desencadeadas pela atividade mineral no Trombetas situa a Comunidade Quilombola Boa Vista, no *olho do furacão*, das mudanças e formas de resistência dos grupos quilombolas do interior da Amazônia. A luta pela terra e pelo direito ao território coletivo obtido *na contramão* do direito privado à terra constituiu importante avanço na legitimação da terra para esse segmento social que por séculos foram negados e invisibilizados. A territorialização da Mineração Rio do Norte no Trombetas relegou o Boa Vista a um contínuo processo de desagregação territorial, cultural e das relações de trabalho, tornando-a altamente subordinada e dependente das atividades realizadas na mineradora.

A mineradora tinha como único objetivo na região a exploração do subsolo e resguardar aos interesses dos grupos investidores, sendo que, de nenhuma forma, os quilombolas representariam alguma ameaça a esses objetivos. Os quilombolas do Boa Vista chegaram a receber uma indenização para abandonar a área sob forte discurso de melhorias, mas ali permaneceram, resistindo e enfrentando o poder do capital em seus territórios, embora tenham perdido grande parte de suas áreas de extrativismo, caça e pesca, conforme mostra o **Mapa 03** a seguir.

As perdas territoriais do Boa Vista, levou os quilombolas a buscarem empregos na mineradora como alternativa de vida. O poder do capital no controle dos quilombolas, foi extremamente eficaz para que estes se conformassem com as promessas de empregos, salários e melhorias de vida e não reivindicassem área maior para titulação. Atraídos pelos empregos temporários, os quilombolas viram a mineradora se apropriar de uma grande extensão de terra deixando-os sem seus espaços de extrativismo, caça e pesca. Entretanto, a empresa oferecia e facilitava a entrada destes para utilizar os supermercados da empresa, para comprar alimentação enlatada e congelada para ser consumida na comunidade quilombola. Ocasionalmente enormes transtornos, como o acúmulo e descarte de lixo provenientes das embalagens e a diminuição da alimentação familiar, já que agora tudo passa a ser limitado e restrito ao que se pode pagar, com o salário recebido.

Mapa 03 – Território quilombola Boa Vista antes e depois da mineração Rio do Norte



Fonte – SIPAM, 2009; Trabalho de campo, 2015; *Google Earth*, 2016.

Elaboração – CORREA, Sílvia da S., 2016.

Na relação capital-trabalho, os trabalhadores tornam-se “*coisas*”, transformados em mercadorias, através da compra/venda da força de trabalho, somente sendo úteis enquanto mão-de-obra, quando se tornam desnecessários passam a constituir a massa de trabalhadores “*sobrantes*”, “*supérfluos*” ou ainda “*exército industrial de reserva*”. A exclusão e o desemprego provocados pela lógica perversa dessa relação, conduzem à condição de privação e de pobreza da classe trabalhadora, levando-as aceitar formas e condições precarizadas de trabalho. Sobre essa questão Conceição (2007, p. 95) explica,

“A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos assujeitados ao capital, aceitando

qualquer tipo de contrato precarizado, parcial, temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado”.

As tessituras que envolvem as relações de poder e organização do trabalho para o capital, compreende uma relação dialética, com tramas e processos territoriais, que reproduzem a dinâmica geográfica do trabalho envolvendo subordinação e fragmentação da classe trabalhadora e do território.

4.1 Boa Vista – Trombetas: As metamorfoses territoriais e do trabalho materializadas no processo de “territorialização-desterritorialização-reterritorialização

A formação territorial da Comunidade Quilombola Boa Vista remonta a descida dos quilombolas *do alto das cachoeiras* para as partes mais *mansas* do rio. De acordo com Acevedo e Castro (1998, p. 215), esse movimento representou *a fixação dos remanescentes de quilombo em áreas mais próximas das cidades de Oriximiná e Óbidos*. Segundo informações obtidas em campo, a origem da comunidade remonta ao ano de 1838, quando o casal de negros fugitivos Antônio Honório dos Santos e Maria José da Conceição escolheram esse trecho da margem direita do rio para se fixarem, tendo ali oito filhos. Assim, inicia-se o processo de povoamento daquela localidade, cujos descendentes permanecem no território até hoje. A escolha desse local não foi aleatória, mas estratégica em função de se encontrar em partes de relevo íngreme, com farta alimentação, além de facilitar a visibilidade de longa distância de todos os segmentos do rio, bem como a chegada de possíveis invasores, resultando na escolha do nome Boa Vista.

Os quilombolas ocuparam ao longo dos anos vários trechos e margens do rio, batizando os lagos, igarapés e *furos* com denominações próprias. Contudo, uma autodenominação é comum entre eles, ao mencionarem seus locais de nascimento/origem, afirmam serem *filhos do rio*, pois remetem a importância do rio Trombetas no processo de construção de sua liberdade e identidade territorial. Foi através dos movimentos de fuga pelo rio que se permitiu a vivência livre e farta nos quilombos do passado. Para os quilombolas, *o rio é como gente tem nome e apelido*³⁸, além disso, *ele tem braço, barriga, e boca. É como uma mãe, que sempre acolhe seu filho*³⁹. Ou seja, o rio tem um significado especial na vivência quilombola, é mais do que um espaço de passagem e alimentação, constitui-se também como proteção, vida, nascimento, já que os descendentes de negros escravizados nasceram às margens desses cursos d’água, onde sua história e memórias foram sendo construídos.

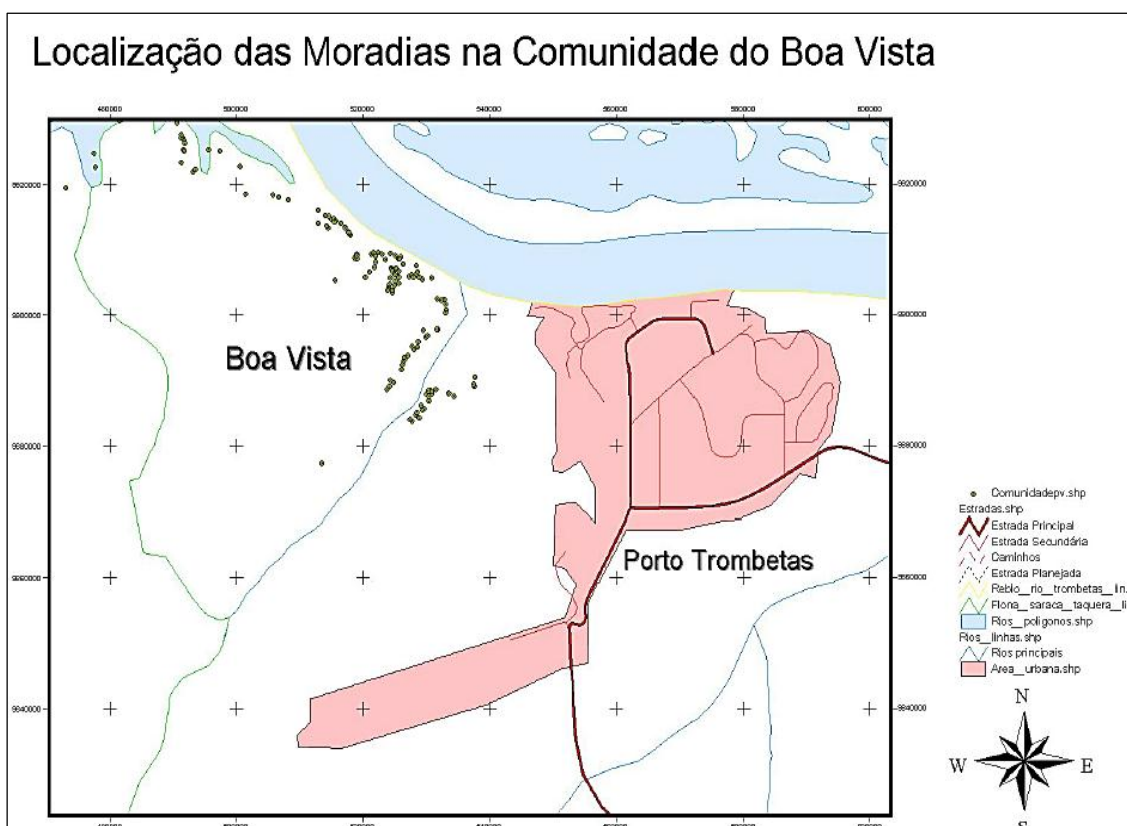
³⁸ Entrevista realizada com um quilombola do Jarauacá, cedida a Ferreira, 2013, p.113.

³⁹ Idem.

O Boa Vista foi a comunidade quilombola do Trombetas que mais sofreu transformações territoriais com a territorialização das políticas econômicas e ambientais no Trombetas, mas também representou o ícone da luta pelo reconhecimento territorial, por ter sido a primeira terra titulada no Brasil para remanescentes de quilombo, após a garantia desse direito através do Artigo 68 da Constituição Federal. Através das políticas econômicas e preservacionistas que se instalaram no Trombetas, essa comunidade perdeu boa parte de seu território de caça, pesca e extrativismo, tendo atualmente que se reproduzir numa área de hum mil, cento e vinte e cinco hectares, três ares e quarenta e um centiares (1.125,0341).

Segundo consta no Título de Reconhecimento de Domínio, atualmente o território quilombola Boa Vista, limita-se, ao Norte, com o Rio Trombetas e enseadas do Caripé, Bom Princípio e Patauá; à Leste, com o Igarapé Água Fria; ao Sul, com o Igarapé Água Fria e Floresta Nacional Saracá- Taquera; e à Oeste, com o Igarapé Patauá (INCRA, 1995). Ressalta-se que, apesar do título não mencionar, no limite Norte encontra-se a Reserva Biológica do Trombetas (REBIO) e no limite Sul, a empresa Mineração Rio do Norte (MRN).

Figura 13 – Distribuição espacial e localização das moradias na Comunidade Boa Vista



Fonte - Projeto Povos do Rio, 2006.

No interior do território quilombola, a distribuição espacial das moradias obedecem a uma *estrutura conduzida pelo curso d'água principal*, situado à margem do Trombetas e dos

Água Fria e Patuá. O Geógrafo Rafael Sanzio (2009), ao analisar as variadas tipologias de moradias e padrões de estruturas espaciais das comunidades quilombolas no Brasil, reconheceu oito principais, tais como: configuração radial; estrutura retangular; estrutura esparsa com distribuição aleatória; organização linear orientada para o mar; organização linear orientada pelo sistema viário; estrutura conduzida pelo curso d'água principal; estrutura de uma localidade e estrutura de um bairro urbano. Para esse autor, esses diferentes tipos de estruturas espaciais revelam *distintos padrões de ocupação caracterizados, frutos de relações de pertencimento e de identidades sócio espaciais diversas, pulverizadas por todas as regiões geográficas do País e que representam um traço comum, com raras exceções* (ANJOS, 2009, p.114 e 115).

No Trombetas, os grupos quilombolas, se distribuíram espacialmente em torno das suas margens e de seus afluentes, cuja configuração remete à *estrutura conduzida pelo curso d'água principal*, facilitando o deslocamento e a pesca. No território Boa Vista, os quilombolas reconhecem a distribuição das moradias a partir de quatro núcleos por ele denominados de *Núcleo Patuá* (as famílias que moram as margens do Igarapé Patuá); *Núcleo Central* (as famílias que moram no entorno da Igreja Católica, da Escola, do barracão e da associação comunitária); *Núcleo da Vila* (As famílias que moram na área, onde foram construídas casas, através de projeto especial de assentamento quilombola do INCRA) e *Núcleo da água Fria* (as famílias que moram no entorno do templo e barracão evangélico, como também do Igarapé Água fria, que é a divisa do território quilombola, com a área da mineradora).

Os quilombolas dessa comunidade enfrentam situações críticas como a perda de boa parte de seu território para a empresa mineradora e para as unidades de conservação criadas em seu entorno, sendo razão de vários conflitos, embates, proibições, mas também de organização e resistência. Recordam quando foram impedidos de entrar e sair em suas embarcações pelo Igarapé Água Fria (**Figura 14**), por proibição da mineradora, que instalou guaritas para controlar o acesso de pessoas no rio e no Igarapé.

Segundo os quilombolas, *“todo mundo que passava no rio tinha que se identificar, principalmente na entrada do Água fria, era segurança pra tudo quanto era lado. As vezes os segurança traziam gente amarrado, preso, parece porco, pra manter a ordem deles aí”*⁴⁰. Além disso, de acordo com os entrevistados, a mineradora despejava rejeito de bauxita no Igarapé e manobrava navios e embarcações de médio porte no Trombetas em velocidade alta, afundando e destruindo as canoas e pontes. Os quilombolas passaram a conviver com os ruídos, poluição

⁴⁰ Entrevista realizada com o quilombola M.M.P do Boa Vista, em 12 de março de 2015, onde este relembra o período de instalação da mineradora no Trombetas.

e desmatamento de seus castanhais provocados pela atividade mineradora, razão de indignação, ameaça e conflitos.

Figura 14 – Igarapé Água Fria, limite territorial entre o território quilombola e a mineração Rio do Norte (MRN)



Fonte - CORRÊA, Silvia da S. Trabalho de campo, março de 2015.

A experiência da violência, física, simbólica, cultural, impetrada pelo capital mineral e pelo Estado recaiu sobre os quilombolas de forma cruel e destruturadora. O capital impôs uma nova ordem econômica e social no Trombetas, ocasionando uma rápida e profunda transformação da natureza, no seio de um viés modernizador que, aliado à ciência e à tecnologia, expressava seu poder e dominação na região. Das pequenas pontes do Boa Vista, os quilombolas passaram a visualizar o enfileiramento de imensos navios cargueiros em frente aos guindastes mecânicos, despejando bauxita em seus porões e, ainda, a forte iluminação do porto durante a noite contrastava com as lamparinas utilizadas pelos quilombolas, impressionando-os pelas cores fortes e estranhas ao ambiente. De tal modo, a *Company Town*, criada oferecendo serviços públicos, supermercados, hospital, dentre outros, era altamente controlada e vigiada com portões de ferro, sendo que seu acesso representou um *choque para quem tradicionalmente teve sua casa aberta ao rio* (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 219).

Aos poucos os quilombolas foram sendo envolvidos pelas transformações e pelos discursos ideológicos da empresa, de progresso, desenvolvimento, emprego e modernização.

Nesse sentido, as palavras de Mészáros ao explicar o processo de reprodução do capital se fazem adequada, segundo ele o [...] *capital em busca do controle de reprodução sociometabólica adentra e se apropria de tudo, toda a sociedade e todos os lugares* (MÉSZÁROS, 2007, 68). Essas estratégias de aproximação utilizadas pelo capital no oferecimento de melhorias e serviços públicos onde as políticas públicas são ausentes têm como principal finalidade controlar o território e a população, submetendo-os aos interesses da produção, através da exploração da força de trabalho. Assim, ampliam-se as formas de coerção nas relações de trabalho e na apropriação dos recursos. Os quilombolas do Boa Vista, aos poucos, passaram a ocupar cargos de diaristas nas casas da *Company Town* ou ainda de zeladores, serviços gerais, com carteira assinada. E nessas condições novas de trabalho, passam a ter seus modos de vida modificados.

O rompimento das práticas agroextrativistas a partir das novas formas de emprego e assalariamento na atividade mineradora ocasionou uma fragmentação no uso e nas relações no território e no cotidiano quilombola. A busca por emprego e a rotina do trabalho assalariado na mineradora substituiu os costumes e hábitos de trabalho na agricultura e no extrativismo. O dinheiro, que antes para os quilombolas, era apenas um complemento adquirido com a venda de produtos como farinha, castanha e óleos vegetais para se adquirir as poucas coisas que não produziam. Assim, passam a determinar, através dos salários recebidos, o sustento e a manutenção das famílias. À medida que o dinheiro/salário permeia as relações entre os quilombolas, a coesão social e os laços de solidariedade, elemento forte de identificação do grupo, começam a se romper. O território passa a expressar as contradições que envolvem essas relações de compra e venda da força de trabalho, ao produzir fragmentação, insegurança, falta de solidariedade e exploração.

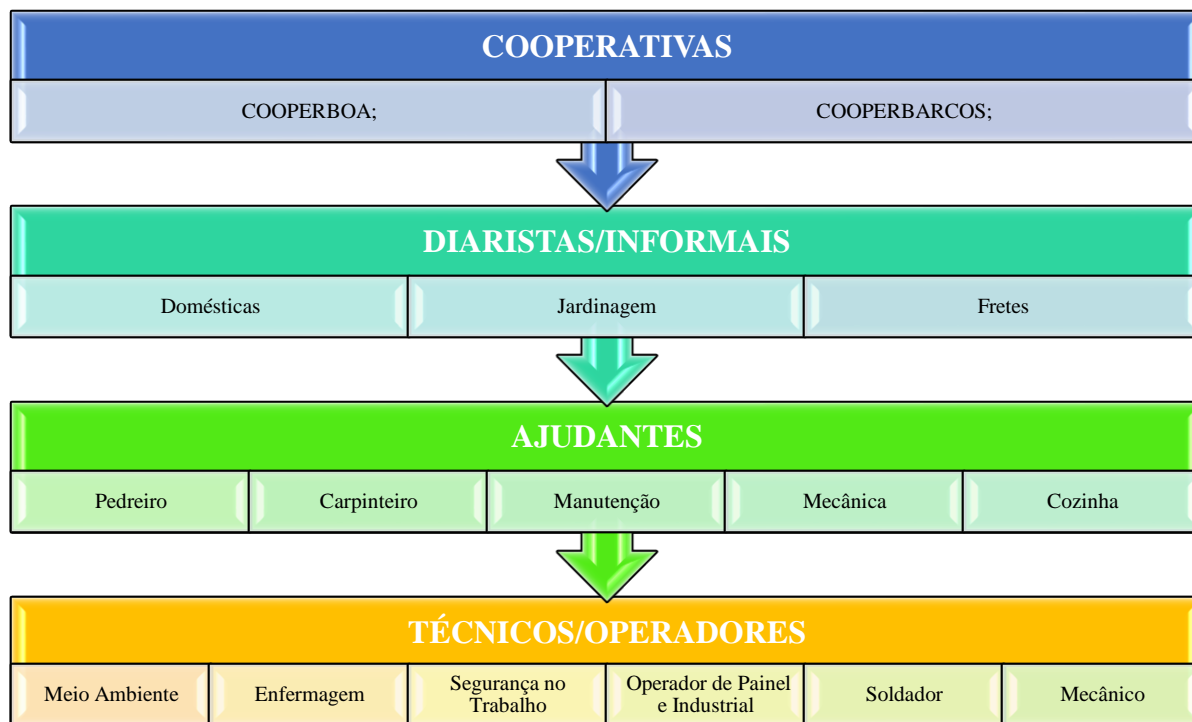
De acordo com os quilombolas, os empregos oferecidos pela mineradora aos moradores do Boa Vista eram os mais indesejados e tinham baixos níveis técnicos e salariais, sendo que, para os demais cargos, se buscavam mão de obra na área urbana e em outros municípios, sempre relegando aos quilombolas trabalhos temporários e de pouca especialização, em razão de sustentarem o discurso de que os *quilombolas trabalham no que eles sabem fazer*⁴¹.

O **quadro 03**, apresenta atualmente os principais cargos ocupados pelos quilombolas da Comunidade Boa Vista- Trombetas na Mineração Rio do Norte e nas Empresas subsidiárias, sendo estes distribuídos em quatro grupos. Dentre os quais, as cooperativas representam mais

⁴¹ Entrevista cedida a Wanderley (2006), por um representante de MRN.

de 80% da fonte de renda dos quilombolas, seguida pelos trabalhos informais, pelos ajudantes e por último os jovens quilombolas que já possuem formação técnica. Ressalta-se que há uma grande rotatividade nesses cargos ocupados, especialmente com a política da mineradora nos últimos anos de reduzir seu quadro de pessoal, mas mantendo o ritmo de produtividade.

Quadro 03 – Principais funções e ocupações exercidas pelos quilombolas na MRN e suas subsidiárias



Fonte: Org. autora. Trabalho de Campo, 2015.

Assim, o capital vai se apropriando da força de trabalho quilombola e subordinando-os aos seus interesses, envolvendo-os nos processos de alienação, consumismo, e individualismo que circunda a relação de classes (capitalista x proletários) no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a perda da autonomia que se tinha no trabalho agroextrativista é substituída pelas ações engendradas pelo capital, que decide autonomamente as formas e condições de trabalho, bem como estabelece as metas a serem cumpridas e o grau de empenho pessoal do trabalhador para com a atividade. O ato de comprar e vender a força de trabalho atribui ao comprador o poder sobre como será utilizada essa mercadoria (DAL ROSSO, 2007, p. 24).

Para Thomaz Júnior (2009, p. 434), [...] *a alienação do trabalho conduzem o trabalhador, o ser que trabalha, a aceitar a subordinação da sua ação (pessoal e/ou coletiva ou de classe) a sua individualidade*. As novas formas de trabalho assumidas pelos quilombolas

na mineradora passam a introduzir, ideologicamente, valores, desejos, consumo e vantagens individuais que os deixava cada vez mais vulneráveis, subordinados e dependentes dos empregos, fazendo-os se acomodar às formas de exploração do trabalho e à desproteção dos direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, provocam profundas mudanças no modo de viver coletivo dos quilombolas, nos seus costumes, tradições e hábitos alimentares, fazendo-os distanciar de sua cultura tradicional e incorporar a cultura da sociedade envolvente do capital.

De acordo com Vasapollo (2006. p. 45), a organização capitalista do trabalho é caracterizada, cada vez mais, pela precariedade, pela flexibilidade e desregulamentação para os trabalhadores assalariados. O medo de perder o emprego, de não poder consumir, garantir seu sustento básico através dos salários, faz com que os trabalhadores se submetam as formas precárias e ao mal-estar do trabalho, consentindo com a renúncia de direitos trabalhistas, acirrando o conflito de classes e aumentando a pauperização da classe trabalhadora. Corroborando com essa discussão, Alves (2007, p. 197) afirma que, [...] *é cultivando o medo que o capital busca constituir novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social. O medo tende a “dissolver” o sujeito e a subjetividade humana.* Ao atingir a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora, o capital incrementa formas ainda mais perversas de exploração da mais-valia do trabalhador, garantindo altos lucros e acumulação de capital para a classe capitalista.

Os quilombolas do Boa Vista passaram por vários momentos de transição, conflitos e cooptação na relação com o capital mineral. Inicialmente, foram aproveitados pelos conhecimentos geográficos da região, como mão de obra braçal para ajudar nas perfurações, construção de alojamentos provisórios, na abertura de picos na floresta, como guias, mateiros, cozinheiras, lavadeiras, especialmente nas fazes iniciais de pesquisa mineral e de implantação do projeto. Esse período remonta desde 1968 em diante e, a partir do início do projeto, foram sendo forçados às mudanças, através da expropriação de seus locais agroextrativistas, removidos para outros lugares e tornaram-se submissos às regras e normas impostas pelo capital e pelo Estado em seus territórios, ignorando os costumes e meios de vida tradicionais. Como relembra uma quilombola do Boa Vista, *a mineração queria jogar a gente daqui, levar a gente pro Caranã, uma vila que eles fizeram dentro da mata pra nós, depois queriam mandar a gente pro Batata, mas ninguém aceitou era muita briga aí com a mineração*⁴².

Aos poucos e à base de muito sofrimento e luta, os quilombolas vão resistindo e desenvolvendo estratégias de permanência no território. Posteriormente, a mineradora passa

⁴² Entrevista realizada em 17 de março de 2015, com uma quilombola do Boa Vista.

estrategicamente a ofertar empregos e serviços públicos para os quilombolas como forma de controlá-los e direcioná-los a seus interesses, induzindo-os à ilusão de que fariam parte do progresso e desenvolvimento que traziam para a região, e que melhorariam suas condições de vida. Desenvolve-se a ideologia de que o trabalho na mineradora *era melhor do que trabalhar na roça, na castanha. A pessoa ia se sentir importante, diferente, empolgado, de valor por trabalhar na Empresa*⁴³, ou ainda, *era melhor ter um emprego na MRN, do que fazer uma roça pra vender farinha lá*⁴⁴. Desse modo, são envolvidos em um processo de transformações nas relações de trabalho, se distanciando da agricultura e do extrativismo, e tornando-se vulneráveis, dependentes e submetidos às formas precárias de relações de trabalho na mineradora.

De acordo com Daniel Souza, liderança quilombola no Trombetas, a *mineração descaracterizou o Boa Vista, fez a comunidade mudar sem ela querer, ou achar que ia mudar*⁴⁵. O rol de transformações no Boa Vista caminhava em ritmo acelerado, pois o tempo do capital-trabalho é um *tempo rápido*, acelerado, em detrimento do *tempo lento* dos grupos quilombolas, pautado na natureza e no agroextrativismo. A partir da década de 1990, com a reestruturação da produção em nível mundial, flexibilização do trabalho e, ainda, da incorporação dos direitos trabalhistas e territoriais a partir da Constituição Federal de 1988, os quilombolas passam a adquirir conquistas importantes e se envolveram em formas de coerção de trabalho ainda mais exploratórias com a mineradora.

A primeira grande conquista foi a titulação de uma parcela do seu território, representado um marco no país e na efetivação de direitos territoriais concedidos aos remanescentes de quilombos. Em seguida, a empresa muda as formas de relacionamento com comunidade, com os empregos ficando cada vez mais especializados e escassos, passa a implementar cooperativas e projetos sociais no território quilombola, visando proporcionar retorno das atividades tradicionais, livrando-a da responsabilidade de ter que propiciar empregos que não eram mais disponíveis a mão de obra local e evitar possíveis tensões.

A relação é contraditória, uma vez que o capital mineral separou os quilombolas dos seus meios de trabalhos e inseriu-os em seus canteiros de obras. Após se tornarem desnecessários, com a conclusão das obras e a diminuição dos empregos no projeto, buscou fazê-los retornar a seus trabalhos dentro da comunidade, implementando um conjunto de

⁴³ Entrevista realizada com uma liderança da ARQMO em maio de 2015, no Município de Oriximiná (PA).

⁴⁴ Entrevista realizada com o quilombola Valério dos Santos do Boa Vista, em 19 de março de 2015.

⁴⁵ Daniel de Souza, lideranças quilombola do Alto Trombetas, atualmente membro do Conselho Diretor da ARQMO, Coordenador do Conselho Diretor da MALUNGU, suplente da Diretoria da Coordenação Nacional (CONAQ), em entrevista realizada em 10 de junho de 2015, em Oriximiná.

projetos sociais no território quilombola, objetivando a extinção das responsabilidades para com estes. Nesse sentido, para o capital, a questão que se coloca em torno de emprego/desemprego é estrategicamente impregnada dentro de um discurso construído para acomodar, conformar e regular a classe trabalhadora, camuflando seus reais interesses de acumulação, aumentando as desigualdades sociais, já que este não tem como absorver todo o contingente de trabalhadores despojados de seus meios de produção.

4.2 Cooperativas e projetos sociais – Estratégias de inserção, regulação e controle da força de trabalho quilombola

No processo de reprodução e acumulação de capital ampliam-se as diversas formas de precarização e flexibilização do trabalho, viabilizando o controle e a dominação da classe trabalhadora, que, via de regra, é o elo mais fragilizado dessa relação. A crescente diminuição e especialização dos postos de trabalho, em razão do desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecem distintas formas do capital explorar a força de trabalho e inserir elementos regulatórios e ideológicos que submetem a classe trabalhadora à precarização, desregulamentação e subordinação das relações de trabalho.

Contraditoriamente, o capital, nesse processo, não tem como se reproduzir sem força de trabalho. Assim sendo, o trabalho continua com uma centralidade referencial, como vetor de acumulação e gerador de *mais-valia* na sociedade capitalista. Segundo Antunes (2003, p.38), *isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo*. Desse modo, mesmo quando o capital produz um contingente de trabalhadores desempregados e o consequente aumento do exército industrial de reserva, ele está provendo uma *futura força de trabalho* livre para ser aproveitada em condições precárias e fragilizantes para o seu processo de expansão.

A força de trabalho quilombola foi fortemente aproveitada e cooptada pelo capital mineral no Trombetas, sendo separada de seus meios de produção e direcionadas às atividades da mineradora. A partir da década de 90, no seio do processo de reestruturação produtiva do capital, passa a ser inserida em novas estratégias e mecanismos de regulação e controle na relação capital mineral e a força de trabalho quilombola. A década de 1990 no Brasil marca a abertura e formação do Estado Neoliberal no processo de reestruturação produtiva do capital, implementada pelos Presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Esse processo teve um grande impacto na relação capital-trabalho, pois se buscou reduzir custos de produção e intensificar ainda mais o controle social do trabalho, com forte rebatimento para os

trabalhadores, aumentando a exploração, fragmentação e controle da classe trabalhadora. Nessas condições de reestruturação da produção e do mercado de trabalho, ampliam-se as formas de trabalho precarizado e a superexploração do trabalhador através de *subcontratação e terceirização, desregulamentação e pela via da intensificação da superexploração da força de trabalho* (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.258).

O capital mineral no Trombetas, visando diminuir os custos de produção e do trabalho, bem como a dependência dos quilombolas para com a empresa, já que os empregos se tornavam cada vez mais escassos e especializados, inicia um conjunto de projetos e ações sociais no território quilombola, buscando fazê-los retornar às atividades na agricultura e a readaptá-los em trabalhos dentro da própria comunidade. O processo é contraditório, o discurso anterior utilizado pela empresa, de que o trabalho na mineração traria progresso, desenvolvimento e modernidade não se realizou e passou a ser transformado em uma política de retorno dos quilombolas para a trabalhar na comunidade, em projetos de geração de renda, administrados por seus próprios trabalhos, mas inicialmente subsidiados pela Empresa. No entanto, agora o contexto era outro, os quilombolas estavam em um território muito reduzido, embora já tendo conseguido a posse coletiva, encontravam-se também cercados pela mineradora, pelas Unidades de Conservação e ainda haviam abandonado as práticas agroextrativistas para ganhar a vida nos empregos e diárias na mineradora.

Mesmo assim, a empresa implementou no ano de 1995 os projetos de geração de renda, meses após a comunidade quilombola ter recebido o título de domínio de seu território, em novembro de 1995, conforme descrito no **Quadro 04**. Desse modo, segundo os próprios quilombolas, *eles trouxeram vários projetos de uma vez só e a gente não tava preparado pra isso*⁴⁶. Assim, ao tempo do capital os projetos foram sendo executados em ritmo acelerado, apressando a construção de infraestrutura necessária para a efetivação destes. Animados, os quilombolas acreditaram que nesses projetos teriam uma renda maior que as recebidas nos empregos na MRN, já que a própria empresa garantia o mercado consumidor dos produtos que seriam produzidos, ao mesmo tempo em que aceitavam a ideia de ter sua própria fonte de renda.

Quadro 04 – Projetos Sociais de Geração de Renda implementados pela MRN, em 1996 no território quilombola Boa Vista-trombetas

PROJETO	OBJETIVO	SUBSÍDIOS
	Contribuição para o Curso de Apicultura/62 horas; enriquecimento alimentar e Doação de materiais como:	

⁴⁶ Entrevista realizada com o coordenador da ACRQBV Silvio Rocha, em junho de 2014.

1. Projeto Mel.	geração de renda com a venda do excedente em PTR.	Caixas para o apiário, roupas especiais, decantador, centrífuga, Mesa desorpecoladora, fumegadores, apetrechos gerais.
2. Fornecimento de Sementes.	Orientação aos quilombolas para a coleta de sementes e produção de mudas para serem compradas pela MRN para reflorestamento.	Capacitação, sacos de coleta e lista das sementes a serem compradas pela Empresa.
3. Projeto Galo.	Incentivo a criação de aves para produção de carne e ovos, para o consumo e comercialização.	Doação de lotes de animais, por um período de 10 meses, após deveria ser devolvido e repassado a outra família: 10 galinhas, 01 galo, 10 patas e 01 pato.
4. Cooperativa de Trabalho.	Criação de uma cooperativa de trabalho para utilização da mão de obra da comunidade quilombola.	Prestação de serviços diversos para Porto Trombetas.
5. Criatório de Peixes e Quelônios.	Criação de peixes e tartarugas para repovoar o igarapé Água Fria, consumo da comunidade Boa Vista e venda em Porto Trombetas.	Construção de Criatório, capacitação, Doação de ração e filhotes de peixes.
6. Casa de Farinha.	Incentivo à produção de farinha na Boa Vista para comercialização em PTR.	Construção de galpão de 70 m ² e doação de equipamentos: Forno, ralador, prensa e um motor com todo sistema de transmissão necessários para mecanizar a produção, com capacidade de produzir 2000 kg de farinha por dia.
7. Educação Ambiental e Patrimonial	Incentivo a ações educativas acerca da importância da preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural da região.	Oficinas de Pintura em Tecido, de <i>Teçume</i> e de Cerâmica - Cultura do Barro; Oficina Arte Rupestre em “Amostra de Bauxita Prensada”. Construção de barracão e Forno.

Fonte - Pesquisa de Campo, 2015; Relatório de Responsabilidade Social da Mineração Rio do Norte, 2002. **Organização** – CORREA, Silvia da Silva, 2015.

O que o grupo quilombola desconhecia é que o capital mineral, ao implementar essas ações, empreendia dois objetivos principais, primeiro melhorava a imagem junto aos seus acionistas e compradores internacionais, ao realizar Programa de Responsabilidade Social, junto à população local; segundo, exauria-se da responsabilidade de aproveitar a mão de obra excedente, que ele mesmo produziu ao desviar as condições e meios de trabalho dos quilombolas, ao mesmo tempo que seria uma forma de baixo custo de abastecer a Vila de Porto

Trombetas. Nesse sentido, os quilombolas, que nessa relação capital-trabalho, sempre foram ignorados na sua forma diferenciada de viver e de trabalhar, mais uma vez são pressionados e direcionados para trabalhar e produzir em grande quantidade para atender a demanda da mineradora. Entretanto, após a primeira remessa a produção já refletiu o fracasso dos projetos (**Figuras 15 e 16**) em razão destes encontrarem dificuldades de gerir e produzir em grande quantidade.

Em contrapartida, em 1999, como resultado do programa de responsabilidade social, a mineradora recebe o título de Empresa Cidadã, ganhando o Prêmio ECO 99, concedido pela Câmara Americana de Comércio (AmCham), em São Paulo, na categoria Participação Comunitária. Aos poucos os quilombolas já se encontravam abandonados e os projetos e a infraestrutura gerada receberam fortes críticas quanto às razões do fracasso da maioria dos projetos, sendo motivo de conflito entre a mineradora e os quilombolas. *Do seu lado, a empresa se resguarda na documentação que dispõe sobre a compra de material, dos cursos aplicados e também na divulgação desses projetos*⁴⁷, do lado dos quilombolas estes afirmam que os projetos não consideravam os costumes de produzir destes e não foi bem planejado, *a mineração investiu no Boa Vista, sem ter um projeto bem discutido*⁴⁸. Assim sendo, a execução e manutenção dos projetos pelo capital mineral ocultavam o caráter controlador e regulatório da empresa para com a comunidade, já que iriam subordiná-los às demandas industriais, na dependência sempre da empresa, que compraria os volumes de produção gerados pelos projetos.

⁴⁷ (DUQUE, 2004 p. 173-174).

⁴⁸ Daniel de Souza, liderança quilombola do Alto Trombetas, atualmente membro do conselho diretor da ARQMO, coordenador do conselho diretor da MALUNGU, suplente da diretoria da coordenação nacional- CONAQ, em entrevista realizada em 10 de junho de 2015, em Oriximiná.

Figuras 15 e 16 – Lago criatório e Casa de farinha, infraestrutura dos projetos abandonados e se deteriorando na área da comunidade Boa Vista



Fonte - Trabalho de campo, março de 2015.

Autora - CORRÊA, Sílvia da S., 2015.

Os quilombolas do Boa Vista, ao serem cooptados pela mineradora, com os empregos temporários, os projetos executados, o acesso aos serviços de saúde e educação na Vila de Porto Trombetas, admitidos dentro de um sistema de cadastramento da empresa, passaram a se distanciar da luta política, dos seus elementos culturais e da articulação com outras comunidades quilombolas da região, sendo alvo críticas por parte das outras comunidades quilombolas que vivem na região. É recorrente os quilombolas de outros trechos do rio se referirem ao Boa Vista como *Periferia da Mineração*, lá eles só fazem o que a mineração quer, ou ainda *eles hoje são diferentes, se vestem diferente, são como se fossem ricos*⁴⁹. Essas falas elucidam o metabolismo social que a comunidade vem passando ao longo da inserção do capital mineral em seus territórios, que tem primado pelo desmonte dos processo de trabalho coletivo, das relações comunitárias, de solidariedade e, principalmente, pela redução da capacidade de resistência e organização.

Os fracassos nos projetos de geração de renda deve-se ao impacto das mudanças e da introdução de novos valores, hábitos e necessidades, engendrados pela sociedade do capital. Um dos projetos que até hoje tem intensa repercussão local é o *Casa de farinha*, que durante sua inauguração contou até com a presença do Governador do Estado Pará à época. Como o projeto visava geração de renda através da produção de farinha *para abastecer o mercado do*

⁴⁹ Trechos de entrevistas realizadas no Trombetas durante trabalho de campo em 2014-2015.

Porto Trombetas e o consumo da comunidade, necessitava de uma produção que garantisse a regularidade do fornecimento. De acordo com a análise de Duque (2004),

Aí começaram as dificuldades: primeiro, porque a comunidade não estava acostumada a produzir em escala comercial; segundo, é uma atividade sazonal; e terceiro, a mais significativa, a área disponibilizada para o cultivo é reduzida, por seu tamanho e por parte da terra se encontrar em várzea. Todavia, as críticas da mineradora foram inevitáveis, ressaltando o desinteresse dos moradores da Boa Vista no desenvolvimento do projeto (DUQUE, 2004, p.173).

O desconhecimento e desrespeito da forma de produzir e viver quilombola pela mineradora fez com que estes rejeitassem a intensidade do trabalho agrícola (plantação e cultivo de roças) dentro um processo produtivo em grande escala, visto que já haviam abandonado essas atividades. Outrora, como agroextrativistas, trabalhavam e coletavam apenas para garantir a alimentação diária e familiar. Mesmo quando foram deslocados para os empregos temporários da mineradora, esta implementou e subsidiou projetos para produzir em grande escala, que, posteriormente, elencou fortes críticas quanto ao fracasso destes, atribuindo o insucesso aos próprios quilombolas. Essa relação conflituosa do discurso ideológico do capital, construído dentro de uma relação de poder, onde prevalecem os interesses da classe dominante, incorpora a negação de outras formas alternativas de vida, que não seja voltada aos interesses capitalistas, atribuindo o discurso do fracasso como responsabilidade da classe dominada.

Archanjo (2015, p.122), constatou relatos hostis e preconceituosos acerca do projeto *Casa de farinha* durante seu trabalho de campo na *Company Town* de Porto Trombetas. Os próprios moradores da vila demonstraram que na *visão dos de fora*, os quilombolas são preguiçosos e não gostam de trabalhar, em razão de seus meios de vida tradicional ser pautado em práticas agroextrativistas. Archanjo presencia e ouve o seguinte relato:

A Mineração Rio do Norte já investiu muito na comunidade, mas o pessoal de lá não quer saber de nada, é um bando de preto preguiçoso. Quando a MRN foi entregar a “Casa de Farinha”, toda mecanizada, era só jogar a mandioca, que o resto o maquinário fazia, aí um morador levantou a mão e perguntou para o representante da mineração: — quem vai roçar e plantar a mandioca? Será que esses pretos são preguiçosos?! Eles queriam, eu acho que a mineração pagasse alguém para plantar e fazer a farinha pra eles (ARCHANJO, 2015 p.122 Grifo Nosso. Caderno de Campo da autora em Porto Trombetas, no dia 28 outubro de 2013).

Esse relato expõe a mineradora como vetor de melhorias na comunidade, ao subsidiar e implementar máquinas e equipamentos industriais para *facilitar a produção de farinha*. Em contrapartida, evidencia os quilombolas como preguiçosos nessa relação. Entretanto, os

quilombolas possuem outras explicações para os motivos do fracasso do projeto. Nas palavras do quilombola Aildo Viana, o processo de mudança sofrido na relação com a mineradora, que ocasionou a perda das práticas agroextrativistas e o envolvimento destes na cultura, levou-os a ter outras necessidades e aspirações, que não mais o retorno à agricultura e plantação de roças. Nas palavras do quilombola Aildo,

Olha! Outra coisa é essa casa de farinha, quando ela foi implantada na comunidade. Ela [casa de farinha] foi um projeto errado. Por que um projeto errado? Antes todos os antepassados viviam da farinha, viviam da roça, da agricultura. Hoje a geração nova, bem pouquinhos sabe fazer farinha. Até por que eles [pais] queriam que a gente se dedicasse mais aos estudos e não pegasse na mandioca. Aí eles [a MRN] implantaram essa casa de farinha. E aí ficam batendo na tecla: nós [referindo-se a MRN] fizemos essa casa de farinha pra vocês, não sei mais o que, fizemos isso, fizemos aquilo. Mas só que já era tarde. Minha mãe já está cansada não vai mais fazer farinha, não tem mais condições de trabalhar. Então, a gente vê. Eu digo, assim, foi um ato de covardia usar uma cultura que praticamente já não tinha mais, porque muitos deixaram o trabalho na agricultura pra ganhar uma diária lá [na MRN] (Aildo Viana, 37 anos, comunidade de Boa Vista, 23/09/2014, em entrevista cedida a ARCHANJO, 2015 p.122).

O discurso de Aildo é reforçado pelo quilombola José dos Santos ao mencionar outros elementos acerca do insucesso da Casa de farinha. Este sintetiza que o abandono do projeto por falta deu-se pelo desconhecimento da realidade da comunidade e sua implementação não considerar a forma de organização e produção dos quilombolas, inclusive contestando a localização onde a casa e os equipamentos foram alocados. De acordo com José dos Santos,

A mineração deu uma casa de farinha, tá lá no mato até hoje, com maquinário, com tudo, que só era juga a massa no forno e torrar. Ela fazia tudo, jugava a mandioca lá dentro do lavador, ele não precisava ninguém, pra ela se comprometia, toda motorizada era ótimo, mas o pessoal não soubera zelar, acabou tudo. [Mas não usaram essa casa de farinha?] Foi usada bem pouco, mas quem mais usou foi eu, porque era só quem fazia roça na época, e meu primo também. Mas ele não gostava de trazer a mandioca pra cá, porque ele descia a mandioca dele por ali [apontando para o igarapé da Água Fria]. Fica longe, eu é que mais usei, eu tinha bastante roça na época, eu fiz um bucado de farinha aí. Mas o resto nem deu valor [Não plantavam?] Tinha alguns que plantavam, mas queria fazer na casa deles por que era longe, só se fosse uma casa de farinha em cada casa, e aí não tinha combate. Eu vi de lá [referindo-se ao diálogo com seu primo, morador do igarapé da Água Fria] trazer a mandioca aqui e a casa era pra cá [área distante das casas da comunidade], muitos fazia por lá mesmo, não traziam pra fazer na casa de farinha (José dos Santos, 72 anos, comunidade de Boa Vista, Alto Trombetas, 16/11/2013, em entrevista cedida a ARCHANJO, 2013, p.124).

Essas transformações e intervenções na comunidade quilombola evidenciam os conflitos e embates de poder no território, onde o capital contribui para desagregar as redes de solidariedade e de ajuda mútua, a coesão social e de trabalho, bem como o sentimento de pertencimento, desconstruindo discursos e racionalidades que não estejam à serviço dos seus interesses de dominação. Nesse processo dialético de correlação de forças e discursos prevalece a condição da classe dominante que subjuga os dominados, por meio de vários instrumentos e estratégias, deixando-os no temor das incertezas, dependência e fragilidade.

Segundo os próprios quilombolas, três projetos tiveram grande chance de prosseguir com êxito: *o Projeto Mel, a Cooperativa de trabalho e o projeto de Educação Ambiental e Patrimonial*, no entanto, no decorrer dos anos, estes foram fracassando e atualmente existem somente dois projetos funcionando precariamente. Um desses projetos que ainda resistem por iniciativa da família de Dona Zuleide e Valério dos Santos é o projeto que envolve a cultura do Barro e a manutenção do Espaço cultural Konduri (**Figura 17**), que é mantido pela mencionada família, estes importantes artesãos e guardiões da cultura quilombola na comunidade. Nesse espaço, a família recebe os visitantes e apresenta as réplicas konduris e utensílios de uso domésticos confeccionados pela família da artesã e comercializados no mesmo espaço e nos eventos culturais da região.

Figura 17 – Espaço Konduri e peças em exposição confeccionados em barro pela artesã quilombola Zuleide dos Santos e seu esposo Valério, com o projeto Educação Ambiental e Patrimonial



Fonte - Trabalho de campo, junho de 2014.

Autora - CORRÊA, Silvia da S., 2014

Segundo D. Zuleide, o início o projeto foi visto com desconfiança, contudo, aos poucos foi ganhando credibilidade e entusiasmou os quilombolas, tendo vários membros da comunidade envolvidos e participado das oficinas, da fabricação e comercialização das peças.

Aos poucos, com a ausência dos subsídios oferecidos pela mineradora, o projeto foi enfraquecendo e atualmente somente D. Zuleide e seu esposo mantêm e conservam o espaço, dentro de suas possibilidades, pois sabem o quanto representa para a manutenção da cultura quilombola. A quilombola Maria do Carmo moradora da Comunidade Moura, irmã de D. Zuleide, que também é hábil artesã da cultura do barro, ressalta que o projeto ajudou a recordar um conhecimento que seus antepassados já desenvolviam no Trombetas, mas que, em função das mudanças nas relações de trabalho, foram sendo abandonados. Ressalta toda a mística e respeito à natureza, no processo de retirada do barro para confecção das peças, *quando nós vamos tirar o barro pedimos autorização a natureza, vamos em silêncio fazemos uma oração, já que é ela que está dando para nós, podermos fazer nossas peças e vender*⁵⁰.

Não há dúvida que o manuseio do barro, é um conhecimento tradicional, aperfeiçoado pelos grupos quilombolas em quase todo o Brasil, cuja herança remonta aos seus antepassados escravos. O barro possui inúmeras utilidades para esses grupos, desde a confecção de artefatos domésticos, adornos, estrutura das moradias e dos fornos que torram a farinha, os fogões de barro, além de possuir todo um simbolismo e sabedoria no manuseio das peças, constituindo um dos elementos que compõem a identidade destes. Cruz (2012, p. 211), ao estudar as mulheres quilombolas do Vale do Guaporé, destaca a habilidade e práticas desenvolvidas com a cultura do barro, e enfatiza que tal atividade *é uma prática cultural que carrega em si toda uma sabedoria, pois tem a época certa de extrair o barro, que não é qualquer tipo. Há todo um ritual no seu preparo*. As transformações no modo de vida quilombola, provocadas pelos agentes do capital, incidiram drasticamente sobre os hábitos culturais tradicionais, ao passo que para os jovens e crianças muitos conhecimentos não estão mais sendo repassados ou não despertam interesse de aprendizagem, como o manuseio do barro.

Com o tempo, os fogões de barro foram sendo substituídos por fogões a gás, as casas de parede barro e cobertura de palha, substituídas por tijolos e telhas de amianto, as louças de barro substituídas por louças de alumínio, são alguns exemplos das mudanças que vem transformando os hábitos culturais e de consumo, no modo de vida quilombola local. Essas mudanças refletem a nova condição de envolvimento cultural e o enfraquecimento/perda dos laços identitários coletivos e saberes tradicionais, em função das transformações nas relações de trabalho e produção voltadas para as demandas do capital mineral, ocasionando a fragmentação do conhecimento habitual e o desdobramento em saberes e influências externas.

⁵⁰ Artesã quilombola Maria do Carmo, durante entrevista realizada na Comunidade Moura em março de 2015.

Mais um projeto de grande impacto e que ainda persiste no Boa Vista é a Cooperativa de trabalho COOPERBOA, fundada em 04 de julho de 1996, com incentivo da mineradora, para que os quilombolas prestassem serviços diversos para atender a demanda de mão de obra na parte de limpeza e serviços gerais do empreendimento. Foi estrategicamente pensada para manter os quilombolas em trabalhos temporários, sem vínculos empregatícios diretos com a empresa, sendo estes próprios responsáveis pela gestão da Cooperativa, mas, ao mesmo tempo, totalmente dependentes do contrato e deliberações desta. As cooperativas ganham ênfase no contexto do processo de terceirização e reestruturação produtiva do capital, orientadas pelas políticas neoliberais. Nessa condição, o capital reforça a exploração da mão de obra do trabalhador, pois é um dos mecanismos que proporciona redução de custos na produção, em função da precarização e perdas de garantias trabalhistas.

Conforme consta o estatuto social da cooperativa do Boa Vista, esta assume os seguintes objetivos sociais, junto à comunidade e seus membros:

- a) Contratar serviços para seus associados em condições e preços convenientes;
- b) fornecer assistência aos associados no que for necessário para melhor executarem o trabalho;
- c) organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme as aptidões e interesses coletivos;
- d) realizar, em benefício de associados interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho;
- e) proporcionar, através de convênios com sindicatos, prefeituras e órgão estaduais, serviços jurídicos e sociais;
- f) Promover a difusão da doutrina cooperativista e seus princípios ao quadro social;
- g) Trabalhar para o desenvolvimento sustentado da sua comunidade, mediante políticas aprovadas pelos seus membros⁵¹.

Nessas condições os quilombolas, ao terem sido dispensados dos empregos temporários na fase de instalação e tendo fracassado os outros projetos de geração de renda, passaram a ter na Cooperativa de trabalho a única fonte de emprego e renda para o sustento das famílias. Contudo, muito foram/são os problemas, dificuldades e conflitos que se desencadearam entre os quilombolas, em função da implantação da cooperativa. Na ata de fundação constaram 30 membros fundadores residentes na comunidade, na sua maioria do sexo masculino e que já tinham trabalhado na mineradora ou nas empresas terceirizadas desta, conforme se observa no **quadro 05**.

⁵¹ COOPERBOA. **Estatuto Social da COOPERBOA**. Boa Vista, 1996, capítulo II.

Quadro 05 – Composição dos primeiros membros fundadores da Cooperativa COOPERBOA, em 1996.

NOME	IDADE	PROFISSÃO
1. Adenildo dos Santos	22	Operador
2. Alcendino Clemente de Jesus	53	Aux. de Serviços
3. Altino dos Santos Sena	29	Op. de Carregadeira
4. Antônio César P. de Jesus	26	Op. de Est. Trat. de Água
5. César Pereira de Jesus	53	Pedreiro
6. Cleone dos Santos Campelo	22	Aux. de Limpeza
7. Clodoaldo Gonçalves Barbosa	26	Jardineiro
8. Deodório dos Santos	40	Cozinheiro
9. Eluizio Barbosa	52	Aux. de Amostra
10. Esmelinda dos Santos	51	Doméstica
11. Francisco Pereira dos Santos	41	Aux. de Serviços
12. Haroldo Martins de Souza	32	Aux. de Serviços
13. Humberto Viana de Sena	56	Aux. de Serviços
14. Ilson Santos de Jesus	30	Aux. de Caixa
15. João Batista de Souza Anerino	32	Carpinteiro
16. José dos Santos	54	Carpinteiro
17. José Marcelo dos Santos	57	Aux. de Serviços
18. Jucilene dos Santos	29	Aux. de Professora
19. Jucirene dos Santos	25	Doméstica
20. Lauro Teixeira de Souza	58	Jardineiro
21. Lucilene dos Santos	25	Professora
22. Manoel Areolino dos Santos	54	Aux. de Cozinheira
23. Manoel Edilson Santos de Jesus	29	Op. Equip. Mineração
24. Maria da Conceição dos Santos	44	Doméstica
25. Maria Pereira de Jesus	52	Doméstica
26. Maria Zilda dos Santos Dias	51	Doméstica
27. Raimundo Dias Barbosa	50	Aux. de Mobilidril
28. Raimundo Pereira de Jesus	35	Aux. de Operador
29. Thelma Lúcia dos Santos	27	Professora
30. Valério Manoel dos Santos	57	Aux. de Serviços

Fonte: Ata de criação da Cooperativa de Prestação de Serviços da Comunidade Boa Vista – COOPERBOA; Pesquisa de campo, 2014.

No atual quadro, segundo a equipe administrativa da cooperativa, esta possui “325 sócios, sendo 71 efetivos fixos trabalhando, nas funções de ASG, motorista, operador de máquina lateral (roçadeira), mateiro. Somente o técnico de segurança no trabalho é carteira assinada, os outros recebem por diária, pelos serviços prestados⁵²”. A maioria do quadro efetivo hoje se constitui de mulheres, em função da maioria dos contratos ser de zeladoria e limpeza, representando uma significativa demanda de mão de obra feminina na cooperativa, o

⁵² Entrevista realizada com os representantes da COOPERBOA, em sua sede na área da Mineração Rio do Norte, no período de junho de 2014 e março de 2015.

que tem ocasionado uma certa conformidade e acomodação destas nesse trabalho, mas também tem propiciado a busca de continuação dos estudos, formação e o enfrentamento do mercado de trabalho dentro e fora da cooperativa. A fala de uma ex-cooperada que conseguiu emprego como assistente administrativo em uma empresa terceirizada na Mineração Rio do Norte, é eloquente acerca desse processo.

Quando eu trabalhava na cooperativa, de zeladoria, as pessoas viam a gente como um nada, que tá limpando.. limpando as canaletas da feirinha, as pessoas passavam não tavam nem aí pra ti, se tiver de jogar lixo vai jogando no chão mesmo. Eu acho que tinham até vergonha de falar comigo porque eu era serviços gerais, até gente aqui mesmo parente, da comunidade as vezes passava e nem falava. Hoje eu estudei, fiz curso técnico e consegui um emprego que demanda as pessoas chegarem até mim, o tratamento tem sido bem diferente, hoje ninguém me trata indiferente, param me cumprimentam. A cooperativa é uma porta pra gente conseguir melhorar a condição. (Entrevista realizada em junho de 2014, com uma quilombola do Boa Vista Trombetas.

A diferenciação social e dos níveis de trabalho e salários, provocados pela inserção no mundo do trabalho para o capital, tem provido mudanças na convivência tradicional coletiva dos homens e mulheres quilombolas. Estes passam a disputar entre si, as poucas vagas de emprego, passam a adquirir bens que os afastam da convivência familiar, dos laços de solidariedade e das práticas culturais. Passam a ser vulneráveis e cooptados aos ditames da Empresa, fazendo com que se distanciam cada dia mais, uns dos outros e da luta social.

A cooperativa, segundo consta seu Estatuto, possui sede e localização na Comunidade Boa Vista, no entanto, funciona em uma pequena sala cedida na área da *Company Town* Trombetas, conforme mostra a **Figura 18**, com forte intervenção da mineradora. Esta, através da Cooperativa, se exime de assegurar vínculos e encargos trabalhistas aos quilombolas, mas ao mesmo tempo, mantém uma mão de obra disponível e barata para suprir suas demandas de serviços de limpeza, dentre outros.

Figura 18 – Sede Administrativa da Cooperativa quilombola COOPERBOA, cedido pela MRN na *Company Town* Trombetas



Fonte - Trabalho de campo, fevereiro de 2015.

Autora - Corrêa, Silvia da S., 2015.

A COOPERBOA passa a se inserir no processo de terceirização do trabalho para o capital mineral, produzindo novas relações e condições de trabalho para o grupo quilombola, que, sob a lógica da reprodução capitalista, tem como rebatimento o descumprimento das Leis e normas trabalhistas, base da exploração e degradação da força de trabalho quilombola. A terceirização do trabalho é uma das particularidades do capital de superar crises e reduzir gastos à custa do prejuízo da classe trabalhadora, pois atende exclusivamente ao mercado e incide sobre o trabalhador o ônus da exploração e das relações precárias de trabalho para sustentar a ampliação e apropriação dos lucros pelos capitalistas.

Thomaz Júnior (2009), afirma que a terceirização é uma forma de “*esgarçamento dos significados do trabalho assalariado*”, com base na flexibilização do trabalho, na intensificação da superexploração e precarização da força de trabalho. Essa condição, “*viabiliza um grau de*

liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites”⁵³, gerando elevadas taxas de lucros aos capitalistas.

Em relação às cooperativas de mão-de-obra, algumas pesquisas já constataram o quão nocivas são para os trabalhadores. Denominadas de “fraudoperativas” e de “coopergatos”, expressam de forma sintética os atributos que as qualificam como instâncias que fragilizam e elevam em níveis mais profundos a escala de precarização em que se encontram os trabalhadores (Thomaz Júnior, 2009, p.116).

As cooperativas de trabalho, são uma forma das empresas economizarem investimentos em pessoal mantendo uma alta produtividade, com isso submete os trabalhadores cooperados a amplas jornadas de trabalho para poderem cumprir os contratos e prazos firmados com a empresa. As cooperativas e o processo de terceirização do trabalho inseridos, no pacote de propostas neoliberais de flexibilização e desregulamentação do trabalho, pelo Estado neoliberal, são uma das alternativas que se colocam ao desemprego estrutural, submetendo os trabalhadores a perdas de direitos trabalhistas, baixos salários e a condições degradantes de trabalho.

No trombetas, com a criação da Cooperativa de trabalho dos quilombolas, estes passaram a gerir contratos de prestação de serviços diversos com a mineradora, no entanto, com forte ingerência desta, que possui grande influência nas decisões da Cooperativa. Sem experiência em gestão de volumes significativos de dinheiro, a cooperativa ao decorrer dos anos passou a enfrentar problemas administrativos, financeiros, denúncia de fraudes, ocasionando conflitos, divisões e perda de cooperados. Duque (2004, p. 176), ao ter acesso ao contrato de prestação de serviços para a MRN, constatou que em 2003, o valor estimado do contrato para a COOPERBOA era de R\$ 90.000,00 e o valor pago pela diária aos quilombolas cooperados chegava a R\$ 32,54. Essa diária recebida não garante aos trabalhadores quilombolas a assistência médica, encargos sociais, trabalhistas e nem assegura um vínculo de emprego.

Por outro lado a cooperativa trouxe sérios problemas à coesão social e aos laços de solidariedade do grupo, já que os serviços prestados praticamente se limitam à limpeza e zeladoria na área do empreendimento. Segundo os próprios quilombolas *“É mais fácil você encontrar uma pessoa capinando a rua aqui na mineração, do que ver a pessoa abrindo roçado lá na comunidade, ninguém mais quer fazer mutirão, plantar nada, a nossa cultura tá tudo se perdendo com essa cooperativa”*⁵⁴. Jovens, idosos e adultos cooperados trabalhavam

⁵³ THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G. FRANCO, T. (org.). **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, p. 24-58, 2007.

⁵⁴ Entrevista realizada em Porto Trombetas, em junho de 2015 com uma cooperada da COOPERBOA.

livremente sem exigência de escolaridade ou qualificação, recebendo por dias trabalhados, e assim, foram se afastando das práticas de trabalho tradicionais e dos costumes, ocasionando a constatação acima descrita.

A perda dos costumes e das práticas tradicionais, também se revela na alimentação diária, uma vez dependentes apenas das diárias recebidas na Cooperativa, ao final do dia, depois de uma jornada de trabalho, os quilombolas já adquirem na *Company Town* frangos congelados, enlatados e produtos industrializados para garantir a alimentação da família. Dessa forma, a alimentação farta e diversificada adquirida da caça, pesca, extrativismo de outrora já se tornava uma lembrança na memória dos que vivenciaram o período livre, antes da chegada do capital mineral em suas terras.

Além disso, denúncias de fraudes, desvios, mal uso do dinheiro da Cooperativa ocasionou conflitos entre irmãos, tios e familiares no interior do grupo quilombola, além de acumulação de dívidas, enfraquecendo ao longo dos anos a Cooperativa e a acirrando os conflitos sociais entre os quilombolas. Nas palavras de um dos atuais coordenadores da cooperativa, este explica,

[...] Essa cooperativa reflete muito dentro da comunidade, ela é uma que traz conflito dentro da comunidade, porque gera dinheiro, sempre onde rola dinheiro, tem conflito. Por causa que aqui é um lugar assim que entra bastante dinheiro sabe, e aí é: Se alguém vir com você pra dizer: Ah, eu queria que tu doasse tal coisa pra mim assim, rapaz olha infelizmente é... a gente não tem condição pra te conceder essa doação. Aí a pessoa já leva, há porque entra tanto dinheiro aí, o que fazem com o dinheiro? Um comenta com outro. Ah eu vi fulano em tal canto tá gastando dinheiro da cooperativa e assim vai.⁵⁵

A inserção de volumes de dinheiro na comunidade pela Cooperativa trouxe, além de desconfiança e conflitos entre os cooperados, o desafio da gestão financeira e de pessoas, novidade para os quilombolas, que viveram toda a sua vida no extrativismo e na coletividade e em pouco tempo tiveram que administrar volumes consideráveis de dinheiro. Tal situação vem transformando as relações entre os quilombolas, causando uma acomodação e diminuição da organização para pensar a condição coletiva e de demandas que possibilitem a sua autonomia. Além disso, a dependência do emprego e dos serviços oferecidos pela mineradora vem dividindo e colocando em suspeita os coordenadores da Cooperativa em cada gestão. A divisão e a falta de organização política dos quilombolas facilita ao capital mineral explorar a força de

⁵⁵ Entrevista realizada em junho de 2014, com um dos coordenadores da cooperativa na sede da COOPERBOA em Porto Trombetas.

trabalho e baratear os custos com mão de obra, subordinando e controlando os quilombolas aos seus ditames.

Para a atual coordenação da Cooperativa, o relacionamento entre empresa e Cooperativa é considerado bom, pois esta mantém os contratos anuais e permite que estes trabalhem e residam na própria comunidade. Além disso, oferece a oportunidade das mulheres quilombolas trabalharem, estas já representam 50% do quantitativo de cooperadas que prestam serviço no empreendimento e sobre as mulheres repousam o desafio da sobrecarga de trabalho, uma vez que além de passarem o dia realizando limpeza de alojamentos, ao fim da tarde no retorno para suas casas ainda vão realizar atividades domésticas e cuidados com os filhos, sobrando pouco tempo para o repouso. Essas transformações e mudanças nas relações de trabalho vêm direcionando cada vez mais os quilombolas à aceitação e acomodação às relações precárias e degradantes de trabalho, seja na Cooperativa ou nas outras empresas terceirizadas que prestam serviço à mineradora.

As mudanças são significativas inclusive para os próprios quilombolas, que lamentam a perda dos laços de cooperação, práticas de *puxirum* e ajuda mútua entre as famílias, sendo atualmente todas as relações permeadas pelo dinheiro, pela compra e por valores individualistas da sociedade capitalista. Nas palavras do quilombola Gilson dos Santos, as mudanças no modo de vida quilombola são visíveis, já que:

Antes todo mundo, um ajudava o outro, a gente fazia serviço um pelo outro, serviço, comunitário, mutirão todo mundo ia, hoje ninguém não vai, se tu não pagar não tem quem trabalhe pra ti, então isso daí não muda, essa é uma situação que foi eles [referindo-se a MRN] que trouxeram pra cá, que antes não era desse jeito. Então hoje ninguém não faz nada pra outras pessoas aqui de graça, qualquer coisa que tu peça pra alguém fazer pra ti, ele vai te cobrar, então isso foi uma das coisas que mudou e que não tem como voltar a atrás, a cultura acabou tudo. Não existe mas nada quando eu me entendi a minha vó tinha roça todo mundo fazia roça, farinha, agora tudo é comprado, eles acabaram com tudo (Gilson Gonçalves dos Santos, Barqueiro, quilombola do Boa Vista. Entrevista realizada em 11 de junho de 2014).

Essas questões refletem muito sobre as transformações que vem ocorrendo no território quilombola, especialmente no que se refere à organização comunitária destes e o poder reivindicatório adquirido quando enfrentaram a mineração, o INCRA e o governo para a titulação das suas terras. Atualmente, segundo o Sr. Rui Brasil, uma das lideranças do início da luta no Trombetas,

O desafio mesmo é a organização, é saber como fazer o remanescente de quilombo, dizer Não. Eu quero o meu direito e não um presente, esse é o maior

dasafio. Porque se o cara chega na comunidade, diz não, nós vamo dá um barco, vamo dá um barracão, casa, vamo dá isso[...] mas o direito ninguém fala (Rui Brasil. Entrevista realizada em junho de 2014).

Isso demonstra a perda e enfraquecimento dos quilombolas quanto a suas entidades representativas, como o afastamento dos quilombolas da ACRQBV (Associação da comunidade remanescente de quilombo Boa Vista), e a Associação dos remanescentes de quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) restando poucos membros atuantes. Assim, o capital se fortalece e controla com maior eficácia a força de trabalho, aumentando a sua capacidade de lucro e controle do trabalhador. No Trombetas, além da cooperativa de trabalho, foi fundada em abrangência menor a Cooperativa de Serviços Fluviais Especializados do Rio Trombetas (COOPBARCOS) para oferecer serviços de transporte aquático à mineradora, envolvendo vários membros ribeirinhos quilombolas e não quilombolas das comunidades Abuí, Tapagem, Último quilombo, Boa Vista, Mussurá e Batata.

Figuras 19 e 20 – Sede da COOPBARCOS e um dos barcos patrimônio da cooperativa



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro e março de 2015.

Autora - Corrêa, Silvia da S., 2015.

A cooperativa fluvial trabalha diretamente com contratos da mineradora e suas subsidiárias, possuindo um patrimônio *de nove lanchas equipadas em alumínio com motores de 60 a 200 HP, dois barcos de madeira e um barco de ferro, a COOPBARCOS tem um faturamento que varia mês a mês conforme demanda, de 50 até 190 mil por mês*⁵⁶. Assim como a cooperativa de trabalho, a COOPBARCOS tem sua sede administrativa na área da *Company*

⁵⁶ Entrevista realizada em março de 2015, com a diretora da COOPBARCOS, Sr. Raimunda Maria.

Town estando à disposição dos contratos da mineradora, tendo um total de 20 cooperados. Os cooperados possuem um alto conhecimento da rede hidrográfica do Trombetas e de navegação nos diversos períodos do ano, sendo aproveitados pela mineradora de forma terceirizada e barata.

Para os quilombolas, as cooperativas são alternativas de sobrevivência, pois os retira do desemprego e mesmo tendo altas perdas trabalhistas, lhes proporcionam uma renda, ficando estes cada vez mais sujeitos às relações precárias de trabalho. As cooperativas impulsionam o trabalhador a se envolver em precárias jornadas de trabalho, contribuindo para aumentar a produtividade e a exploração do trabalhador, bem como os obriga a se sujeitar a receber baixa remuneração. Essa condição se intensifica em razão da reestruturação do capital, que fragmenta a classe trabalhadora tornando-a vulnerável e é exacerbada pelo alto índice de desemprego em massa, bem como pela deteriorização dos contratos de trabalho, aumento da informalização e terceirização como forma de reduzir custos e acumular capital.

4.3 A r-existência, mobilização política e conquistas territoriais dos quilombolas do Trombetas

*Olha a força do nego chegou, no Trombetas e no Erepecuru/
Mas eu queria que essa força, fosse desde o tempo dos nossos avós/
Só que naquele tempo, nêgo não tinha valor/
Na eleição da constituinte o direito do negro se aprova*⁵⁷.

A luta por direitos e a emergência política das populações tradicionais na Amazônia ganham notoriedade a partir da década de 1980, em função da invisibilidade, da violência e conflitos sofridos pelo avanço do capital e suas frentes expropriadoras. As lutas pelo direito ao território, pela autonomia no modo de produzir, pelo direito à cidadania e respeito à pluralidade cultural dos grupos tradicionais se apresentam como principais objetivos da luta e reivindicação dos movimentos sociais tradicionais. Cruz (2014) afirma que as lutas sociais na Amazônia são, sobretudo, *lutas territoriais* e essa característica tem mobilizado os grupos tradicionais a lutarem para defender seus territórios e se fazerem ouvir nos processos reivindicatórios.

Porto Gonçalves (2010) afirma que se trata da emergência de *novas identidades coletivas* que reivindicam direitos e *um vínculo maior com a natureza*. São mais do que lutas pelo direito ao território, mas pela afirmação das identidades territoriais. Para o autor, o surgimento dos movimentos sociais de r-existência grafam uma nova *geo-grafia* na Amazônia, *são movimentos de r-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e*

⁵⁷ Música Força do Negro, de autoria do quilombola Rafael Viana – CD- Canto dos quilombolas do Vale do Trombetas-Pará, gravado em 2002, estúdio JDO.

desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar (PORTO GONÇALVES, 2010, p.130). O autor compreende no termo r-existência exatamente o processo de reivindicação e luta dos grupos tradicionais, pela afirmação e pelo direito à pluralidade do modo de ser, produzir e principalmente de existir nas suas *múltiplas identidades político-culturais*.

No Trombetas, o movimento e organização política dos quilombolas se iniciou em meados da década de 1980, quando eles passaram a se defrontar diretamente com a territorialização de projetos econômicos e ambientais, que sobrepunha e expropriava suas terras de uso comum, introduzindo novas formas de apropriação e uso do território. A partir das pressões, ameaças e conflitos esses grupos tiveram que, estrategicamente, se organizar e lutar para enfrentar os mecanismos de apropriação do capital sobre seus territórios. Iniciava aí um longo processo de organização política, estudos, debates e formação de lideranças para o enfrentamento das graves perdas e ameaças que assolavam seus territórios.

Essa organização política dos quilombolas ganha consistência com a chegada na Paróquia de Oriximiná dos Padres da *Congregação do Verbo Divino*, na década de 1980, em substituição aos Padres de *Congregação Franciscana* que aqui já haviam organizado algumas comunidades nas áreas quilombolas, para realizar missas e sacramentos. Os *Padres Verbitas*, que chegam a Amazônia na década de 1980, vêm orientados por documentos do Conselho Vaticano II e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que mobilizava um novo jeito de ser Igreja Católica, baseado na Teologia da libertação⁵⁸, que fazia a *opção preferencial pelos pobres*⁵⁹ e pela defesa dos seus direitos. Os religiosos, conduzidos por uma formação de teor libertário, inspirados por membros progressistas da Igreja Católica na América Latina, irão promover a emergência de mobilizações, lutas, organização social e política, no sentido de prover uma práxis transformadora da fé, em ações reais que minimizassem o cenário opressivo, violento e desolador em que se encontravam as populações pobres no campo e na cidade.

Inicia aí o empenho por um despertar de consciência dos oprimidos, para lutar por seus direitos, através da formação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB), que através da participação efetiva da Igreja católica iriam promover a organização sindical e representativa

⁵⁸ Movimento da Igreja Católica, partir da década de 60, onde esta assume a defesa pelos direitos dos pobres e excluídos, organizando-os em movimentos, sindicatos e associações para lutarem por uma vida digna, direitos e justiça. Dom Hélder Câmara, Leonardo Boff e Frei Beto, dentre outros foram os mais reconhecidos agentes dessa Teologia, no Brasil.

⁵⁹ Frase retirada da Conferência episcopal de Puebla (1979), muito empregada nos sermões e no trabalho cotidiano dos padres orientados pela teologia da libertação nas comunidades.

da população do campo, buscando reivindicar e transformar as condições das populações camponesas atingidas pelo avanço do capitalismo no campo.

A teologia libertadora e os clérigos libertadores elegeram os pobres não como objetos de sua caridade, mas, sim, como portadores das transformações sociais lidas no Evangelho e por ele inspiradas. A missão dos religiosos passou a ser a de transformar a ação dos pobres em uma missão cristã de luta por libertação. Libertação entendida como o fim da opressão econômica e política que atinge o povo, esse entendido como as classes subalternas, exploradas e miseráveis (MITIDIEIRO JUNIOR, 2011 p.03).

Animados e orientados pela Teologia da Libertação, a Igreja Católica brasileira passa a mobilizar os trabalhadores rurais para refletir acerca dos seus problemas e da política agrária excludente do governo, organizando-os para fazer os enfrentamentos. A partir daí os religiosos assumem publicamente uma postura contrária ao Estado, tornando-se o principal aliado dos trabalhadores, o que gerou a perseguição de religiosos e lideranças comunitárias, fato este que perdura até hoje. A Igreja Católica, então, começa a organizar politicamente esses segmentos camponeses através da criação dos *movimentos socioterritoriais*. Nesse contexto, surgem grandes movimentos organizados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentre outros.

Destarte, na região do Trombetas, a chegada dos Padres verbitas⁶⁰, Patrício Brennan, João Mors e Chico Kom, orientados por essa teologia, promoveram o processo de organização e mobilização sociopolítica dos quilombolas, excluídos e oprimidos pelas políticas econômicas e ambientais que se territorializavam nas terras ocupadas tradicionalmente pelas famílias quilombolas. O Padre Patrício Brennan foi designado para evangelizar nas comunidades quilombolas do Trombetas, Erepecuru e Cuminã. Segundo o próprio religioso, o início de seu trabalho missionário e de mobilização se deu quando este realizou sua primeira viagem para conhecer as comunidades do Trombetas que ficariam sobre sua responsabilidade religiosa,

Nós fomos fazer uma viagem para Cachoeira Porteira e vimos na Tapagem, um monte de gente lá e as redes armadas embaixo das árvores, com crianças, panelas....Quando voltamos de Cachoeira Porteira, paramos na Tapagem, celebramos uma missa e eu percebi na missa, o povo fazendo preces muito emocionais, assim ...Somos que nem passarinhos, que não tem onde fazer o ninho. Aí comentei... tem alguma coisa errada com esse povo. Fomos

⁶⁰ Verbitas são denominações dadas aos padres da ordem religiosa do Verbo Divino fundada por Arnaldo Jassen e José Freinademetz. Os primeiros Padres verbitas que foram designados a paróquia de Oriximiná foram: Francisco Kom, José Gross, Patrício Brenanam e João Mors. Disponível em: http://www.svdamazonia.com.br/pdf/verdiam_a_especial.pdf, acessado em 05 de julho de 2015.

procurar saber o que estava acontecendo, e aí nos foi relatado que 25 famílias, foram expulsas do lago Jacaré onde viviam, num prazo de 24 horas e estavam morando embaixo das árvores (Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2015 com o Padre Patrício Brennam, em Oriximiná).

Nessa viagem, o referido religioso passa a ter contato com os graves problemas que os grupos quilombolas enfrentavam no Trombetas e inicia o processo de formação, através dos *tríduos*⁶¹ e de grupos de estudos, começando a esclarecer o povo acerca de seus direitos territoriais. Começam, assim, os encontros nas comunidades quilombolas, a formação das lideranças e as articulações com novos agentes sociais, que irão ajudar a compor a articulação política do movimento quilombola que se iniciava no Trombetas. Nesse sentido, o apoio da Rádio Rural; da Comissão Pastoral dos direitos humanos, de Santarém; da Comissão Pró-Índio, de São Paulo; da Prelazia de Óbidos; da ACOB, dentre outros, serão determinantes para consolidar a luta e a organização dos quilombolas do Trombetas. Sobre os *tríduos*, Padre Patrício expõe como eram realizados,

A paróquia começou a fazer estudos, que chamamos de tríduo, catequese né? Iniciava quinta-feira e terminava sábado, onde fazíamos estudos sobre terra, família, direitos, sempre dizendo ao povo, que Deus criou a Terra, a terra prometida para os homens e todos tem direito a viver nessa terra. Deus quer libertar o povo da escravidão, da opressão, levar para a terra prometida, a nossa fé tem que nos levar a agir em benefício da comunidade. Em vez do povo ter que sair da sua terra, ele tem que lutar pra ficar nela, ele tem direitos, não só a terra, a saúde, educação, essas questões não devem ser separadas da nossa fé. E assim íamos conscientizando o povo a lutar (Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2015, com Padre Patrício Brennam, em Oriximiná).

Sobre essas bases os quilombolas vão somando forças e se organizando para reivindicar seus direitos, surgindo importantes lideranças das comunidades quilombolas que irão se destacar na luta pelos direitos territoriais no Trombetas. No entanto, muitos foram os enclaves encontrados no percurso, dentre eles o fato da maioria dos quilombolas serem analfabetos, estarem distantes dos órgãos governamentais como INCRA, não possuírem documentos e estarem espacialmente dispersos. Acrescentando-se a esses elementos, o poder autoritário do governo militar, que reprimia violentamente as demandas das populações do campo, contraditoriamente sustentava, incentivava e apoiava os interesses capitalistas sobre os

⁶¹ Na liturgia romana, o Tríduo é considerado como três dias de preparação para festa de Páscoa, é ponto culminante. São três dias de Cristo crucificado, morto e ressuscitado. Tem início na celebração da Ceia do Senhor, na Quinta-feira Santa, na missa vespertina, terminando com o domingo de Páscoa. São dias dedicados a celebrações e orações especiais (ARCHANJO, 2015, p.66).

territórios, com total respaldo, acirrando os conflitos e disputas territoriais, cujos embates travados eram extremamente desiguais, para as populações tradicionais, como os quilombolas.

Padre Patrício, ao lembrar as lideranças quilombolas que surgiram a partir dos *tríduos* e dos processos de formação, analisa a escolha de Carlos Printes, quilombola do Abuí como coordenador da Comunidade, [...] *na época o mesmo tinha 18 anos e foi escolhido pela própria comunidade, um menino que mal abria a boca, mas ele se desenvolveu muito, com uma capacidade incrível, quando lhe foi dada oportunidade, gente de fé*. O referido Padre menciona, ainda, lideranças como Daniel Souza, Altino Guedes da Serrinha, Silvano do Bacabal, a família do Rafael Viana, Dona Nalzira, Zuleide, Rosa Colé, dentre outros, como importantes sujeitos de luta que surgiram no Trombetas e iniciaram a mobilização política dos quilombolas. A principal questão que mobilizava a luta era a exigência da titulação e resistência para permanecer na terra, bem como não assinar documentos e rejeitar as ínfimas indenizações que lhes eram oferecidas para deixarem a terra.

O cenário desolador que os *Padres verbitas* encontraram no Trombetas motivou a aliança religiosa e política dos quilombolas com a Igreja Católica através do Padre Patrício, e estes reconhecem a importância do religioso no processo de enfrentamento dos conflitos. Nas palavras de uma das lideranças formadas pelo Padre Patrício, a senhora Rosa Colé, de 85 anos, demonstra a importância do religioso no processo de organização dos quilombolas, [...] *graças a Deus que Deus mandou aquele anjo (referindo-se ao Padre Patrício,) que defendeu, defendeu nós. Depois, ele deu meios pra nós ter coragem de falar e dizer o que era a nossa verdade, e que não era nossa mentira, pra eles reconhecerem que nós era os donos de lá*⁶².

A organização e articulação política com a Igreja Católica possibilitou a realização do I Encontro de Raízes Negras, em Alenquer (PA), reunindo quilombolas dos Municípios de Óbidos, Oriximiná e Alenquer, além de entidades do movimento negro, possibilitando congregar as lutas, as reivindicações, e as estratégias de enfrentamentos dos problemas que afligiam os grupos quilombolas da região. Esse encontro desdobrou-se em outros, conforme apresenta o **quadro 06**, surgindo destes eventos importantes entidades representativas como foi o caso da Associação dos remanescentes de quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), que irá iniciar o processo reivindicatório de titulação coletiva de áreas quilombolas.

⁶² Entrevista cedida a ARCHANJO (2015), em 31/10/2013.

Quadro 06 – Encontro de Raízes negras realizados no Baixo Amazonas entre 1988 e 2016

ENCONTRO/ANO	LOCAL	TEMA
I Encontro: 24 a 26 de junho de 1988.	Pacoval – Alenquer.	“Do entrelaçar de nossas diferentes raízes, brota o rebento da esperança-Solidariedade”.
II Encontro: 30 de junho a 02 de julho de 1989.	Jauari – Oriximiná.	“Família, trabalho e cidadania”.
III Encontro: 05 a 08 de julho de 1990.	Silêncio do Mata - Óbidos.	“Quilombo: ontem, hoje e amanhã; resistência, bem estar e organização”.
IV Encontro: 18 a 21 de julho de 1991.	Tapagem – Oriximiná	“A luta ecológica, o negro e sua cultura”.
V Encontro: 06 a 09 de julho de 1993.	Pacoval - Alenquer	“Negro, suas terras e cidadania”.
VI Encontro: 17 a 20 de novembro de 1995.	Cidade de Óbidos.	“Com Zumbi dos Palmares rumo aos 300 anos: Redescobrimos a história, valorizando a cultura e celebrando a vida”.
VII Encontro: 18 a 20 de julho de 1997.	Serrinha- Oriximiná	“500 anos de repressão transformados em resistência e articulação dos quilombolas do Baixo Amazonas”.
VIII Encontro: 18 a 21 de novembro de 1999.	Saracura- Santarém	“Da Mãe-África à Mãe-Amazônia: nossa terra, nossa gente, nossa luta”.
IX Encontro: 19 a 21 de julho de 2002.	Pacoval-Alenquer.	“Terras de remanescentes, desenvolvimento sustentável e meio ambiente”.
X Encontro: 11 a 13 de novembro de 2016	Cidade de Oriximiná	“Quilombo: Espaço de luta por direitos”.

Fonte - AZEVEDO, 2002; Trabalho de Campo.

Organização – CORREA, Sílvia da S., 2016.

A ARQMO foi fundada durante o 2º Encontro de Raízes Negras, realizado na Comunidade Quilombola Jauari, no Município de Oriximiná, bem como outras importantes entidades quilombolas surgiram desses encontros como: Associação Comunitária do Quilombo do Pacoval de Alenquer (ACOMQUIPAL) e a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (ARQMOB). Vale ressaltar que vários agentes atuaram na organização e mobilização quilombola, principalmente no Trombetas, aproximados pela Igreja Católica, como foi o caso da Comissão Pró-Índio, de São Paulo e do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), oportunizando dar maior visibilidade aos quilombolas, servindo

também de interlocução entre a imprensa, o poder público e os grupos quilombolas, bem como suas demandas e denúncias. Além disso, somam-se os apoios de órgãos como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (FETAGRI), a CPT, a Universidade Federal do Pará (UFPA/NAEA) e a ACOB.

De acordo com a liderança quilombola Daniel Souza, o Encontro de Raízes Negras foi o mais importante evento já realizado no Baixo Amazonas, pois reuniu os negros da região e permitiu estreitar os vínculos de solidariedade e até reconhecer laços de parentescos, separados na época da escravidão, fortalecendo a luta, a busca e a conquista de direitos. Ele resume os encontros na seguinte fala, o *Raízes Negras nos fortaleceu, nos deu uma grande autoestima, porque através do reconhecimento da nossa história, nós passamos a ser respeitados a partir de 1988, com a constituição. As pessoas passaram a ver os pretos do mocambo, os quilombolas com outros olhos*⁶³.

Para o quilombola Mimi Viana, aposentado da Mineração Rio do Norte, além dos aspectos da visibilidade, apoios e entidades fundadas a partir dos Encontros de Raízes Negras, outro ponto primordial promovido por esses encontros, foi o *negro aceitar ser negro, ter orgulho de ser negro, porque nós sempre fomos chamados por pretos*⁶⁴. Pelo exposto, o Padre Patrício sintetiza essas colocações concluindo que *esses encontros serviram para resgatar a história deles, abrir os olhos sobre os direitos da terra e a condição de se assumir ser negro*.

Emergem desses encontros a luta política por direitos cujos protagonistas, ancorados no processo de transição democrática em todo país, vão entrar em cena reivindicando o reconhecimento das identidades coletivas e o direito pelo território e pela cidadania, historicamente negado. Conforme afirma Eder Santos (1988), *novos personagens entram em cena*, pleiteando direitos até então ignorados, cujas vozes foram por muito tempo caladas, dominadas, sujeitas à lógica do favor e da repressão. Esses personagens diversos emanam, segundo Porto-Gonçalves (2010, p.128), de condições sociais e étnicas como as populações quilombolas e indígenas, ou de uma determinada relação com a natureza, como os seringueiros, castanheiros, pescadores, mulheres quebradeiras de coco, ou ainda resultantes da ação de projetos recém-implantados na categoria de *atingidos, assentados, deslocados ou pela sobrevivência na Transamazônica*. Para todos esses agentes sociais a questão da terra se coloca como fundamental, para a reprodução de seus modos de vida.

⁶³Daniel de Souza, liderança quilombola do Alto Trombetas, atualmente é um dos membros do Conselho Diretor da ARQMO, Coordenador do Conselho Diretor da MALUNGU, suplente da Diretoria da Coordenação nacional (CONAQ), em entrevista realizada em 10 de junho de 2015, em Oriximiná.

⁶⁴Manoel dos Santos Viana (Mimi Viana), 74 anos, cantor e compositor quilombola do Alto Trombetas, atualmente aposentado pela MRN, em entrevista realizada em julho de 2015.

Nessa luta por afirmação de direitos e autonomia desses novos personagens, que se expressam através de mobilizações sociais coletivas e lutas territoriais, especialmente na Amazônia, destacam-se *o tempo dos primeiros encontros*⁶⁵, sendo o ano de 1989 um marco dessas iniciativas, que resultaram na formalização de movimentos e associações de defesa dos interesses desses segmentos tradicionais. No caso dos quilombolas do Trombetas, o II Encontro de Raízes Negras, realizado em 1989, proporcionou a criação da associação que representaria todas as comunidades quilombolas do rio Trombetas, seria a *associação-mãe*, denominada de ARQMO. Essa associação empreendeu o início efetivo da luta por titulação das *terras de preto*, dos quilombolas de Oriximiná. De acordo com a Comissão Pró-Índio, a luta pelo direito coletivo à terra exigiu de homens e mulheres remanescentes de quilombos *uma boa dose de organização, garra e paciência*.

Vale a pena ressaltar que durante a implementação da Constituição Federal de 1988, ano do centenário da Abolição da Escravatura, sob forte pressão das Comunidades Quilombolas e diversas organizações ligadas à militância do Movimento Negro Unificado (MNU), foi inserido na referida Constituição o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que afirmava *aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*. Soma-se a conquista desse Artigo, as discussões da Campanha da Fraternidade de 1988, em todo Brasil, pela Igreja Católica, cujo tema era a *A Fraternidade e o Negro* e o lema *Ouvi o clamor desse povo*, levantando debates sobre a questão racial, territorial e as condições da população negra na conjuntura brasileira.

Com base no Artigo 68, os quilombolas do Trombetas, organizados através de sua associação ARQMO e das parcerias com Organizações Não Governamentais e outras entidades, vão iniciar o processo de demarcação da área da Comunidade Quilombola Boa Vista, no Trombetas, para reivindicar junto ao INCRA a titulação. A escolha do Boa Vista para iniciar o processo de titulação foi estratégica, como afirma o quilombola Daniel Souza, a *nossa estratégia política para demarcação das terras, era titular a terra mais brigueada que tivesse*,

⁶⁵ Cruz (2014) periodiza o ano de 1989, como o ano dos eventos e menciona os principais encontros organizados na Amazônia pela mobilização dos segmentos tradicionais, como: O I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), o I Encontro dos Povos da Floresta, em Rio Branco no (AC), o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens em Goiânia (GO), o I Encontro de Atingidos pela Barragem de Tucuruí, em Belém (PA), o III Encontro das Comunidades negras rurais do Maranhão, em Bacabal (MA), o II Encontro de Raízes Negras do Médio Amazonas Paraense, em Oriximiná (PA), o I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MA), dentre outros, surgindo desses eventos a construção de novas e múltiplas identidades, bem como diferentes formas de organização e demanda de direitos políticos e territoriais.

como nos alertou na época o procurador Wagner Gonçalves⁶⁶. E como a comunidade Boa Vista encontrava-se numa pequena área pressionada pela mineração Rio do Norte de um lado, pela Floresta Nacional Saracá-Taquera e pela Reserva Biológica do Trombetas, de outro, sem nenhuma contestação numa faixa de terra pertencente à União, foi consenso iniciar o processo de titulação pelo Boa Vista.

A luta pela primeira titulação não foi tarefa fácil e exigiu organização e muita luta, principalmente porque também era de interesse da mineração ajudar a titular o Boa Vista, já que essa comunidade estava servindo de mão de obra barata e disponível ao projeto. No entanto, tanto a empresa como o órgão responsável pela titulação, o INCRA, pretendia titular as terras em lotes individuais, conforme até então eram feitas juridicamente as titulações de terra. Daniel Souza, relembra os embates com os técnicos do INCRA sobre a titulação coletiva do Boa Vista,

O INCRA pensou que ia titular individual e veio fazer a reunião, mas o Boa Vista foi quilombo pra valer nesse momento, quando reuniu o INCRA e disse, não, não e não... Nós queremos a titulação coletiva!!! E o INCRA dizia que num tinha, e nós dizia como num tem? O que diz o artigo? Vocês já viram quilombo morar um lá na caixa preta e outro pra li? Vocês sempre viram quilombo junto. Aí o INCRA saiu da reunião e foi embora...O Boa Vista não abriu mão, isso eu adorei demais. Zé do Melo, os irmãos, primos dele, o Pai do Manduca não aceitaram a titulação individual, ninguém nunca viveu assim, individual. Nós resistimos para não abrir mão do coletivo.

A fala de Daniel Souza, na época um dos coordenadores da ARQMO, mostra a resistência dos quilombolas para titular a terra coletiva, baseada no Artigo 68 e no uso comum da terra. Sauma (2009, p.4), em pesquisa com os quilombolas do Erepecuru e Cuminã, no Trombetas, obteve o seguinte relato de uma quilombola, acerca de como se deu o processo de titulação do Boa Vista:

*O INCRA chegou na Boa Vista para fazer a demarcação, sem avisar à comunidade, era com a intenção de entregar títulos individuais população: lotes de terra de até 40m2 para cada família nuclear, que atualmente é o padrão utilizado pelo INCRA em assentamentos rurais no Brasil. Contudo, a maioria não aceitou a titulação individual: **você está vendo aqui**, disse a moradora, **como dividir um lote do outro quando a gente mora e trabalha um em cima do outro?***

Assim, para os próprios quilombolas estava claro o direito ao uso coletivo da terra e eles buscavam, através do Artigo 68, o reconhecimento da forma comum como se apropriavam de seu território, impedindo que a mineração avançasse ainda mais sobre seu já reduzido

⁶⁶ Daniel de Souza, liderança quilombola do Alto Trombetas, atualmente membro do conselho diretor da ARQMO, coordenador do conselho diretor da MALUNGU, suplente da diretoria da coordenação nacional- CONAQ, em entrevista realizada em 10 de junho de 2015, em Oriximiná.

território. Imbuídos dessa finalidade, reuniram-se em mutirão no Boa Vista, mobilizados pela ARQMO e iniciaram a abertura de picos, delimitando a área pretendida, posteriormente apresentaram pedido de titulação na Unidade Avançada de Santarém (PA), em 1994. Após longas negociações e debates foi outorgado o Título de Reconhecimento de Domínio, entregue a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV), em 20 de novembro de 1995, pela União Federal e pelo INCRA, beneficiando 112 famílias, em um território de hum mil, cento e vinte e cinco hectares, três ares e quarenta e um centiares (1.125,0341). O título foi entregue pelas mãos do então Presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto, com uma grande festa no Boa Vista, com a presença de autoridades e organizações ligadas ao movimento negro.

A titulação do Boa Vista foi histórica e marca o início das titulações coletivas e o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas. Após a festa de entrega do título de domínio do Boa Vista, Francisco Graziano escreve um artigo na folha de São Paulo, intitulado *Trombetas da Alegria*, onde afirma que,

Após séculos de perseguição e descaso, os remanescentes de um quilombo, finalmente, começaram a ser tratados como cidadãos brasileiros, com direito a propriedade das terras que ocupam e necessitam para reproduzirem sua existência social. Protegidos pela titulação, enfrentarão com galhardia às pressões das mineradoras, dos madeireiros e dos grileiros, que os oprime seguidamente. A titulação da Boa Vista é histórica. E agora, aberta a primeira porta, o rumo está dado. Orgulha-me, como Presidente do INCRA, na época ter aberto esse novo caminho de cidadania, auxiliando a resgatar parte da dívida acumulada com os povos negros do País⁶⁷.

A partir desse marco, os quilombolas do Trombetas se destacam na luta por fazer valer os direitos do Artigo 68, nas palavras de Daniel Souza *depois desse título passamos a viajar pelo Brasil afora, fazendo debate e explicando como conseguimos essa façanha*⁶⁸. Na memória do atual coordenador da Associação comunitária do Boa Vista, Silvio Rocha, a titulação foi um reconhecimento não só de direitos territoriais, mas de direitos humanos conforme explica, [...]*esse foi o ponto que agente avançou muito, conseguimos a titulação da terra. Nós fizemos nos reconhecerem, verem a gente como seres humanos*⁶⁹. Segundo Braga (2001, p.100), a

⁶⁷ Artigo disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/25/opiniao/10.html>. Acessado em: 20/04/2015.

⁶⁸ Daniel de Souza, lideranças quilombola do Alto Trombetas, atualmente membro do conselho diretor da ARQMO, coordenador do conselho diretor da MALUNGU, suplente da diretoria da coordenação nacional-CONAQ, em entrevista realizada em 10 de junho de 2015, em Oriximiná-PA.

⁶⁹ Entrevista realizada com o quilombola Silvio Rocha, do Boa Vista, atual coordenador da associação comunitária – ACRQBV. Entrevista realizada em junho de 2014.

titulação do Boa Vista *foi um laboratório onde trabalhamos acumulando experiências que foram utilizadas em outras áreas do Brasil.*

É inegável que a luta dos quilombolas para permanecer na terra através das organizações e dos movimentos sociais revela as formas de resistência e diálogo político que tem no território seu diferencial e condição principal de suas existências social, cultural e simbólica. Fernandes (2001) compreende que uma das condições para o avanço da luta pela terra é *a organicidade dos movimentos sociais* e *a consciência das realidades em que vivem*, processo fundamental na formação de identidades dos sujeitos de luta. A ARQMO e as associações comunitárias a ela vinculadas fortaleceram o processo de reivindicação das titulações das terras ocupadas pelos quilombolas do Trombetas e fizeram emergir sujeitos políticos que passam a reivindicar e exigir seus direitos, permitindo continuar seus modos de vida e práticas ancestrais.

Após a titulação do Boa Vista, outras comunidades do Trombetas e do Brasil iniciaram o processo de identificação, delimitação e reconhecimento de suas terras, no entanto, passou-se a questionar as interpretações acerca do Artigo 68, especialmente no que se refere à identificação dos remanescentes das comunidades quilombolas e aplicabilidade do direito a que se refere o Artigo. O jurista Girolamo Domenico Treccani (2006) mostra com concisão como se deram as tentativas de regulamentar o Artigo 68 do ADCT e como vem ocorrendo a implementação desse direito, mostrando as disputas entre os diferentes órgãos federais, a instituição de decretos para determinar quem tem competência para instaurar os processos de reconhecimento de domínio, bem como o desafio de fazer cumprir o que preconiza o Artigo, que é o reconhecimento de domínio de todos os territórios quilombolas existentes no país⁷⁰. Segundo o Jurista, uma questão se coloca primordial, *o reconhecimento de domínio das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, não pode ser dissociada da adoção de políticas afirmativas em favor dos afro-brasileiros*, e desse modo muito são os desafios a serem enfrentados.

Na frase que compõe o título deste trabalho, um dos depoimentos recorrentes durante a fase de pesquisa de campo no território quilombola Boa Vista, estes remontam a dependência de trabalho na mineradora e a restrição das áreas de uso comum através da criação das Unidades de Conservação e da territorialização da Mineração Rio do Norte, com as formas de escravidão do regime colonial de seus antepassados, onde os negros escravos eram tratados em condições

⁷⁰ Sobre essa questão ver: TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, Programa Raízes. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>.

desumanas, sem direitos e a mercê da vontade dos senhores. Atualmente, estes avaliam aquela condição a atual situação em que se encontravam, especialmente os mais idosos, que vivenciaram a transição da vida antes e depois da chegada do capital mineral, mesmo com toda oferta e *vantagem* oferecida pela mineradora, como projetos de geração de renda, empregos temporários, acesso aos serviços públicos disponíveis na *Company Town*, cooperativas. Desse modo, os quilombolas sempre foram direcionados e disciplinados a aceitar os ditames da empresa, alterando significativamente o modo de vida e as relações de trabalho no território quilombola, tornando-os dependentes e afastados das práticas e costumes tradicionais e principalmente dos seus meios livres de viver e trabalhar.

De acordo com Wanderley (2006), a criação das Unidades de Conservação pelo Estado nas terras quilombolas recria novas formas de escravização para esses grupos forçando-os a sobreviver através de alternativas que perpassam pelo não cumprimento das leis, como pescar, caçar e extrair produtos das Unidades às escondidas, para garantir a alimentação familiar. Desse modo, o Estado, a serviço do capital, contribui para a separação dos quilombolas de seus meios de sobrevivência, deixando-os disponíveis à exploração de sua força de trabalho pelo capital mineral e outros agentes externos.

Há quilombolas que definem o processo de “cercamento” dos recursos como nova forma de escravidão. Os indivíduos ficam sem poder ter acesso aos seus recursos, não tendo outra escolha de sobrevivência que não seja burlando as leis. A desobediência às leis, promovida pelas comunidades, reflete a reação e negação ao sistema imposto pelo Estado e a necessidade de continuar utilizando-se dos bens da floresta como direito exercido desde os seus antepassados. A problemática se agravou ainda mais quando, ao infringir a lei, os quilombolas se tornam criminosos. A cultura centenária de uso da natureza e de circulação sem fronteiras se tornou crime sujeito à repressão do órgão regulador e da polícia. Instalaram-se então, conflitos constantes entre as comunidades que necessitam do uso do meio e o IBAMA, como repressor e, ao mesmo tempo, protetor do território ecológico (WANDERLEY, 2006).

Ao serem inseridos no processo de proletarização e dependência do capital mineral, os quilombolas passam a ter seus meios de existência estranhados, pois abandonam o trabalho agroextrativista, que lhes garantia a produção e satisfação da vida e do autoconsumo livres, passando a se inserir em relações de trabalho estranhas a eles, mediada pelas formas exploratórias do capital mineral, que se baseia na exploração do trabalhador e na perda do produto do trabalho, resultando na degradação, precarização e na não satisfação das necessidades básicas de existência do trabalhador. Assim, conforme afirma Marx, o trabalho como satisfação das necessidades nesse sistema é substituído pela alienação e desumanização do trabalhador, tornando-se estranho em relação a si mesmo e ao próprio meio de produção da vida material.

Muitas são as estratégias que o capital lança mão para destituir e se apropriar dos meios de vida dos grupos tradicionais, envolvendo-os na relação capital-trabalho, como vendedores de força de trabalho. Nas terras quilombolas do Trombetas, uma das estratégias do capital para efetivar suas formas de expansão e acumulação foi ‘sugerir’ ao Estado o cerco das terras de uso comum dos quilombolas, com a criação das Unidades de Conservação, o que demonstra a aliança entre capital e Estado na apropriação capitalista do Trombetas. Tal aliança mostra a *forma que o Estado assume: autoritarismo para a massa, protecionismo para as empresas* (CARDOSO E MULLER, 2008, p.3).

Essa medida forçou os quilombolas a se direcionarem para conseguir trabalho nas atividades e projetos da mineradora, bem como nos postos de fiscalização das Unidades de Conservação. Segundo os quilombolas, os próprios gestores das unidades vêm utilizando-os para vigiar as grandes áreas da FLONA e da REBIO, e remetem essas condições às formas de escravidão do passado, pois, segundo eles,

Ainda não mudou nada da época da escravidão pra agora. Porque o capitão do mato era um negro, davam uma bota, um chapéu, um charuto, uma espingarda e ele ia caçar os irmãos dele negro, hoje é a mesma coisa, tão pegando gente daqui pra trabalhar como fiscais e pegar gente pescando, caçando aí dentro. É a mesma jogada não mudou nada, da época da escravidão para agora, o povo se submete a tudo pra ganhar aquela miséria de dinheiro (Entrevista realizada com um quilombola do Boa Vista, em março de 2015).

Envolto nos mecanismos de individualização, consumo e dependência da sociedade, os quilombolas passam a se diferenciar quanto ao acesso ou não aos empregos e às formas de ganho, sendo envolvidos nas estratégias alienantes do sistema, onde ter vale mais que o ser, deixando para trás os laços de solidariedade e ajuda mútua. De acordo com a liderança quilombola Daniel, o sentido que se tinha de riqueza era outro, “*não era de ter dinheiro no bolso*”, mas era a riqueza de viver livre, escolher o que comer, pescar sem ter que pedir licença, tirar madeira para construir suas casas, enfim, a riqueza de estar livre da dependência e do controle de outrem. Atualmente, as mudanças nas relações de trabalho dividem os quilombolas, descaracterizam seus modos de vida e enfraquecem suas formas organizativas, ao passo dos próprios quilombolas reconhecerem que “*o dinheiro é bom, mas tem atrapalhado muito nossa vivência aqui, sem falar que o fato de estar empregado, não é muito seguro, pois você pode ser demitido a qualquer hora*”⁷¹.

A instabilidade e as mudanças provocadas pelo capital mineral nos territórios quilombolas têm revivido as formas de escravidão dos antepassados, só que agora com novos

⁷¹ Entrevista realizada com uma quilombola do Boa Vista, em junho de 2014.

mecanismos de conversão, inseridas pela relação capital-trabalho, que envolve os grupos quilombolas em formas opressivas, precárias e fragmentadas de trabalho e de reprodução da vida. Na relação capital-trabalho além dos trabalhadores serem submetidos aos diversos mecanismos de dominação, também são cooptados a aceitar toda a gama ideológica, ilusória, alienante que os leva a transformar sua visão de mundo, aceitando com certa conformidade os processos *desumanizantes*, da produção capitalista, que funcionam como entraves à emancipação do homem e do trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário a construção de uma relação mais harmônica com o território, baseada nas potencialidades deste e dos grupos que o realizam, garantindo um desenvolvimento justo, humano e que considere as diversidades, possibilitando a reprodução da vida em bases libertas das amarras do capital, e o desenvolvimento societal para *além do capital*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O avanço do capital mineral na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970 sob forte discurso nacionalista e desenvolvimentista do Estado autoritário brasileiro, efetivou graves consequências no território dispersamente ocupado por populações tradicionais. A transformação da natureza em mercadoria e a separação dos grupos tradicionais de seus meios de vida e trabalho, sob a égide do capital desencadeou processos sociais e territoriais pautados em conflitos, violência e expropriação, relegando aos grupos tradicionais a contínua luta por *r-existir*, em um território marcado por contradições, conflitos, cooptações e embates em torno da apropriação dos recursos naturais e por modos de vida e trabalho que não se justificam apenas sob a lógica do lucro.

Os grupos quilombolas do Trombetas, especialmente no caso estudado nos fornece uma importante dimensão do que representou para os grupos tradicionais, a criação do complexo minero-metalúrgico em áreas diversas da Amazônia, cuja estratégias e discursos com ‘novas’ rolpagens continuam a ser incorporados na expansão desse megaprojeto. Desse modo, o significado e apropriação desses recursos pelo capital, jamais se transformou em desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos grupos diretamente afetados, mas tem forçado-os a conviver com relações precárias de trabalho e desmonte de seus meios de vida, levando-os a miséria, a fome, a migração, a favelização e a violência. O significado do trabalho que até então para os grupos tradicionais se restringia a coleta, a pesca, a pequena agricultura, no tempo da natureza e em caráter familiar, passa a ser incorporado e transformado para a

produção de mercadorias globalizadas. Novas formas de contratação, exigência de qualificação, competitividade, produtividade e assalariamento são características que passaram a fazer parte da nova sociabilidade produzida pelo capital, impondo mudanças significativas no espaço amazônico.

Os conflitos em torno da questão mineral na Amazônia, envolvendo os grupos tradicionais quilombolas, encontra-se imbricado não somente nas disputas pelos recursos minerais, mas consequentemente a disputa pelo controle e dominação do território, que para os grupos tradicionais representa a reprodução da vida, da existência, mas para o capital significa o lucro, a exploração e o processo de acumulação desenfreada. As transformações impostas pelo capital mineral nas terras e relações de trabalho dos quilombolas do Trombetas, na Amazônia paraense, vêm ao longo dos anos, forçando-os a se submeterem a condições precárias de trabalho e mudanças no modo de vida tradicional, tornando-os força de trabalho barata e disponível a acumulação capitalista.

Os conflitos que se desencadeiam dessa relação capital-trabalho, envolvendo grupos tradicionais quilombolas, não são uma especificidade da região do Trombetas, mas de todas as regiões do Brasil, onde o capital busca se expandir, expropriando os grupos tradicionais e submetendo-os ao controle e disciplina do seu processo de acumulação. Através da pesquisa junto aos remanescentes de quilombo da Comunidade Boa Vista-Trombetas buscou-se apreender como estes grupos foram sendo inseridos no mundo do trabalho para o capital e as transformações decorrentes em seu território.

O controle e a disciplina incrementados pelo capital mineral, fez com que os quilombolas além de abandonarem as atividades agroextrativistas, aceitassem trabalhar como diaristas sem carteira assinada, num ritmo de trabalho acelerado imposto pelo capital, já que as atividades na mineradora são ininterruptas, durante todo o ano. Os quilombolas, por sua vez, mesmo estando cientes da perda dos direitos trabalhistas como a segurança da carteira assinada, do FGTS (O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), do seguro-desemprego, descanso semanal remunerado, férias, 13º salário, continuam executando os contratos pela cooperativa, já que necessitam ganhar o sustento diário, assim a cada ano vão se submetendo as mesmas ou piores relações de trabalho na mineradora, empobrecendo-os e deixando-os cada vez mais vulneráveis a exploração de sua força de trabalho pelo capital.

Essas transformações são visíveis no território quilombola, decorrentes de políticas econômicas e ambientalistas, engendradas por agentes sociais ligados a apropriação capitalista do território. No passado o Rio Trombetas, que efetivamente representou uma *exclusividade* para esses grupos, onde se reconstruíram e viveram por séculos longe da opressão e dos horrores

da escravidão, atualmente revivem novas formas de escravidão engendradas pela relação-capital trabalho, provendo mudanças significativas em seus territórios e modos de vida. A identidade territorial e o modo de vida autônomo baseado no agroextrativismo e no sistema de uso comum da terra, construídos ao longo de suas existências, passam a ser modificados por relações exploratórias de trabalho, pautadas em condições precárias e informais, desagregando e fragmentando a coesão social e os laços de solidariedade desses grupos, com forte rebatimento sobre as práticas culturais, hábitos e formas de trabalho tradicionais.

A inserção dos quilombolas do Trombetas ao mundo do trabalho para o capital mineral se deu de forma autoritária, dentro de uma *frente expropriadora*, cujos principais agentes desse processo foram o Estado Brasileiro e a empresa capitalista Mineração Rio do Norte, ligada à atividade mineradora de bauxita, bem como a criação de Unidades de Conservação, sobrepondo as terras ocupadas tradicionalmente pelos remanescentes de quilombo. O cenário que se apresenta para os quilombolas, com a territorialização do capital mineral assumindo o controle social e territorial do trabalho, modifica as relações sociais, culturais, de trabalho, alterando a base territorial e transformando os quilombolas em força de trabalho precarizada e dependente dos ditames do capital. Nessa relação o sistema de regulação social e territorial do capital mineral, modifica o trabalho agroextrativista dos quilombolas, subordinando-os ao seu processo de (re)produção. Desse modo, *o trabalho elemento fundante da vida social* e condição essencial da relação homem/natureza, passa a ser envolto em formas exploratórias de relações de trabalho, substituindo o trabalho livre de coleta, caça e pesca tradicionais.

Os desdobramentos dessas novas relações são extremamente danosos e negativos para os grupos tradicionais quilombolas, que são separados dos seus meios de produção e passam a ser inseridos contraditoriamente em relações informais, terceirizadas, tornando-se *exército industrial de reserva*, do capital mineral. Assim sendo, se subordinam às formas exploratórias e precárias de trabalho, que modificam as relações sociais, culturais, e de consumo dos quilombolas, enfraquecendo as suas formas organizativas, a cooperação, a coesão social, elementos fortes de identidade territorial desses grupos, alterando bruscamente o território que passa a ser redefinido para atender ao processo de reprodução capitalista.

A superexploração e o processo de precarização do trabalho, tem se elevado expressivamente em todas as esferas, tem o capital se utilizado de complexas estratégias para submeter os trabalhadores a ‘aceitar’ trabalhar nessas condições. O trabalho nas carvoarias, na mineração, no agronegócio, nas fazendas em grande parte, é realizado por trabalhadores que não tem direitos trabalhistas respeitados e que muitos são submetidos até a práticas análogas ao

trabalho escravo⁷². Em consequência, agrava a degradação do trabalho e põem em risco as condições de existência do trabalhador e suas famílias. Isso demonstra, que contraditoriamente sob a égide do capital, se alicerçam formas contemporâneas de escravidão, subtraindo a liberdade, a dignidade, os direitos fundamentais da pessoa humana, impulsionando contingente de trabalhadores para a miséria, a fome e a violência.

As tramas, tessituras e relações de poder que atualmente envolvem as condições de vida e trabalho no caso do território quilombola envolvem agentes sociais distintos. De um lado, o capital mineral se impõe, subordina e disciplina os quilombolas ao seu ritmo acelerado e produtivo de trabalho, que aliado ao Estado tem bases estruturantes de seu processo hegemônico, de outro lado, os grupos quilombolas e suas redes de relações que resistem contraditoriamente. São tramas e tessituras de poder que se entrelaçam e coexistem, influenciando a forma de organização do território, emergindo conflitos e embates de força pelo controle dos recursos naturais e da força de trabalho. Estratégias e mecanismos de poder são utilizados por esses agentes sociais para garantir seu processo de reprodução e domínio de um agente sobre o outro.

Para as famílias quilombolas do Trombetas, a oportunidade de emprego e acesso aos serviços da mineradora, é sustentada pela possibilidade de ascender socialmente e de fazerem parte de um ‘progresso’, que cada vez mais ilusório e distante para os mesmos. Acarretando processos de deslocamento destes para outros Estados, em busca de qualificação para posteriormente retornarem e terem enfim a chance de trabalhar na Empresa, razão de muitos jovens do Boa Vista migrarem para Manaus, Santarém, Belém e outros lugares. Essa situação foi fortemente percebida durante todo o trabalho de campo. Embora se trate de uma comunidade quilombola rural, que possua certa ‘autonomia’ sobre o território conquistado, encontra-se extremamente fragilizada do ponto de vista das condições de trabalho face ao poder destrutivo e de sujeição ao capital, que os despojou de seus meios de produção e os transformou meramente em vendedores de força de trabalho disponível.

Envoltos em relações precárias e flexíveis de trabalho, que não garantem as condições básicas de existência, vão sendo forçados a implementar formas de resistência para continuar se reproduzindo em seus territórios. As formas de trabalho no território quilombola Boa Vista, após os projetos sociais e as cooperativas, mantêm-se extremamente diversificadas desde a informalização, terceirização até aos pouquíssimos empregos de carteira assinada na

⁷² A Organização Internacional do Trabalho (OIT), conceitua o trabalho escravo como toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro a liberdade.

mineradora. O capital mineral transformou os quilombolas em um exército industrial de reserva, estando disponíveis as frentes de ampliação de trabalho, como a abertura de novos platôs de exploração de bauxita ou ainda em trabalhos informais para as famílias dos trabalhadores que residem na company-town, além de prestação de serviços temporários nas subsidiárias da empresa mineradora.

É comum na vila de Porto de Trombetas, se observar homens e mulheres quilombolas trabalhando em jardinagem, empregadas domésticas ou ainda em suas pequenas lanchas realizando fretes para as comunidades vizinhas. Segundo os próprios quilombolas é um dos meios de “*ganhar a vida*”, já que tudo é comprado no supermercado da Empresa, com preços superiores aos vendidos na região, obrigando os grupos quilombolas a se submeterem a todas as formas de ganho, para adquirirem o mínimo para a alimentação da família. Os mais jovens sempre acompanhados de pastas de documentação, ficam a procura de vagas nas terceirizadas almejando emprego, mesmo que temporário e com baixos salários.

Nessa condição, as formas de resistência e contradições que coexistem nas atuais relações de trabalho dos quilombolas e do capital mineral vem se expressando de forma ambígua, ao mesmo tempo em que os quilombolas realizam enfrentamentos, são cooptados pelas ações e mecanismos do capital mineral. Isso promove, por parte dos atores sociais que disputam e produzem o território no Trombetas, articulações e ampliação da rede de relações que possam garantir seus interesses, contudo, a ação do capital faz com que os quilombolas enfraqueçam suas instâncias representativas e tornem-se mais vulneráveis à aceitação das condições de acumulação e concentração de riqueza da classe capitalista.

As lutas aparecem a partir dos conflitos que os grupos têm enfrentando historicamente, já que desde sua chegada como mão de obra escravizada, trazida da África, teve que lutar e criar formas de resistências para sobreviver e conseguir ser liberto nesta nova terra. No Trombetas, esses grupos remanescentes de quilombos enfrentam a sobreposição de usos dos vetores de modernização produtiva da sociedade capitalista, inseridos pela atividade mineradora e as Unidades de Conservação (REBIO Trombetas e FLONA Saracá Taquera), forçando meios e estratégias de resistência por parte dos grupos quilombolas.

Portanto, não há dúvida que a história e geografia da Amazônia, é marcada pela expropriação e violência às suas populações tradicionais, transformá-los em proletários e oferecer migalhas compensatórios, expõe a dependência, aumentando a subordinação e as demandas do capital. Organização, resistência e políticas públicas, são os maiores desafios.

6. REFERENCIAS

ABAL – Associação brasileira de alumínio. **Fundamentos e aplicação do alumínio**, 2012. Disponível em <http://www.revistaaluminio.com.br> acessado em 08 de novembro de 2015.

ACEVEDO, Rosa. CASTRO, Edna. **Estudos de Comunidades Negras no Município de Oriximiná sob Impactos de Projetos desenvolvimentistas**. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Estudos Amazônicos. Belém/PA, 1988.

_____. **Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: Cejup/UFGPA-NAEA, 1998.

_____. **Diagnóstico da situação das comunidades localizadas na REBIO do Rio Trombetas (Volume I e II)**. Belém: MMA/IBAMA, 2001.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. “**Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**”. Belém, Cadernos do NAEA, n. 10, p.163-96, abril/jun, 1989.

_____. Os quilombos e as Novas Etnias. In: **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Elaine Cantarino O’dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. IN. GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - Estratégias de reprodução social**, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDRADE, Lúcia M. M. de. Os quilombos da Bacia do Rio Trombetas: Breve Histórico. In: **Revista de Antropologia**. Departamento de Antropologia, Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 38, n.1, São Paulo, 1995, p. 79-99.

_____. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas. In: **ARQMO e CPI-SP. Zoneamento Agroecológico nas Terras Quilombolas Trombetas e Erepecuru**. São Paulo: Comissão Pro-Índio de São Paulo/Embrapa, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

_____. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira configuração espacial**. 3 ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In Frigoto, Gaudêncio, e Gentili, Pablo (Orgs). **A cidadania Negada. Políticas de exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo, Cortez, editora, 2003.

ANTUNES, José Cortes dos Reis. A missão dos quilombos de Oriximiná. In. **Verbum SVD 41: 2**. 2000. Disponível em: <https://sites.google.com/site/svdjose/os-quilombos-de-oriximina-1>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

ARCHANJO, Elaine Cristina O. F. Quilombos de Oriximiná (Pará – Brasil): escravidão, fuga e memória no século XIX. **Rev. Hist. UEG**. Anápolis, v.3, n.2, p. 52-70, jul./dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR – 14724: **informação e documentação: trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. NBR – 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR – 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Marinho Idaliana. **Puxirum: memórias dos negros do Oeste Paraense**. Belém: IAP, 2002.

BRAGA, Cláudio Rodrigues, participação na Mesa 2: Os procedimentos efetuados pelos órgãos públicos envolvidos com a titulação das terras de quilombos no município de Ubatuba, In: OLIVEIRA, Leinad Ayer de, **Quilombos: a hora e a vez dos sobreviventes**, São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2001, p.99-101.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Pará, séculos XVII – XIX**. Belém: Paka- Tatu, 2001.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil: Um estudo de suas diferentes formas**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 2000.

CARDOSO, F.H. MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/mnx6g/pdf/cardoso-9788599662731.pdf>. Acesso em 16 Jul. 2015.

COELHO, M. C. N. Políticas e Gestão ambiental (des) integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, M. C. N et al. Estado e Políticas Públicas na Amazônia. Gestão de Recursos Naturais. Belém: CEJUP, p.117-170, 2000.

_____. MONTEIRO, M. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

_____. Verticalização da Produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. In: **Território/ LAGET**, UFRJ. Ano VII, n. 11, 12 e 13, Jul./Dez., Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos do Curto Cielo do Capital. In: **Revista Okara: Geografia em Debate**. Vol. 1. N. p. 152. 2007, João Pessoa.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terra quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças**. CPISP, 2011. Disponível em http://www.cpisp.org.br/pdf/Oriximina_PressoesAmea%C3%A7as.pdf. Acesso em 09 de maio de 2014.

CORREA, Silvia da Silva; RIBEIRO, Alyson Fernando Alves; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Conflitualidades e dinâmicas territoriais nas terras dos quilombolas do rio trombetas, Estado do Pará**. I Congresso de Geografia Agrária Amazônica: dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário amazônico. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Anais, 2014.

_____. **De agroextrativistas a trabalhadores assalariados: a (des)ordem territorial e social das relações de trabalho dos quilombolas do rio Trombetas-Pará**. EGAL, Havana, 2015.

_____. SILVA, Ricardo Gilson da Costa **A subjugação da força de trabalho quilombola ao capital na Amazônia: Reflexões do quilombo boa vista em Oriximiná-PA**. 32ª Semana de Geografia \ 9º Encontro de Pós-Graduação, Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2014.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais das mulheres da floresta do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) 1980-2010**. Tese de doutorado defendida na UFSC. Florianópolis, 2012.

CRUZ. Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In SILVA, Onildo Araújo da; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza (Org.). **Identidade, Território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensidade do labor na Sociedade contemporânea. São Paulo. Editora Boitempo, 2008.

DUQUE, Adauto N. F. **Boa Vista e Moura – terra de quilombolas – e o Grande Projeto Trombetas** – uma incômoda presença, 2004, Dissertação de (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará, 2004.

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. In. **Paper do NAEA**. Paper (166). 2002. Disponível em <http://www.ufpa.br/naea/papers.php?mvitem=3>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de A. **A comunidade quilombola do Moura e o processo de territorialização na Amazônia**. Manaus: DCiS-UFAM, 2006.

FÉLIX, Camila Corrêa. 2009. **‘Eles são cristãos como nós’**. Considerações acerca dos conceitos de pessoa e de comunidade suscitados pela existência dos encantados, relação com o sangue, doenças e sistema de cura de uma comunidade negra amazônica. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 2009. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/33_encontro/GTs/GT26/CamilaFelix.pdf. Acesso em 9 de abril de 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p.

FERREIRA, José Cândido Lopes. **Organização social e regimes de propriedade numa comunidade quilombola paraense**. Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, dissertação de mestrado em Antropologia, 2013.

FERREIRA, Simone R. Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**, 2002, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES contribuição da geografia agrária na identificação de territórios étnicos**. XIX encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, p.1-34.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O Quilombo histórico e o quilombo contemporâneo: verdades e construções**, 2007. Disponível em: <<http://www.anpuh.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas Matas Nunca Tive Senhor – história e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas**. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1995.

GERMANI, Guiomar. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. In: **Geotextos**, v. 2, a. 2, Salvador, EDUFBA, 2006, p.115-147.

GOULART, José Alípio. O regatão, mascate fluvial na Amazônia. 1968, p.155-156.
Gusmão, Neusa Maria M. de. Caminhos transversos: território e cidadania negra. In: Associação Brasileira de Antropologia. **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro, 1995.

HANDELMANN, Heinrich. História do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1931.

HÉBETTE, Jean, **Cruzando Fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

ISOLDI, Isabel Araújo. **Territorialidades negras no território nacional: processos sócioespaciais e normalização da identidade quilombola**. Campinas /SP-UNICAMP, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia).

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Mineração Rio do Norte. **Plano De Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas**. Curitiba: STCP Engenharia de Projetos Ltda, 2003.

_____. **Plano De Manejo Da Floresta Nacional Saracá - Taquera**. Curitiba: STCP Engenharia de Projetos Ltda, 2001.

JORNAL FOLHA DO NORTE. **Uma Triste história da escravidão**. Edição do dia 03 de Janeiro de 1981.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUIZ LABOISSIERE JUNIOR. **Direito ambiental do trabalho na atividade mineradora na Amazônia: um campo em construção**. Universidade Federal do Amapá. (UNIFAP), 2011.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **A Geografia da Territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé-açu: o caso da ARQUINEC – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará**. Belém: CEFET, 2006.

_____. **Territorialidade Quilombola no Pará: um estudo da comunidade de São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará**. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Belém, 2002.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, São Paulo – SP, Jul. 2006. p. 105-136.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 182 p. (Ciências sociais; 10)

_____. **Fronteira: degradação do outro nos confins do humano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: O processo de produção do capital. [Tradução de Rubens Enderles]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. ELGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. São Paulo: Moraes Editores, 1978.

MERCADANTE, Maurício. Democratizando a Criação e Gestão de Unidades de Conservação da Natureza: a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. In. **Revista de Direitos Difusos**. Florestas e Unidades de Conservação. Vol. 5. Fev. 2001. São Paulo: ADCOAS, 2001.

MEYER, Frank. Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombetas, Brasil, e Årdal, Noruega. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 107-127.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Mineração Rio do Norte. **Environment Report**. Porto Trombetas/Oriximiná: MRN, Edição 7, set. de 2003.

Ministério do Meio Ambiente **Projeto Povos do Rio** - Cadastro de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas Localizadas no Interior e Entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas - Pará - Brasil. Relatório Final apresentado ao Fundo Nacional para a Biodiversidade como Produto 05 do Contrato de Prestação de Serviços. Brasília: Núcleo Macacoprego de Vivências Ambientais e Culturais e FUNBIO, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Igreja, Campesinato e luta pela terra no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre 2011, pp. 1-14.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

MOURA, Clóvis. **Quilombo: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Rebeliões da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NAHUM, João Santos. De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v.6, n.12, pp.79-103, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13470/7694>>. Acessado em 06 dez. 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombos do rio Erepecuru: o lugar da memória na construção da própria história e de sua identidade étnica. In: **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro, Pallas; Salvador, Ceao, 1999.

OBERG, K. **O campônio marginal no Brasil rural (1957)**. In_____. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch et al. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e migração: uma discussão conceitual na geografia**. São Paulo. Dep. De geografia: USP (mimeo), 1999.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

_____. A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. In: Carlos, Ana Fani A.(Org.), **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão Popular, 2011.

PENTEADO, Carlos. **Quilombos em Oriximiná – Negros da Floresta**. Ensaio Fotográfico. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

PEREIRA, Manuel Nunes. A introdução do Negro na Amazônia. **Boletim Geográfico**, n. 77, 1949, p. 509-515.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21-ed. São Paulo: Contexto, 2011 (repensando a História).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas – **Zoneamento Agroecológico nas terras quilombolas de Trombetas e Erepecuru**. ARQMO/CP-I/EMBRAPA. Comissão Pró -Índio de São Paulo.

http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_amazonas_cast.html.

REIS, João. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Roberta Menezes. Desvendando Formas e Conteúdos: núcleo urbano de Carajás. In: TRINDADE Jr., S. C. & ROCHA, G. de M. **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p.113- 136.

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Company Towns: considerações sobre um modelo urbanístico e a presença na Amazônia Oriental**. ANAIS, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. 1990 - 2008.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Escravidão e Liberdade na Amazônia notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano**. 3 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. S/D.

SANTANA, A. T.; MENDONÇA, M. R. Geografia e trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **Revista Pegada** (UNESP. Impresso), v. 10, p. 1-13, 2009.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”**. São Cristovão, 2010. 212p.

SIQUEIRA, Ozair Pereira de. **Mineração Rio do Norte: Uma empresa que faz e conta.** Rio de Janeiro. Laborprint, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAUMA, Julia Frajtag. **Ser coletivo, escolher individual: Território, medo e família nos rios Erepecuru e Cuminã.** 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 2009. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/33_encontro/GTs/GT26/JuliaFrajtagSauma.pdf. Acesso em 9 de abril de 2015.

Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). **O direito à terra das comunidades quilombolas** (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), 2002, p.43-44.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Patrícia Feitosa. **O novo espaço da produção globalizada: o médio-baixo vale do rio Amazonas-PA.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SPOSITO, Eliseu Spósito. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão Agrária no Brasil: O debate tradicional -1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia.** In: Revista Geographia, vol.4, n 7, 2002.

TEIXEIRA, Maria Jânia Miléo. **Periodização e produção do espaço urbano na cidade de Oriximiná – Pará.** Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pará, Departamento de Geografia, curso de bacharelado e licenciatura em Geografia, 2012.

TEIXEIRA, Raquel Dias. **Todo lugar tem uma mãe: Sobre os filhos do Erepecuru.** In. **Revista Antropológicas**, ano 10, volume 17(2): 117-146. 2006. Disponível em <http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/76>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos.** 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2009.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v. 3, Número Especial, p. 4-24, ago. 2002.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**. Presidente Prudente (SP), v. 3, 20 p. out. 2002. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/cegete/pegada/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. **A (Des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a unificação orgânica)**. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Departamento de Geografia da FFLCH – USP, São Paulo. **Anais...** 2003^a.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, Programa Raízes. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2015.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. Tradução [de] Maria de Jesus Brito Leite. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2005.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza E FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**: uma notícia histórica. Belém: APP/SECULT, 1990.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes, **Território Invadido**: as lutas e os conflitos nas terras dos negros do Trombetas-PA. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, curso de bacharelado em Geografia, 2006.

_____. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira**. Orientadora: Maria Célia Nunes Coelho. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).

_____. **Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos minerais na Amazônia**. GeoPuc (Rio de Janeiro), v. 3, p. x-x, 2009.

ZART, Laudemir Luiz. **Encantos, caminhos e desencantos: Migração-colonização na Amazônia Mato-Grossense**. Cáceres: Editora Unemat, 2005.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WOORTMANN, Klaus. **Com parente não se neguecia**: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico** 87. Brasília: Ed. UnB- Tempo Brasileiro, 1990.